



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ANNA MARIA DE LIRA PONTES

ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não ditos das ruínas patrimoniais

**João Pessoa - PB
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ANNA MARIA DE LIRA PONTES

ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não ditos do patrimônio em ruínas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves

**João Pessoa - PB
2010**

P814e Pontes, Anna Maria de Lira.
*Entre Fragmentos: os ditos e não-ditos das
ruínas patrimoniais/ Anna Maria de Lira Pontes. –
João Pessoa, 2010.*
181f. :il.
Orientadora: Regina Célia Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) – UFPb - CT

1. Patrimônio Histórico - Preservação. 2.
Arquitetura.
3. Ruínas Patrimoniais.

ANNA MARIA DE LIRA PONTES

ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não ditos do patrimônio em ruínas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em 17 de setembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hélio Costa Lima, Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Maria Berthilde Moura Filha, Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Odete Dourado Silva, Universidade Federal da Bahia

Orientadora: Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves, Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho a todos aqueles que, das ruínas, reergueram-se.

[Reconstrução apenas para os humanos. Para ruínas, a consolidação.]

AGRADECIMENTOS

Pela colaboração sem a qual esta dissertação nunca seria concluída, agradeço:

A Deus, a quem nem sei como agradecer as graças obtidas.

Aos meus pais, por serem o que são, por me apoiarem, por sempre estarem ao meu lado, mesmo quando não mereço.

Por vezes, o *métier* do historiador, como Walter Benjamin já coloca, é semelhante ao anjo de Klee. Um anjo que precisa se distanciar para compreender mais sobre seu tema e realizar, de fato, o seu exercício. Por isso, gostaria de agradecer ao PPGAU pela oportunidade e confiança, o que me proporcionou a oportunidade de expandir meus conhecimentos para, enfim, conhecer algo sobre ruínas.

A Capes, pelo financiamento da pesquisa.

À professora Regina Célia Gonçalves, minha orientadora, pela paciência, força. E, principalmente, por me inspirar e orientar como ninguém mais, inclusive na dissertação.

À professora Carla Mary Oliveira, por me motivar a lutar e por estar sempre presente e disposta a ajudar.

À Anninha, uma colega, uma amiga. Com sua voz doce e disposição para ajudar, o maior presente que ganhei neste mestrado.

À Aline, minha irmã, que fez as colunas do cabeçalho do trabalho. A tia Nininha, que me ajudou quando mais precisei, com seu sorriso característico, sempre alegre com todos. A André e Vítor, por toda ajuda na impressão. À vó Liu, pelos doces, pelo sorriso e pela confiança em mim.

À vó Lia, pelos abraços, pelo pão doce com suco de acerola e, principalmente, por ser tão especial na minha vida, meu modelo e minha inspiração. Enfim, a toda minha família, que me suporta incondicionalmente e que tanto amo.

À professora Nelci Tilnem, por toda ajuda e pela excelente disciplina ministrada, sem a qual não expandiria minha visão sobre patrimônio. Do mesmo modo, ao professor Arivaldo Amorim, por me mostrar novas maneiras de registrar o patrimônio arquitetônico. À professora Maria Berthilde Moura, por confiar em minha pesquisa ao me convidar para falar sobre ruínas em suas disciplinas; pelas

colaborações ricas à minha pesquisa e pela constante disposição, com um sorriso cativante, em ajudar. Ao professor Hélio Costa Lima, pelas profícuas contribuições e discussões ao longo da dissertação. À professora Cláudia Cury, por ajudar desde a elaboração do pré-projeto às ricas colaborações nos Seminários de Dissertação. À professora Jovanka Scocuglia, por excelentes contribuições nos Seminários de Dissertação.

À equipe do Arquivo Central do IPHAN, Hilário Pereira Filho, Rachel Hilfred, Rudson Monteiro, Roque e Sr. Castilho, obrigada pela recepção atenciosa, eficiência no serviço e, principalmente, pela amizade. Ao Sr. Castilho, também agradeço os origamis.

À equipe da Biblioteca Parahyba, do Arquivo da 20ª Superintendência Regional do IPHAN, pelo apoio na pesquisa.

A Rodolfo Coelho, o homem-aranha flamenguista que salvou o meu dia.

À professora Lia Tavares, pela contribuição no estágio docência.

Aos colegas do Mestrado e do Dinter, pelas conversas e apoio.

Aos meus amigos, amigos de fé e irmãos camaradas, por agüentarem meu “drama mexicano” e por serem, simplesmente, especiais: Bandido (Júnior), por ser o meu colo oficial; Rafaela, pelas ligações, saídas e, principalmente, as conversas; Kátia, minha amigona de sempre, por me dar carões e, ao mesmo tempo, ser meiga da cabeça aos pés. Agradeço também a Simone, Arianne, Danielle, Isabele, Dani e Rachel Frota e Manu, que sempre está disposta a me aconselhar e rir das nossas besteiras.

*Mas, quando uma civilização acaba, é dinheiro que os sucessores procuram nas
ruínas? Ou é uma estátua, um poema, uma peça?*
Truman Capote

RESUMO

O estudo em questão aborda as ruínas patrimoniais e como estas são tratadas em políticas formuladas em nível mundial e nacional. Para tanto, se fazem necessárias reflexões teóricas iniciais sobre o tema em si e sua própria conceituação. Em vistas da complexidade presente na própria significação das ruínas patrimoniais. Nos liames de sua preservação, busca-se inicialmente a realização de um estudo teórico com interesse de se entender mais acerca da conceituação do que atualmente intitulam-se ruínas, mas que por si só já desperta várias e diferentes interpretações. Imbuídos deste aparato teórico, passamos, então, para um estudo de suas políticas em torno da proteção deste tipo diferenciado de patrimônio a fim de, a partir de tal correlação, reconhecer o papel da ruína no contexto contemporâneo de proteção e utilização dos bens históricos sob seu aspecto legal. Desta maneira, buscamos uma reflexão via análise de documentos formulados sobre o tema, disponíveis em nível mundial e nacional, lançadas por organizações competentes. Ainda, ações práticas do IPHAN no Brasil. E, a partir destes estudos, tentaremos também compreender as implicações e necessidades atuais das ruínas patrimoniais num contexto tanto de preservação como de uso destes monumentos analisando, mais especificamente, as ruínas tombadas pelo IPHAN na Paraíba, são elas: as ruínas do Almagre, Cabedelo; as de Forte Velho, Santa Rita e, por fim, as ruínas da Igreja de Tambaú e a Casa da Pólvora, João Pessoa.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico-Cultural, Ruínas, Paraíba.

ABSTRACT

This study covers the ruins heritage and how these are handled in politics formulated globally and nationally. Therefore, it' became necessary initial theoretical reflections on the theme itself and its own conception. Due to the complexity in the notion of protected ruins. In the possible limits of preservation, we search initially the theoretical study to understand more about the concept that currently are titled ruins, but that alone already arouses several and different interpretations. Imbued with this theoretical apparatus, we can, then, study its politics around such differential protection of patrimony looking for, from such correlation, to recognize the role of the ruins in the contemporary context of protection and utilization of historical patrimony under its legal aspect. Thus, we seek the reflection through analysis of documents formulated on this topic, available globally and nationally, released by competent organizations. And, also, practical actions of IPHAN in Brazil. And, from these studies, we also understand the implications and current needs of the protected ruins in the context both of preservation of these monuments as analyzing usage, more specifically, the ruins preserved by IPHAN in Paraíba, they are: the ruins of the Almagre, Cabedelo; the ruins of Forte Velho, Santa Rita and, finally, the ruins of the Church of Tambaú (Igreja de Tambaú) and Casa da Pólvora, João Pessoa.

Keywords: Historical and Cultural Patrimony, Ruins, Paraíba.

LISTA DE SIGLAS

ANS: Arquivo Noronha Santos.

DET: Departamento de Estudos e Tombamentos (órgão do IPHAN).

DPHAN: Departamento do Patrimônio Histórico Nacional.

DTC: Departamento de tombamento e conservação (IPHAN).

DTC: Divisão de Tombamento e Conservação (órgão do IPHAN).

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FUNCEP: Fundação Cultural do Estado da Paraíba.

FUNJOPE: Fundação Cultural de João Pessoa.

ICOMOS: *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)

ICR: *Instituto Centrale de Restauo.*

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IHGP: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

INEPAC-RJ: Instituto Estadual do Patrimônio-RJ.

IPHAEP: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MPF: Ministério Público Federal.

SEPLAN-PB: Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UNESCO: *United Nations Education Science and Culture Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

LISTA DE FIGURAS

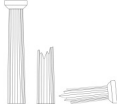
Figura 1: Obra Invasão. Foto: Tinna Pimentel, 2009.....	18
Figura 2: Castelo de Pierrefonds. Foto: Conexão Paris, sem data.....	39
Figura 3: Igreja da Memória, Berlin. Foto: Dreamguide, sem data.....	50
Figura 4: Memorial da Paz, Hiroshima. Foto: Peace Memorial Park and Peace Memorial Virtual Museum, s/data.....	57
Figura 5: Imagem atual das Ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Ávila ao lado da Capela de Nossa Senhora da Conceição, após três intervenções de restauração e conservação das ruínas. Foto: Acervo Brasil-Turismo, s/ data.....	68
Figura 6: Ruínas de São Miguel das Missões a partir de seu interior nos anos de 1928 e 1982, respectivamente. Fotos: Arquivo IPHAN, 1928; 1982.....	70
Figura 7: Ruínas Fábrica de Ferro Patriótica, Ouro Preto, MG. Foto: Defender, s/ data.....	71
Figura 8: Animais com as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Niquelândia, Goiás. Foto: André Dusek, Jornal Estadão, 2009.....	75
Figura 9: Igreja de Santana, BA. Foto: Arquivo Público Municipal, s/ data.....	76
Figura 10: Recolhimento de Santa Teresa. Foto: Arquivo ANS, 1958; Blog Torreleste, s/ data.....	78
Figura 11: Forte São Matheus. Foto: Arquivo ANS, 1938; Fabio Carvalho, 2007.....	78
Figura 12: Ruínas Convento de N. Senhora de Nazaré. Cabo de Santo Agostinho, PE. Arquivo IPHAN, 1960.....	80
Figura 13: Casa de Câmara e Cadeia de Vila Flor antes e pós-reconstrução. Fotos: Arquivo IPHAN, 1962; Jurema Armaut (Arquivo IPHAN), 1985.....	82
Figura 14: Capela do engenho Cunhaú antes e pós restauração. Fotos: Arquivo IPHAN, 1962; Canindé Soares, 2005.....	83
Figura 15: Fábrica Iperó, São Paulo. Foto: Arquivo IPHAN, sem data.....	84
Figura 16: Praça central de Santo Ângelo com igreja referente à São Miguel das Missões. Foto: Idas y vindas Blog, sem data.....	87
Figura 17: Ruínas do Convento de São Boaventura. Foto: Arquivo INEPAC, s/ data.....	91
Figura 18: Sítio do Físico. Foto: Arquivo IPHAN, 1976.....	92
Figura 19: Ruínas do Sítio do Físico atualmente. Foto: Bernardo Ferreira, 2009.....	93
Figura 20: Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Natividade-TO. Fotos: Marco A. Galvão (Arquivo IPHAN), 1981/83; Prefeitura Natividade, s/ data.....	94
Figura 21: Fachada Sul das ruínas de Vila Bela da Santíssima Trindade, MT. Foto: Arquivo IPHAN, 1984.....	95
Figura 22: Palácios dos Capitães e o seu canteiro de obras. Detalhe. Foto: Arquivo IPHAN, 1984.....	96

Figura 23: Ruínas das locas presentes no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Igatu, Andaraí, Bahia. Foto: Arquivo IPHAN, 1982.	99
Figura 24: Ruínas e locas de Igatu. Foto: Silnei Laise/Mochila Brasil, s/data.....	99
Figura 25: Ruínas da Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade com e sem coberta. Fotos: MochileiroTur, s/ data; JoaohrBlogspot, e/ data.	100
Figura 26: Localização da Casa da Pólvora no centro e centro histórico de João Pessoa, PB. Fonte: Google Earth.....	108
Figura 27: Fachada principal e blocos de pedra da Casa da Pólvora caídos à época da realização de sua limpeza local, estima-se que datam de 1942. Foto: Arquivo IPHAN, sem data.	110
Figura 28: Casa da Pólvora em 1931. Foto: Arquivo IHGB/Memória João Pessoa.	111
Figura 29: Vista da fachada principal e posterior da Casa da Pólvora, respectivamente. Foto: IPHAN, sem data.	112
Figura 30: Vista do interior da Casa da Pólvora com as obras de escavações e foto que evidencia a profundidade das escavações. Fotos: Arquivo IPHAN, s/ data.	113
Figura 31: Casa da Pólvora. Foto: Arquivo IPHAN, 1971.....	116
Figura 32: Casa da Pólvora. Foto: Anna Pontes, 2009.....	117
Figura 33: Localização Forte Velho e Igreja da Guia. Fonte: Google Earth.	119
Figura 34: Atalaia de Forte Velho, em meio ao canavial que o cerca. Foto: Anna Pontes. Janeiro, 2010.	120
Figura 35: Forte Velho, em meio a queima da plantação de cana-de-açúcar. Foto: Anna Pontes, 2010.....	121
Figura 36: Monumento com demarcação atual, desde maio de 2010. Foto: Erika Diniz, 2010.	122
Figura 37: Vista das Ruínas do Almagre com arco cruzeiro ao fundo e de sua fachada posterior. Foto: Anna Pontes, 2010.....	124
Figura 38: Localização das Ruínas do Almagre e a barreira de corais defronte. Fonte: Google Earth.	125
Figura 39: Vista frontal do Almagre. Foto: Walfredo Rodrigues, 1927. Vista da fachada principal das Ruínas do Almagre. Detalhe. Foto: Alvarez Jorge de Oliveira Ribeiro, 1968.	126
Figura 40: Vista frontal do Almagre. Foto: Carla Mary Oliveira, 1999.	127
Figura 41: Vista da fachada posterior do Almagre, cercado pelo mato e com edificação ao fundo. Foto: Anna Pontes, 2006, 2010.....	131
Figura 42: Vista da fachada principal das Ruínas do Almagre. Foto: Anna Pontes, 2009.	132
Figura 43: Igreja edificada no lugar das ruínas da Igreja de Tambaú. Foto: Arquivo IPHAN, 1956.....	134
Figura 44: Localização da Fortaleza de Santa Catarina. Imagem: Google Earth.....	136
Figura 45: Interior da Fortaleza de Santa Catarina. Foto: Anna Pontes, 2010.	137

- Figura 46: Acesso ao corredor de entrada, com material recolhido da prospecção arqueológica em primeiro plano e, ao lado, a capela já restaurada. Foto: Projeto de Restauração e adaptação do Forte de Cabedelo, s/data. 138
- Figura 47: Baluarte Norte e muralhas da Fortaleza de Santa Catarina. Foto: Projeto de Restauração e adaptação do Forte de Cabedelo, s/data..... 138
- Figura 48: Fortaleza de Santa Catarina a partir do mar em ângulo que permite a vista do Moinho Dias Branco. Setas destacam o Moinho e o monumento. Foto: Anna Pontes, 2009. 140
- Figura 49: Localização das ruínas existentes na Paraíba. Imagem: Google Earth.. 142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. MEMÓRIA, FRAGMENTO E ALEGORIA: A RUÍNA	27
1.1. As diversas visões de ruína.....	27
1.1.1. Século XIX: das aventuras dos ditos arqueólogos às primeiras ações de preservação	31
1.1.2. Sobre a trajetória das ruínas, o pós-guerra e o restauro crítico.	47
1.2 Ruínas: preservação, representação	58
2. RUÍNAS NO BRASIL: ENTRE DITOS E NÃO DITOS.....	62
2.1 Década de 1930 e 1940: entre uma memória única, colonial e/ou nacional	66
2.2 Décadas de 1950 e 1960: a ausência de ações.....	74
2.3 Milagre de tombamentos: Décadas de 1970 e 1980.....	85
2.4 Como agir na ausência? Década de 1990 até os dias atuais	98
2.5 Entre o mundial e o nacional: legislação de preservação de monumentos em ruínas no Brasil.....	101
3. A VIVÊNCIA DO MORTO: PRESERVAÇÃO DE RUÍNAS PELO IPHAN NA PARAÍBA.....	108
3.1 “Casa da Pólvora: ruínas”	108
3.2 A Atalaia de Forte Velho.....	118
3.3 Ruínas do Almagre, dita Navegantes	123
3.5. Do manter ao destruir: ruínas da Igreja de Tambaú	132
3.6 Do reverso ao inverso: ruínas tombadas enquanto edificação.....	135
3.7 Interligando experiências: ruínas patrimoniais na Paraíba	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	167
ANEXO A	168
ANEXO B	176
ANEXO C	177



INTRODUÇÃO

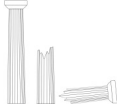
... a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio. Com isso, a alegoria reconhece estar além do belo. As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas.

Walter Benjamin

Apesar da realidade fluida do atual contexto mundial, o passado ainda exerce forte influência nas sociedades. Afinal, como afirma Hobsbawm (1998), o mesmo é uma “dimensão permanente” das pessoas em relação à comunidade e, também, às instituições; o passado é um espelho reflexivo das sociedades. E, das implicações deste no presente, temos a memória em suas diferentes manifestações, das individuais às coletivas, que também funcionam como meio de legitimação de comunidades e grupos. Em sua afirmação institucional e social, insere-se o dito patrimônio histórico-cultural, que confirma, designa o que é de valor para as mesmas atravessando aspectos que se estendem pelas relações coletivas, incluindo as noções de poder.

Nos conflitos entre as memórias existentes, entre o que se deve, e o que é necessário manter ou esquecer, as sociedades operam negociações e seleções; portanto, trata-se sempre de memórias seletivas, no dizer de Pollak (1999). Estas, por sua vez, estão envolvidas em demandas identitárias, de afirmação social, que incluem o patrimônio histórico-cultural. Este é, assim, no mundo moderno, envolto numa gama de identidades a escolher e recorrer, um elemento ainda importante na formação das sociedades e já se tornou um tema bem presente e discutido na atualidade. Sua ascensão é proveniente, entre outros fatores, da própria emergência da modernidade¹ e da importância em se preservar espaços simbólicos que

¹ Quanto a este aspecto, a emergência institucional da memória nas sociedades ocidentais se dá principalmente com a formação dos Estados Modernos, que necessitavam de elementos com os quais fosse possível criar uma idéia de comunidade nacional. Alguns autores, a exemplo de José Gonçalves, no entanto, questionam as explicações que colocam a discussão do patrimônio como iniciada com os Estados Nacionais, pois embora a afirmação esteja correta, “omite-se, no entanto, o seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média, sendo que a modernidade ocidental apenas impõe seus contornos semânticos específicos que, assumidos por ela, podemos dizer que a categoria “patrimônio” também se faz presente nas sociedades tribais” (2003, p.22).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

despertassem um ideal de comunidade/nação. E, para tanto, os monumentos histórico-culturais se mostraram eficazes.

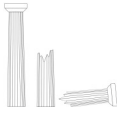
Contudo, à luz da valorização dos espaços de memórias, é preciso também um estudo mais aprofundado dos diferentes tipos de patrimônio histórico-cultural. Trataremos, neste trabalho, daqueles bens que parecem se recusar a serem esquecidos: as ruínas patrimoniais².

Para tanto, buscamos identificar suas peculiaridades e características intrínsecas a fim de que as ações voltadas para a preservação patrimonial sejam mais eficientemente executadas, contribuindo, deste modo, para uma maior compreensão da valoração neste contexto tão contraditório - já que reúne, num único espaço, destruição e preservação.

Na extensão do olhar sobre elas é facilmente perceptível o encanto dos restos do passado sobrevivendo no tempo presente, relutando em cair por completo. Aquilo que foram e aquilo que são no presente despertam uma poética que exalta os sentidos e traz à tona todas as peculiaridades da sua preservação. E, neste devir da morte, as ruínas protegidas por mecanismos legais merecem ser estudadas também a fim de se entender um pouco mais sobre como as sociedades tratam suas memórias, afinal, sua atuação e sua imagem são sensíveis por estarem nos limites da própria preservação.

Conforme o pensamento de Halbwachs, “se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais” (2004, p.29). Deste modo, o que lembramos em nosso passado é permeado pelas influências e implicações do momento presente. E, assim, a memória coletiva funciona em constante reconstrução, pois as lembranças, uma vez trazidas à tona, são resultados de diversos conflitos, internos e externos, provenientes principalmente da influência dos grupos sociais sobre o indivíduo, que não rememora um passado estático, mas dinâmico. Isso ocorre porque as memórias coletivas permanecem em constante re-análise, o que as transforma em algo mutante, vivo, principalmente em relação aos seus signos legitimadores, ou seja, os monumentos enquanto meios de preservação (e exposição) delas.

² Trataremos aqui do termo ruínas patrimoniais por estudar aquelas que são protegidas por algum órgão internacional ou nacional.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Nos tempos da modernidade líquida³, e que ainda tem no patrimônio não apenas sua cultura material, mas também uma estratégia de seleção, e do pensamento de autores como Halbwachs (2004), Hobsbawm (1998) e Pollak (1999), que entendemos o lugar social da pesquisa em questão. Esta considera não apenas a preservação patrimonial de ruínas, mas sua manutenção nas sociedades e daí, suas implicações, frente às memórias a que pertence. Afinal, a memória é viva e em constante transformação frente a estas lembranças coletivas. E, no extremo dos sentimentos e interpretações que um monumento pode evocar, o estudo das ruínas patrimoniais encontra-se intimamente correlacionado à memória e à preservação⁴, por forçar estes conceitos aos seus extremos e limites. E, desta forma, segundo nosso entendimento, esta pesquisa se insere nas preocupações de que são objeto os estudos da área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFPB: projeto e memória.

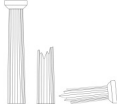
Várias são as visões possíveis sobre a ruína e, aqui, tentamos trabalhá-la tanto no que se refere ao seu contexto de preservação como em relação à sua peculiaridade. Buscamos considerar todas as inter-relações em sua trajetória histórica, bem como o que se tornou no tempo presente, a ruína; a memória fragmentada que ela representa e na qual nos é possível encontrar a alegoria.

Talvez seja desta indeterminação social que aflore a perspectiva poética em torno das ruínas e sua presença nas sociedades, criando-se, assim, diversas interpretações sobre elas. Este foi o caso da exposição *Ruínas: Fratelli Vita*⁵ que reuniu, numa ruína, várias exposições de arte que acabaram por envolver sua temática. Nesta proposta, a ruína, em si, não se constituía apenas como o ambiente de exposição, mas era o centro do debate, explicitando, através dos restos e do degradado, os seus aspectos marcantes. Dentre as obras expostas, destacamos “Invasão”, na qual o artista usou, na sua composição, musgos, fungos e outros

³ Conforme expressão utilizada por Zygmunt Bauman no livro *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi (2005).

⁴ E, por isso, Brandi ressalta seus estudos sobre restauração a partir da ruína, por esta se encontrar no limiar da preservação, entre a destruição e a conservação.

⁵ Exposição realizada, a partir de 9 de dezembro de 2006, nas ruínas da fábrica de refrigerantes e cristais Fratelli Vita, em Salvador, Bahia. O caráter da exposição também incluía a própria preparação dos artistas e suas obras na busca de se expor a arte também como um processo. Para maiores informações ver: VigaGordilho (2007 e 2009).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

elementos da fábrica em ruínas. A ruína, deste modo, é a alegoria, o processo e o poético.



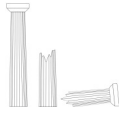
Figura 1: Obra Invasão. Foto: Tinna Pimentel, 2009.

O trabalho em questão apresenta, assim, como objetivo geral, o estudo, sob o viés da preservação física e cultural, dos referenciais teóricos existentes acerca das ruínas patrimoniais. Entre os objetivos específicos discutimos o conceito de ruínas e sua função enquanto patrimônio histórico-cultural; a classificação e catalogação do conjunto documental produzido por órgãos internacionais e nacionais acerca das ruínas patrimoniais; além da identificação das particularidades existentes na proteção das ruínas no Brasil e, mais especificamente na Paraíba, através dos tombamentos daquelas protegidas pelo órgão de preservação patrimonial nacional, bem como as intervenções nelas ocorridas⁶. Para tanto, buscamos investigar a especificidade das ruínas quanto ao seu tratamento e às ações práticas de salvaguarda propostas no corpo documental selecionado.

Nosso estudo derivou, inicialmente, da ansiedade que nos foi despertada a partir da percepção do tipo de tratamento, sempre emergencial, que as ruínas têm recebido no Brasil e na Paraíba. Foi através de uma convivência maior com ruínas como as do Almagre, Cabedelo-PB⁷, que constatamos uma série de problemas que

⁶ Para um maior detalhamento dos documentos pesquisados, verificar Anexo A.

⁷ O contato e vivência com as ruínas citadas ocorreram a partir de projeto de iniciação científica intitulado "Aldeamento, Igreja, Ruína: uma arqueologia histórica da Igreja de Nossa Senhora de



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

nos instigaram a tentar compreender o porquê das mesmas receberem um tratamento diferente do patrimônio histórico de modo geral. Esta convivência trouxe à tona sentimentos e interrogações relativas à necessidade de ações emergenciais, por vezes desconsideradas na gestão patrimonial do país. Da percepção desta situação ocorreu a demanda por um estudo mais amplo sobre preservação de ruínas e as suas peculiaridades que nos exigiu um aprofundamento da pesquisa, traduzido na realização de nossa dissertação, entendida como uma contribuição para a discussão sobre o assunto.

Desta forma, tentamos buscar, em um primeiro momento, o conceito de ruínas proposto pela literatura mundial sobre o assunto, na tentativa de estabelecimento de um referencial teórico. Enquanto referências principais desta pesquisa foram consideradas, assim, as obras de Cesare Brandi⁸ e Walter Benjamin⁹.

A pesquisa bibliográfica nos conduziu a várias opiniões que, apesar de distantes temporalmente, compunham um *corpus* sobre como, em cada momento, o tema foi tratado, culminando na institucionalização de sua preservação a partir do século XX, inicialmente, com a Carta patrimonial de Atenas de 1931¹⁰. A partir daí, caberia também a análise mais acurada de tal visão no Brasil, considerando o ano de 1937 como ponto de partida, já que se considera, neste trabalho, o universo de proteção de ruínas apenas a partir da criação do órgão de preservação nacional, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)¹¹.

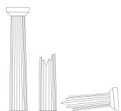
Nazaré do Almagre (1584-2004)”, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Mary Oliveira do Departamento de História/UFPB, entre os anos de 2005 e 2007.

⁸ Cesare Brandi (1906-1988), formado em Direito e em Letras, centrou seus estudos em arte, história da arte e restauração, resultados de interesse pessoal e da sua ação no *Instituto Centrale de Restauro* (ICR) que se estendeu de 1939 (ano de sua fundação) até 1960, quando se vinculou à Universidade de Palermo e, posteriormente, à Universidade de Roma. Lançou, em 1963, o livro *Teoria da Restauração*, visto hoje como uma das melhores – e mais atuais – obras acerca das metodologias de restauração. Neste trabalho, utilizamos a edição brasileira, de 2004.

⁹ Walter Benjamin (1892-1940), filósofo alemão do grupo da Escola de Frankfurt, apresentou, em 1925, a tese de livre-docência intitulada *A Origem do Drama Barroco Alemão* na Universidade de Frankfurt, que foi rejeitada pela banca examinadora, mas publicada como livro em 1928. Esta é a principal obra deste teórico utilizada para traçar um conceito de ruínas.

¹⁰ Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus, de outubro de 1931.

¹¹ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 1937 e, ao longo de sua gestão, receberia outras denominações, tais como Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), entre 1946 e 1970. Posteriormente, passa a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nome que padronizaremos, neste trabalho, para tratar do órgão.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Para tanto, observou-se, numa perspectiva nacional, a legislação que rege o patrimônio histórico-cultural¹², bem como as políticas patrimoniais do IPHAN através dos relatórios de tombamento de ruínas e remanescentes e de ações posteriores de documentação e obras, constantes nas séries Inventário e Obras¹³ do órgão, presentes no Arquivo Central do IPHAN, localizado no Rio de Janeiro, RJ.

A fim de nos debruçarmos melhor sobre a análise documental, foram realizados, além do estudo dos documentos, a elaboração e preenchimento de fichas explicativas sobre proteção, problemáticas enfrentadas e as ações de preservação pelas quais o monumento possa ter passado. Com isto, se tentou traçar uma linha comum no tratamento das ruínas¹⁴. Neste momento, também recorreremos a uma bibliografia complementar, considerando as ausências existentes no arquivo pesquisado.

Uma análise mais específica se deu em relação às ruínas tombadas pelo IPHAN no estado da Paraíba. São elas: as de Nossa Senhora dos Navegantes (Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre), as da Casa da Pólvora, as da Igreja de Tambaú e as de Forte Velho. Foi pesquisado, além do Arquivo Central do IPHAN, o Arquivo da Superintendência do IPHAN na Paraíba, IPHAN-PB¹⁵. Estas ruínas contaram, também, com uma série de visitas *in loco* num período compreendido entre 2009 e 2010, buscando perceber o tipo de relação que a comunidade local tem com elas, bem como as características mais específicas de cada monumento, que foram registradas através, principalmente, de fotografias, de medições e da observação de mudanças em sua ambiência, estrutura e apresentação. Destas visitas foram elaborados, também, diários de campo com anotações, principalmente sobre o contato com a população local.

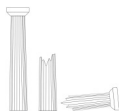
Também foram estudados publicações, relatórios de pesquisas e outros documentos que contemplam o tema e que foram considerados importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Afinal, no olhar sobre o universo de ruínas paraibanas preservadas pelo IPHAN, vale atentar que, em cada uma, tentou-se buscar

¹² Lista de leis, decreto-leis, decretos, resoluções e portarias do IPHAN (Coletânea Virtual) disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=50&sigla=Documento&retorno=paginaBibliotecaVirtual>> (Acesso em 15 de dezembro de 2008).

¹³ Para lista detalhada dos documentos pesquisados no Arquivo Central do IPHAN, ver Anexo A.

¹⁴ Consultar Anexo B.

¹⁵ Consultar Anexo A.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

informações em diferentes mídias e locais uma vez que os sentimentos e o próprio pensamento e imaginário sobre estas são percebidos diferentemente. Então, temos a presença de recortes de jornais, livros, fotografias e, entre outros, depoimentos sobre as ruínas que complementam e ajudam a entender mais sobre como elas se posicionam no momento atual e ao longo de sua trajetória.

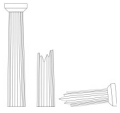
Vale frisar que, nestes documentos, foram analisados não apenas a presença, uso e importância das discussões ocorridas no que se refere às ruínas, como também os silêncios e os não-ditos existentes em relação a este tipo de patrimônio. Até porque é importante captar as mensagens (não-óbvias) intrínsecas ao documento, o que faz dele, segundo Le Goff (1994), um monumento, uma vez que este, também enquanto instrumento de poder, encontra-se permeado por informações subliminares que o pesquisador deve questionar.

Para tanto, apresentamos, inicialmente, o conceito de ruínas que permeará todo o estudo em questão. Tal conceito é algo bem mais complexo do que à primeira vista pode parecer, pois se situa não apenas entre a forma e a função da edificação em fragmentos, mas também em torno da sua apreensão por parte das sociedades. Como já dissemos antes, todo seu delinear diz respeito à memória e conservação de espaços interligados ao passado.

Para tanto, destacamos, como dito, as contribuições presentes nas obras de Walter Benjamin e Cesare Brandi que convergem e dialogam em torno dos principais aspectos que, de modo geral, caracterizam a ruína, dentre os quais, se destacam: o aspecto fragmentado, a percepção advinda de suas variadas interpretações e, para tanto, o cuidado diferenciado nas ações de preservação/ restauração e, por fim, a alegoria.

Para Benjamin, a ruína apresenta-se enquanto alegoria, sendo esta um espaço fragmentado e suscetível a variadas interpretações através dos resquícios - partes - que representam o que a mesma um dia foi, mas que, contudo, não o é mais.

A alegoria da ruína é, assim, produzida pelo fragmentado, pelo incompleto do edifício que não existe mais. E, da lacuna, a ruína ganha múltiplos conceitos e visões, o que, para Benjamin (1984), expõe sua confusão barroca. E, por isso, coloca que “As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

reino das coisas” (1984, p.200). Em meio à representação de uma edificação que não é mais o que originalmente foi, as ruínas oferecem um teatro de representação, confusão e visões diferenciadas conforme o espectador. Ou seja, uma multiplicidade de sentidos e interpretações. Uma confusão que, curiosamente, possui nexos, pois uma realidade é formada, mesmo que advinda do despedaçado. Aliás, uma confusão que dá a beleza às ruínas, pela possibilidade de variadas interpretações.

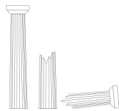
E, por esta alegoria presente no fragmento, no pedaço da ruína que se faz falar pela ausência, Paraizo coloca, baseada em Benjamim, que:

Se a ruína, como a alegoria, é algo que sobra de um suposto conjunto maior que desapareceu, é também uma tensão entre o efêmero e o eterno, sempre lembrando que o todo, do qual pretensamente é parte, não se pode reconstruir. (2006, p.03)

Cesare Brandi, em seu livro *Teoria da Restauração* (2004), analisa as ações de intervenção em ruínas pelas instâncias histórica e estética. Ele as considera como o limite extremo da preservação da obra de arte (advinda da arquitetura, da pintura, escultura, entre outros), e ressalva também que são como um testemunho mutilado do tempo humano, referente a um determinado passado. E, por tais questões, a ruína encontra-se intimamente ligada à dicotomia história e conservação, já que:

(...) enuncia uma qualificação que compete a algo que deva ser pensado de modo simultâneo sob o ângulo da história e da conservação, ou seja, não apenas e limitadamente na sua consistência presente, mas no seu passado – de que traz o seu único valor, sendo a sua presença atual, em si, desprovida de, ou com, escassíssimo valor – e no futuro, para o qual deve ser assegurada, como vestígio ou testemunho da obra humana e ponto de partida do ato de conservação (2004, p.64-65).

A ruína, deste modo, consiste em “(...) tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação aquele que se revestia antes” (BRANDI, 2004, p.65). Pois o fragmento mutilado não conta mais com a unidade potencial da obra de arte. E, por isso as ações de intervenção em ruínas devem apenas, segundo ele, envolver a consolidação das estruturas e conservação da sua ambiência, já que este espaço-ambiente é qualificado pelas mesmas em sua mutilação. O respeito à história da



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

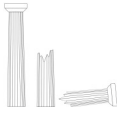
ruína, desse modo, é preservado. Afinal, até do ponto de vista estético, segundo Brandi, a ruína encontra-se arraigada à sua instância histórica, isso porque o seu aspecto atual e sua preservação se dão justamente por questões de valor histórico.

É possível perceber que Cesare Brandi, de modo semelhante a Benjamin, vê as ruínas em seu aspecto fragmentado e em sua impossível volta ao todo. Enquanto um as ressalta por seu caráter simbólico, o outro as trata enquanto objeto de conservação inerente a si. De qualquer modo, podemos entrevê-las, no pensamento de ambos, como bens contraditórios e peculiares, necessitando de ações de preservação e de tratamento particulares. Afinal, são várias interpretações e visões que se encontram num único fragmento, num único espaço.

Dúvidas aparecem na discussão sobre quando a arquitetura deixa de existir para tornar-se ruína e, então, arqueologia. Para Brandi (2004), isso ocorre quando a mesma não pode voltar a seu estado completo a não ser como um falso; para Mori (2006), isso é uma questão de percepção daquele que a visualiza. À primeira vista tal discussão pode parecer supérflua, contudo, no quadro do debate sobre a preservação de monumentos históricos em ruínas, ela se torna importante pela própria importância do conhecimento dos conceitos, bem como a fim de se evitar impropriedades como as que levaram a casos que discutiremos adiante, a exemplo da definição do Palácio dos Capitães Gerais, Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, como uma “semi-ruína”¹⁶, ou mesmo ao tombamento de edificações como ruínas e vice-versa.

Benjamin (1984) não debate esta questão, contudo, considerando o seu conceito, a determinação de ruína também se encontra em meio à dos fragmentos de uma estrutura que, de fato, não pode voltar mais a ser o que era, mas que, conjuntamente, a representa através da alegoria. Por isso que, ao falar-se de ruína, pode haver dúvidas quanto ao momento exato em que a mesma se configura enquanto tal. Contudo, é necessário evitar que tais dúvidas se estendam à sua conceituação, pois dela dependem as decisões relativas às ações de preservação, valoração e intervenção, cruciais para o monumento. Afinal, nem todo resto é ruína.

¹⁶ Ao final do processo de tombamento, este bem foi preservado enquanto edificação degradada – o que, de fato, o era – e, posteriormente, reconstruído. Trataremos, com mais detalhes, sobre o tombamento do Palácio dos Capitães Gerais no capítulo 02 desta dissertação.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Entretanto, infelizmente ainda é possível perceber a confusão no que se refere ao uso de diferentes conceitos em se tratando da discussão sobre a preservação de ruínas. Outro exemplo disto é o uso de conceitos como o de “remanescentes” para referir-se a elas, pois apesar deste englobar, de fato, o que é ruína, esta apresenta peculiaridades que devem ser consideradas nas reflexões e ações de preservação adequadas às suas características. Por sua vez, os “remanescentes” não contam com tantas particularidades, configurando-se como qualquer tipo de restos ou vestígios e sem neles incidir ações de preservação diferenciadas. As ruínas incluem-se como remanescentes, contudo, nem todo remanescente é ruína. Ainda mais, os remanescentes, como um grupo homogêneo, não apresentam a alegoria e a representatividade que da ruína.

Para usar um exemplo desta imprecisão dos termos, extraída da documentação relativa à preservação do patrimônio no Brasil, podemos citar o tombamento das Ruínas do Forte Tecla, no Rio Grande do Sul, ocorrido em 1970, e registrado no livro do tombamento histórico como “remanescentes de fundações”. Contudo, no texto do tombamento, fica claro que se trata de ruínas, inclusive porque é assim que o bem aparece constantemente nomeado¹⁷.

A confusão entre conceitos também se encontra presente, em certos momentos, também na literatura da área, como se pode perceber no verbete “resto” do dicionário de arquitetura Corona & Lemos:

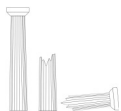
Resto – As ruínas de um edifício. O remanescente das antigas obras, recuperável ou não, que favorece indicações necessárias ao estudo da arquitetura avoenga. (...)

Ruína – O mesmo que RESTO (CORONA & LEMOS, 1989, p.409; p.416)

Brandi destaca também esta preocupação quanto o cuidado com os termos:

(...) *ruína* não é qualquer resíduo material e tampouco remanescente de um produto da ação humana, mas (...) a designação técnica de *ruína*, para os fins da restauração, traz em si implicitamente o reconhecimento e a exigência de um ato a ser desenvolvido para a sua conservação (BRANDI, 2004, p.77).

¹⁷ A discussão do tombamento de remanescentes e ruínas no Brasil será mais amplamente apresentada no capítulo 02.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

E esta relação com a conservação é intrínseca à mesma, e apresenta, ao longo da legislação internacional construída em torno do tema, peculiaridades que devem ser atendidas.

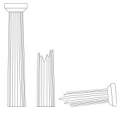
Os conceitos utilizados devem ser objeto de muito cuidado, inclusive no que se refere à determinação destes. Deve-se, por exemplo, evitar a nomeação de edificações como ruína, bem como as confusões entre uma ruína patrimonial e uma edificação em estado degradado. Neste último caso, afinal, o degradado não chega a ser ruína, é apenas um possível caminho para esta. O *estado* de ruínas ainda não a torna uma propriamente dita. Tal questão envolve a própria preservação dos bens, já que o monumento tem uma flexibilidade maior no tratamento do seu degradado, enquanto, à ruína, temos limitações quanto a sua conservação.

A ruína não é apenas algo que sucumbiu com o tempo, mas um meio de obter conhecimento de um passado que se intenta examinar ou mesmo rememorar. Além de documento, elas são representações do que foram, do que passaram - de sua construção até o momento presente - e do que são. E, por isso, apresentam toda esta poeticidade, em torno de si e de suas diversas visões, já que, pela ausência, ou seja, pelo fragmento, pode-se imaginar e interpretar. É isto que, que por sua vez, atribui um caráter positivo à ruína por ações de conservação, além, é claro, do seu valor histórico.

Então, para além da alegoria do passado, também temos uma alegoria sobre toda a trajetória, toda a história das vivências destas ruínas no seio das sociedades em que se situam ou desligadas destas. Tais situações também contam no momento de interpretá-las. Afinal, como Pesavento coloca, para além da materialidade visível, é a invisível que permite a interpretação.

Assim, a ruína contém a virtualidade do declínio e é desta condição que retira sua força, permitindo sonhar o passado, despertando a memória e provocando a emoção e as sensibilidades. A ruína é fantasmática, produz emoção, é reserva de sensibilidade e propicia uma transfiguração temporal (PESAVENTO, 2006, p.06).

E, das várias interpretações, as sociedades continuam a valorar e preservar as ruínas. Enquanto alegoria do passado, poética das diversas visões e testemunhas do tempo, elas tiveram um papel interessante no delinear das



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

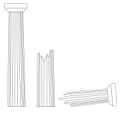
sociedades considerando, por exemplo, os conceitos e visões atribuídos a estas ao longo do tempo.

A fim de se estabelecer um referencial teórico para conceituação e entendimento das ruínas, foram estudadas as obras de restauradores e filósofos que dissertam sobre o tema, dentre os quais vale ressaltar, como já foi dito, as obras de Walter Benjamin e de Cesare Brandi. Em conjunto com estes teóricos, debatemos as idéias de restauradores como John Ruskin e Eugène Viollet-le-Duc, e historiadores, sociólogos e arquitetos como Olga Matos, Márcia Chuva, Henry Pierre Jeudy e Victor Mori.

Considerando este referencial teórico, no primeiro capítulo e em toda a discussão subsequente da dissertação, estudaremos a trajetória do conceito de ruínas ao longo do tempo e sua correlação com as ações de preservação do patrimônio histórico-cultural.

No segundo capítulo, levamos a mesma discussão para o contexto brasileiro, buscando entender a preservação das ruínas no Brasil a partir da principal instituição federal de preservação do patrimônio histórico-cultural, o IPHAN. Neste momento, serão analisados os tombamentos de ruínas e remanescentes no Brasil, pensados em conjunto com a sua legislação de proteção.

No terceiro capítulo, serão debatidos os quatro casos de tombamentos de ruínas localizadas na Paraíba, são elas: as ruínas da Casa da Pólvora e as destruídas ruínas da Igreja de Tambaú, no município de João Pessoa, as ruínas de Forte Velho, em Santa Rita, e as ruínas do Almagre, no município de Cabedelo.



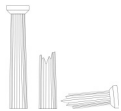
1. MEMÓRIA, FRAGMENTO E ALEGORIA: A RUÍNA

Apesar do conceito de ruínas já ter sido descrito anteriormente, através dos teóricos como Brandi e Benjamin, vale colocar que a visão do que seria ruína mudou bastante no Ocidente com o passar do tempo. Afinal, o que era (e, por vezes, ainda é) considerado exclusivamente como resquícios de grandes civilizações antigas foi ganhando outras interpretações, inclusive com ampliação do seu próprio sentido. Estes novos olhares sobre as ruínas incidiram direta e indiretamente sobre seu conceito atual e, principalmente, sobre a definição de ações para a sua preservação. Da consideração dos fragmentos monumentais às, entre outros, ruínas resultantes de bombardeios ocorridos nas guerras do século XX, o modo de tratá-las e concebê-las passou por modificações essenciais em um processo que se estende até os dias de hoje. Sendo assim, consideramos interessante traçar, neste capítulo, uma trajetória pormenorizada sobre as mudanças deste conceito, a fim de discutir mais profundamente como tal visão sobre as ruínas mudou ao longo do tempo, de forma a considerar também as particularidades que devem ser observadas para sua preservação.

1.1. As diversas visões de ruína

É possível identificar uma preocupação, um olhar sobre as ruínas desde o século XV com o Renascimento Cultural e a valorização da cultura clássica. Ocorrido inicialmente na Itália e, posteriormente, ao longo do século XVI, disseminando-se por toda a Europa, este momento caracterizou-se pela apreciação dos valores da Antiguidade Clássica, inclusive através do estudo das ruínas greco-romanas, na busca das proporções simétricas e equilíbrio nas edificações.

Analisaram-se e estudaram-se os escritos, desenhos e relevos, assim como as ruínas romanas, o que conferiu aos artistas do século XV o conhecimento do perfeito equilíbrio das formas e dos volumes, permitindo a criação de obras originais, representativas daquela época (LUSO et al, 2004, p.33).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Naquele momento, de acordo com Fonseca (2005), os conceitos de monumento, patrimônio e preservação surgem a partir da “(...) idéia de estudar e conservar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte” (2005, p.53). Entre estes monumentos, as ruínas também eram documento de análise, até porque estavam a representar, para as sociedades em questão, o que estas viam como o esplendor das civilizações, traduzido na herança greco-romana.

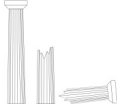
Paralelamente a esta visão documental e analítica de um passado que se fez importante ser preservado, ocorreu a valoração das ruínas por advirem de grandes civilizações e por representarem uma sobrevivência e imponentia que atravessava o tempo, o que fica claro, por exemplo, em escritos como os de Antoine Furetière (1619-1688)¹⁸, Conde de Volney (1757-1820) e de outros pensadores contemporâneos de um e de outro.

Entre os séculos XV e XVIII, não existiram ações sistemáticas de preservação de monumentos históricos. Constata-se apenas a existência de intervenções pontuais por grupos determinados, como era o caso dos papas preocupados com a preservação de edificações religiosas em Roma¹⁹. O passado, deste modo, ainda não era visto como dissociado do tempo ou mesmo sob uma preocupação de manutenção.

A prática das coleções e dos gabinetes de curiosidades exemplifica como a arte era tratada pontualmente, sem maiores contextualizações, e voltada mais para o enaltecimento e a fruição pessoal. Algo que também acontecia no campo da arqueologia, quando o mesmo tipo de colecionismo impulsionava ações de viajantes e “pesquisas” em ruínas e outros sítios arqueológicos, contudo, com pouca preocupação científica. Tais achados despertavam interesse diante da possibilidade de se encontrar tesouros e riquezas que pudessem, inclusive, serem expostos como fortunas pessoais e/ ou nos mesmos gabinetes. O passado como um todo, portanto,

¹⁸ Antoine Furetière (1619-1688) foi um léxico nascido em Paris, formou-se advogado e publicou vários livros, a exemplo de *Essais d'un Dictionnaire Universel*, em 1664. Em 1690, dois anos depois de sua morte, foi lançado o *Dictionnaire Universel de Furetière*. Para maiores informações, consultar o *Musée Virtuel de Dictionnaires*, In: <<http://www.u-cergy.fr/dictionnaires/auteurs/furetiere.html>>. Acesso em 22 de abril de 2010.

¹⁹ A participação dos papas católicos na preservação de monumentos foi também essencial para a permanência, até os dias atuais, de monumentos históricos na Itália. Contudo, isso se dava num contexto de seleção, em que era mantido apenas aquilo que os papas se interessavam em resguardar, como Choay (2001) destaca.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

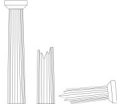
não era visto apenas como algo distante, mas também como algo pitoresco. E as ruínas se encaixavam bem neste perfil.

Neste sentido, podemos encontrar, já no século XVII, escritos como o de Furetière, de 1689, em que os monumentos eram vistos como aquilo que apresentasse valor arqueológico. O conceito de monumento voltava-se para a idéia de testemunhas de grandes civilizações, como as pirâmides do Egito e o Coliseu, em Roma (CHOAY, 2001, p.19). Monumentos estes da Antiguidade Clássica que, já naquele século, estavam em ruínas, e que eram a expressão de um passado considerado de valor.

Assim, desde o século XV, portanto, as ruínas, na forma dos monumentos arqueológicos do mundo antigo, mantiveram-se como algo importante e representativo no seio das sociedades ao qual pertenciam. É assim que se apresentam, também, na literatura de viajantes dos séculos XVII e XVIII catalogadas nesta pesquisa. O passado era um amontoado de fragmentos e colunas sobreviventes, imponentes e monumentais, daquelas tidas como grandes civilizações.

No século XVIII, localizamos outros discursos em que se pode perceber esta mesma idéia, como é o caso do relato de viagem do Conde de Volney que, ao contemplar as ruínas de Palmira, na Síria, devaneia sobre o império que uma vez lá existiu, e do qual restara apenas um “miserável esqueleto”, evidenciando o silêncio, a solidão e, entre outros, o conhecimento e a sensibilidade proporcionados pela ruína, que apesar de não falar nada, muito informava. Ainda naquele século, com o neoclassicismo e a volta da atenção para os monumentos da Antiguidade Clássica, mais uma vez as ruínas romanas aparecem em cena, e desta vez, com preocupações também científicas, mesmo que iniciais e, prioritariamente, nas escavações arqueológicas desenvolvidas na Itália.

Até meados do século XVIII, o interesse por monumentos antigos desenvolve-se lentamente. Com o movimento neoclássico adoptam-se de novo as formas clássicas do Renascimento. Surge a curiosidade e o interesse pelas descobertas arqueológicas de Pompeia, iniciam-se as primeiras escavações na Grécia, dá-se importância à escultura e arte antiga e surgem os primeiros museus como sinal da importância da história. Distinguem-se os diferentes estilos utilizados em cada época, com influência de Johann Winckelmann, e classificam-se os monumentos dentro de cronologias definidas. Adquire-se consciência de história, dotando-a de



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

valores definidos e concretos, e que é necessário preservar. (LUSO et al, 2004, p.33)

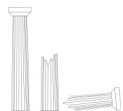
Ainda nos séculos XVIII e XIX, contudo, é possível perceber que esta atenção à arqueologia nem sempre é sistemática, delineando-se, por vezes, como uma “caça ao tesouro” ou mesmo como o estereótipo do que viria, mais tarde, a fazer sucesso nos cinemas como Indiana Jones²⁰, numa alusão à figura do aventureiro em busca de tesouros e segredos preciosos.

Neste momento, o século XIX, o mundo arqueológico presenciaria, assim, não apenas a figura dos arqueólogos aventureiros, que contribuiriam com a arqueologia principalmente tornando-a uma ciência não apenas misteriosa e intrigante para os leigos e também para outros cientistas, mas também tornando suas descobertas conhecidas, mesmo que num contexto de “caça ao tesouro”. Teríamos também as primeiras propostas em defesa da prática de uma arqueologia com maior atenção ao contexto do sítio (e não a artefatos-relíquias) e que adentra mais o universo científico e acadêmico. Apesar de, até os dias atuais, presenciarmos a busca de leigos (ou não) por riquezas em ruínas. Nas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre, Cabedelo, e nas ruínas de Forte Velho, Santa Rita, PB, por exemplo, é possível encontrar indícios, inclusive em relatos de moradores, de que não apenas foram utilizadas as pedras do monumento para a construção de alicerces de casas, mas também histórias de pessoas que buscaram “butijas”²¹ e ouro no local.

As ações mais sistemáticas iniciam-se, assim, na Itália, com Pompéia e Herculano e, posteriormente, seus resultados viriam a contribuir para avanços importantes no que se refere ao restauro arqueológico. Afinal, a partir de sítios arqueológicos como os de Pompéia e Herculano, descobertos já no século XVIII e escavados/estudados nos séculos XIX e XX, possibilitou-se um contexto científico que levaria para o avanço nas teorias de restauro e do restauro arqueológico, em que a consolidação de ruínas era vista como única ação ética possível. Por isso, o

²⁰ Personagem do cinema norte-americano criado por Steven Spielberg e George Lucas, que apresenta um arqueólogo que viaja pelo mundo em busca de riquezas arqueológicas, conquistadas aos vilões, após várias aventuras. Os filmes com este personagem são: Indiana Jones e os caçadores da Arca Perdida (1981), Indiana Jones e o templo da Perdição (1984), Indiana Jones e a última cruzada (1989), Indiana Jones e o reino da Caveira de Cristal (2008).

²¹ Termo regional que se refere às pequenas urnas que contenham algum tipo de riqueza material em seu interior e que, segundo o imaginário local, seriam enterradas de forma a evitar seu roubo.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

país tornou-se um pioneiro nesta área, tanto no que se refere às ações de preservação, como em pesquisa.

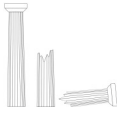
1.1.1. Século XIX: das aventuras dos ditos arqueólogos às primeiras ações de preservação

O próprio século XVIII, como já foi dito, teria na prática da arqueologia um cunho colecionista sobre os monumentos, como Zein e Marco (2007) lembram. Arqueólogos partem em busca de riquezas e tesouros nas ruínas, e em vários outros sítios arqueológicos. Este foi, por exemplo, o caso do alemão Heinrich Schliemann (1822-1890)²² e suas pesquisas arqueológicas em sítios como a possível cidade de Tróia, localizada a partir dos escritos de Homero. Em vários momentos tais sítios acabaram sendo saqueados pelo próprio arqueólogo e, muitas vezes, o que era ainda mais perigoso, foram retirados de seu contexto²³ culminando na perda das informações históricas. Vale ressaltar que, para a época, o saque destas relíquias não era vista literalmente nestes termos, mas sim em torno da idéia de colecionismo, aliás, uma prática disseminada entre os círculos intelectuais, reconhecida, aceita e valorizada pela sociedade ocidental.

Já no século XIX tínhamos, nas Américas, a formação de uma rede de intercâmbio de objetos arqueológicos, entre eles, vários provenientes de ruínas, para estes gabinetes de curiosidades ou museus localizados na Europa. Em torno das ruínas, foram estabelecidas relações comerciais, que comportavam inclusive o seu transporte até os pontos de escoamento: *“Las ruinas – como toda mercancía – adquirieron un precio fijado por la oferta y la demanda, asimismo, siguieron las rutas trazadas por el comercio de los productos locales”* (PODGORNY, 2008, p.578). Esta situação de deslocamento de peças do seu sítio original seria atenuada com a adoção de recursos como a lottinosplástica, que permitia a moldagem dos fragmentos para posterior composição de réplica nos mesmos museus ou gabinetes

²² Schliemann, segundo Funari (2003, p.10), pode ser tido como “(...) o exemplo máximo da arqueologia imperialista e aventureira”. Ou seja, a arqueologia nasce no século XIX, face à expansão imperialista das potências mundiais européias e dos Estados Unidos, com o objetivo de buscar comprovação material para escritos históricos; não nasce como uma ciência em si, o que só viria a tornar-se posteriormente, no século XX.

²³ Neste caso, referimo-nos ao contexto do sítio arqueológico, ou seja, de como os materiais encontram-se dispostos nestes em que, a partir daí, pode-se retirar informações mais completas sobre a ocupação anterior deste.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

de curiosidades (PODGORNY, 2008), deixando os fragmentos em seu contexto espacial. A aplicação deste recurso, entre outros, expressa a própria evolução da ciência da arqueologia e o desenvolvimento de métodos de escavação e estudos mais contextualizados com o ambiente.

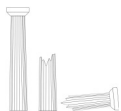
É no mesmo século XIX, contudo, que os debates se aprofundariam e ganhariam notoriedade tanto no que se refere à teoria como à prática. Foram vários os esforços científicos implementados na Itália em escavações em sítios romanos. O contexto histórico complexo, marcado pela Revolução Francesa, pelo Iluminismo e pela Revolução Industrial, permitiu essa maior atenção ao passado. Afinal, como Kühl (2004), coloca:

A preservação de monumentos históricos deixou, de modo paulatino, de ser uma ação ditada essencialmente por questões de cunho prático e se firmou como ação cultural, em especial a partir do fim do século XVIII. (...) aos poucos, e principalmente a partir do fim do século XIX, percebe-se que o momento de intervenção em uma obra era distinto daquele de sua criação e que, portanto, a forma de atuar deveria evidenciar essa diferença, sendo respeitosa em relação às várias fases por que já passou o monumento. (KÜHL, 2004, p.310)

Quanto a este momento, o próprio Viollet-le-Duc (1814-1879) também detectaria mudanças que viriam a ocorrer em seu próprio período histórico:

O nosso tempo, e somente o nosso tempo, desde o começo dos séculos históricos, tomou, em face do passado, uma atitude inusitada. Quis analisá-lo, compará-lo, classificá-lo e formar sua verdadeira história, seguindo passo a passo a marcha, os progressos, as transformações da humanidade. Um fato tão estranho não pode ser, como supõem alguns espíritos superficiais, uma moda, um capricho, uma enfermidade, pois o fenômeno é complexo (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.32-33).

Desde o século XIX, como visto, inicia-se de fato o debate em torno de restauração de monumentos histórico-culturais. Dentre os teóricos de restauração, apresentam-se argumentos diferenciados tanto a favor como contra a restauração ou qualquer outra ação intervencionista no monumento. Naquele século, assim, ocorrerá a ebulição de debates sobre preservação de modo geral e, neste meio, sobre restauração. Estes debates contavam com várias vertentes segundo região, momento histórico e conhecimento próprio.

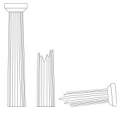


ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Na França do século XIX, por exemplo, encontramos a figura pioneira de Viollet-le-Duc e sua proposta do restauro estilístico, que buscava a restauração da edificação por um modelo ideal que, em certos momentos, pode nem haver existido. Paralelamente, na Inglaterra, formulou-se o modelo do restauro romântico, com John Ruskin e Willian Morris defendendo a ausência de ações de restauração e, no máximo, admitindo a manutenção das edificações. Na Itália, devido ao volume do corpo de monumentos que se deveria manter e restaurar, surgiu a proposta do restauro arqueológico – atentando também à conservação de ruínas –, do qual vale frisar a ação prática de arquitetos como Stern e Valadier. A Itália, em fins do século XIX, ainda seria espaço de debates entre teóricos como Luca Beltrami e sua proposta do restauro histórico e Camilo Boito e o restauro moderno. Tais pensadores viriam a tratar os monumentos enquanto documento, e por isso, com uma série de restrições à ação sobre eles. Ainda mais, teríamos Gustavo Giovannoni liderando o restauro científico e, no século XX, o pensador mais utilizado atualmente no que se refere às ações de restauração, Cesare Brandi, além de Renato Bonelli, e a proposta restauro crítico. O restauro urbanístico e a preservação do contexto urbano também aparecem neste século (ZEIN; MARCO, 2007). Atualmente, é possível perceber outras correntes mais recentes, como a vertente “crítico conservativa e criativa” que prevê uma conservação constante através de soluções criativas e inovadoras; a “conservação integral”, que vem a privilegiar a instância histórica dos monumentos e, por fim, a hipermanutenção, que vem a propor “(...) o tratamento da obra por meio de manutenções ou integrações, ordinárias e extraordinárias, retomando as formas e técnicas do passado” (KÜHL, 2004, p.318-319) ²⁴.

É possível perceber, assim, uma ebulição de idéias que tem como ponto de partida o século XIX e o direcionamento do olhar para a preservação do passado. Sobre o pensamento em torno da restauração, do século XIX ao XXI, é possível compreender também uma seqüência de vertentes em que três países são pioneiros: França, Inglaterra e Itália, sobre os quais trataremos a seguir.

²⁴ Para maiores informações sobre o percurso dos teóricos de restauração e preservação de monumentos, ver: Choay (2001), Kühl (2004), Kühl (2006/2007) e Zein e Marco (2007), entre outros.



A França e o *Mise-en-valeur*

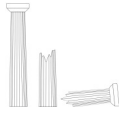
Na França, temos a importância de personalidades como Quatremère de Quincy, Eugène Viollet-le-Duc e Ludovic Vitet.

Quatremère de Quincy (1755-1849)²⁵ tem seus escritos, que influenciaram enormemente a discussão sobre a preservação de monumentos na França, publicados ainda em fins do século XVIII e início do século XIX. Sendo um nome essencial nos debates iniciais sobre preservação, já defendia, naquele momento, a manutenção, em certos casos, do aspecto de ruína (KÜHL, 2004, p.311). Ainda muito arraigado aos ideais da primeira fase da Revolução Francesa e contra a repatriação de obras de arte por parte da França, defendia que todas elas deveriam permanecer em seu entorno habitual e, por isso, foi contra a política do Diretório francês de obtenção e guarda de obras de arte italianas e de outros países ocupados, conforme expressou, em 1796, nas *Lettres sur le préjudice qu'occasionneraient aux arts et à la science, le déplacement des monuments de l'art de l'Italie, de demembrement de ses écoles et la spoliation de ses collections, galeries, musées, etc* ou, apenas, as *Lettres a Miranda* (KÜHL, 2003, p.100-101; 2004, p.113-114).

Em outra publicação, a *Encyclopédie Méthodique*, trata de verbetes como “restaurar”, “restituir” e “ruína”. Ao tratar de restauração, retoma o conceito proposto por Augustin D’Aviler (1653-1700) de modo literal, e pressupõe a atividade como um esforço de volta ao modelo original (KÜHL, 2003, p.103-104). Contudo, aprofundou o debate de tal temática ao defender, entre outros: um equilíbrio a ser mantido nas restaurações, o cuidado nas reconstruções – que dificilmente correspondem ao original – e a importância de se diferenciar o novo do antigo. Chegou a defender, também, que certos monumentos permanecessem com aspecto de ruína.

Quanto às ruínas, propriamente ditas, define-as, quando se usa a palavra no plural, como ameaças à edificação. E, quando utilizada no singular, como o “estado

²⁵ Antoine Chrysostome ou Quatremère de Quincy foi historiador de arte, arqueólogo, e pensador que se debruçou sobre a questão da preservação de monumentos e das artes. Para maiores informações sobre ele ver Kühl (2004) e Kühl (2003).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

de destruição consumado”, a ruína propriamente dita. Sob o ponto de vista de Quincy, a expressão mais usada é no plural, com um estado²⁶.

Existem, também, segundo este autor, aqueles que tem gosto, ou mesmo mania, por ruínas. E, por isso, aceleram a destruição de edificações para encontrar modelos de ruínas. Quanto a isto, afirma:

(...) se é necessário conservar com cuidado edifícios arruinados, preciosos pelos fragmentos de sua arquitetura ou pelas lembranças que a eles se ligam, não resulta disso que se deva deixá-los ruir cada vez mais ou não reconduzi-los, sempre que for possível, à sua integridade aquilo que se pode reerguer (...) (QUINCY, 2003, p.117).

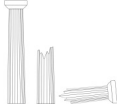
É possível observar uma preocupação, desde o século XVIII, com uma teoria sobre o que são ruínas e quais as ações que elas deveriam comportar, em que a figura de Quincy foi essencial e pioneira. Dentre outras colocações, é interessante ressaltar a importância que ele atribui às ruínas romanas. Tanto é que afirma que o próprio verbete “ruínas” está mais ligado às da Antiguidade Clássica, sendo estas também mais interessantes para a arte do que as modernas, pois:

Milhares de idéias, milhares de lembranças, milhares de sentimentos ligam-se às *ruínas* dos monumentos antigos que não poderiam ser produzidos por aquelas de uma data recente. É por isso que as *ruínas*, à medida que envelhecem, parecem adquirir mais direitos pelo nosso respeito e, por consequência, pela sua conservação. (QUINCY, 2003, p.113)²⁷

A importância das ruínas gregas para a arquitetura e a pintura, segundo ele, ocorre principalmente depois do Renascimento. O mesmo período marca também sua importância para a crítica de arte antiga e para a história e teoria da arte. Ruínas estas que foram percorridas por viajantes em diferentes regiões da Itália, Grécia, Sicília, entre outros, e que contam a história dos locais em que se encontram. Afinal, “Não existe nenhuma cidade da Itália que não se tenha ocupado de encontrar nessas antigas *ruínas* seus títulos genealógicos” (QUINCY, 2003, p.115). Quanto à

²⁶ Esta diferenciação pode ser percebida até os dias atuais, quando por vezes intitula-se uma edificação degradada como ruínas.

²⁷ Mais tarde, Alöis Riegl (2006), em sua obra *O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese*, sobre a gestão patrimonial na Áustria, desenvolveria tal idéia ao debater o valor de antiguidade dos monumentos.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

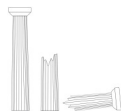
pintura, coloca que estas inspiram artistas como Rafael, e estão também bem presentes nas pinturas de paisagem, sendo interessantes por serem pitorescas²⁸.

Em seqüência ao debate teórico que viria a se estabelecer no século XIX, naquele momento as teorias de restauração mais polêmicas, debatidas e seguidas seriam de pensadores provenientes da França e da Inglaterra, principalmente Viollet-le-Duc e John Ruskin.

Na França da Revolução Francesa, pela qual Quincy havia lutado, seriam despertados novos sentimentos diante de monumentos que foram perdidos devido aos atos de vandalismo e de destruição ocorridos durante o período revolucionário. A preservação do passado não apenas convergia no contexto da época, mas também surgiria como uma demanda por parte da população e do país que queria e precisava mantê-lo. E este é o momento em que foram criadas as primeiras instituições de defesa do patrimônio na França – servindo de modelo para o que passaria a existir na Europa. Afinal, o passado seria institucionalizado de maneira a garantir sua preservação na sociedade, mesmo que isso significasse sua restauração/reconstrução. Ainda mais, o passado tornava-se digno de debate e ação.

É no contexto deste sentimento de ameaça da memória material na França, em 1830, que Ludovic Vitet assumiu o cargo de inspetor geral dos monumentos históricos. Dentre seus principais interesses estavam aqueles voltados para os monumentos medievais, a exemplo das ruínas do Castelo de Coucy. E, em sua gestão, atentou para o registro histórico e documental dos monumentos como uma forma de preservação; contribuiu para a crítica e pensamento em torno da restauração, além de implementá-la; militou contra o fetiche da datação do monumento, e, por fim, foi tido por Viollet-le-Duc como um pioneiro no campo da restauração e do estudo de monumentos medievais, colocando-as como arte em seu estado completo (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.41-44).

²⁸ Além da pintura de Rafael, isto também poderia ser exemplificado pela pintura holandesa no século XVII, o século de ouro da pintura de paisagem, através de artistas como Frans Post que, ao pintar sobre o Brasil e, mais especificamente, sobre a vila de Olinda, Pernambuco, retratara-a em meio às colunas despedaçadas, símbolos de sua anterior tomada e depredação. As ruínas, ou seja, os pedaços, contavam com uma conotação particular simbolizando a destruição, mas também atraindo um caráter mítico e poético para a obra. Algo que pode ser visto e é explorado até os dias atuais ao perceber-se museus que buscam a ambiência da ruína, como o Museu do Céu, no Rio Janeiro, e exposições como a já citada Fratelli Vita, Salvador, BA.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Com esta Inspeção Geral, a França teve vários de seus monumentos, principalmente medievais, restaurados e/ou estudados. Era o momento de ebulição da preservação e o país mobilizara-se para tal segundo, principalmente, os preceitos de seus chefes da instituição, mas também por um de seus principais arquitetos, Viollet-le-Duc.

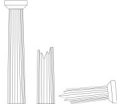
Em 1835, Vitet foi transferido para a Comissão de Monumentos Históricos, em que, até 1848, mais uma vez, passou a estudar diversos monumentos medievais, enquanto Prosper Mérimée assumiu a Inspeção Geral dos Monumentos Históricos, em que também estudou e promoveu a preservação de monumentos da Antiguidade e do Medievo²⁹.

Na França da Inspeção Geral e Comissão dos Monumentos Históricos e com uma preocupação forte com a restauração e preservação de seus monumentos históricos, principalmente após as destruições percebidas durante a Revolução Francesa, Eugène Viollet-le-Duc surgiu como um importante arquiteto nas ações práticas e na teoria sobre preservação. Apesar de bastante criticado, é clara sua importância num momento em que não havia debate sobre o assunto e, ainda mais, ao se traçar uma teoria que guarda contribuições até os dias atuais, como é o caso da importância de estudos profundos sobre o monumento antes de se realizar a restauração.

Viollet-le-Duc defendeu a restauração da obra de arte seguindo para um caminho ideal não concernente, necessariamente, com a sua história e estrutura original. Segundo ele, “Restaurar um edifício quer dizer reintegrá-lo em um estado completo, que pode não ter existido nunca em um dado tempo” (2000, p.29). Uma remodelação do antigo pode vir a tornar-se uma nova construção, pensada pelo arquiteto do presente, num esforço por um modelo melhor que o anterior a fim de embelezar, tornar mais eficiente e/ou fortalecer estruturalmente a obra.

Em seu verbete “restauração” no *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*, Viollet-le-Duc criticou o fanatismo com que se passa a tratar o passado, em que o novo, por vezes, é visto como a quebra das tradições. Segundo o mesmo, para o sucesso de uma restauração, é preciso a execução de

²⁹ Outra instituição criada neste momento foi o Museu dos Monumentos Franceses, responsável pela grande transferência de obras das regiões da República para a França, questão criticada por Quatremère de Quincy.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

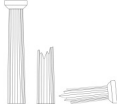
um relatório detalhado sobre o bem, que o arquiteto deve estudar previamente para só assim poder atuar no mesmo. E, se o monumento pode ser embelezado e contar com maior eficiência estrutural, com a adição de novos elementos numa restauração, assim deve-se renunciar ao primitivo e fazê-lo. Sobre a ação do arquiteto, conclui que o mesmo tem que ser como um “cirurgião habilidoso” e experiente, passando a agir apenas depois da realização de um completo estudo prévio (2000, p.50-68).

Este conhecimento por parte do arquiteto é diferenciado conforme o espaço e época do monumento, em que o próprio estilo ou a escola artística se modifica de local para local. Além de se certificar de que o monumento seja restaurado segundo o estilo ao qual pertence, é importante que o arquiteto seja também um bom construtor e um bom conhecedor das formas e maneiras de construção de cada época. Além disso, deve também ter conhecimento sobre os diversos períodos da arte e suas escolas (seguidas de cada estilo) dentro da arquitetura.

Em relação às ruínas, Viollet-le-Duc trata da restauração como uma forma de evitá-las – como o ato de salvar-se das ruínas – e, em caso de edificações neste estado ou sob ameaça de assim o ficar, admite a reconstrução. Entretanto, para que isto ocorra, é preciso cuidado a fim de que o monumento não seja falseado:

(...) é necessário, antes de começar, tudo buscar, tudo examinar, reunir os menores fragmentos tendo o cuidado de constatar o ponto onde foram descobertos, e somente iniciar a obra quando todos estes remanescentes tiverem encontrado logicamente sua destinação e seu lugar, como os pedaços de um jogo de paciência (VIOUET-LE-DUC, 2000, p.69-70).

Dentre suas restaurações polêmicas, mas que cabiam no contexto da época, temos o exemplo da intervenção no Castelo de Pierrefonds, em Pierrefonds, ao norte de Paris, França, realizada em conjunto com a Comissão de Monumentos Históricos.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



Figura 2: Castelo de Pierrefonds. Foto: Conexão Paris, sem data³⁰.

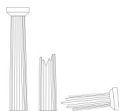
Das ruínas, o castelo foi reconstruído sob mando do próprio governo e de acordo com a teoria do arquiteto, que claramente priorizou o estilo frente à história.

A obra mais emblemática de Viollet-le-Duc deverá ser o restauro do Castelo de Pierrefonds, onde se assiste a uma notável evidência dos aspectos criativos. O Castelo foi mandado construir em 1396 pelo Duque de Orleães, irmão do então Rei Carlos VI, como fortificação militar. (...) Depois de ser palco de várias guerras, a 16 de Maio de 1617, o Rei Luís XIII decide dismantelá-lo pelo que algumas zonas do castelo ficam completamente em ruínas e os telhados são destruídos (...). O castelo está representado em desenhos e pinturas da época, ficando conhecido como “*ruínas pitorescas*” e ponto de interesse nas visitas românticas aos bosques de Valois. Em 1848 é declarado monumento nacional, noção que apareceu em seqüência da Revolução Francesa.

Em 1857 Napoleão III decide restaurar o Castelo de Pierrefonds e Viollet-le-Duc é encarregue dessa tarefa. O arquiteto francês trabalha no projeto intensa e cientificamente. Faz o levantamento das ruínas e através da informação obtida consegue reconstruir a planta do edifício original, assim como oito estátuas em cada uma das torres. Em 1863, Napoleão pretende que o castelo seja habitável e Viollet-le-Duc teve que acondicionar o edifício às novas exigências, modificando o interior, projectando salas novas com influencias românticas e aumentando um andar a dois torreões da entrada em estilo medieval (LUSO et al, 2004, p.36).

Outras reconstruções de ruínas no currículo de Viollet-le-Duc foram as de Carcassone, Aude, França, trazendo-as de volta a seu estado original.

³⁰ Disponível em: <<http://www.conexaoparis.com.br/2010/01/21/castelo-de-pierrefonds/>>. Acesso em 22 de abril de 2010.



Inglaterra: O restauro romântico e a manutenção da ruína segundo John Ruskin

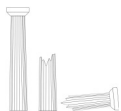
Na Inglaterra, com repercussão em toda a Europa, surgiu neste mesmo momento, outro nome nos estudos de preservação, John Ruskin (1819-1900)³¹, um representante dos pensadores que eram contra qualquer tipo de intervenção no monumento. Defendia que o mesmo seguisse seu rumo natural sem maiores preocupações em ações para conter um possível arruinamento.

Fundou, em 1877, a Sociedade de Proteção dos Edifícios Antigos. Influenciou profundamente William Morris, que lançaria o Movimento *Arts and Crafts* e defenderia com ele a manutenção dos monumentos contra o restauro. Formariam, juntos, o Movimento Anti-Restauro (LUSO et al, 2004, p.37). Na Inglaterra da Revolução Industrial, do ornamento industrial e da reprodutibilidade na linha de produção, o direcionamento pelo artesanal foi um meio e uma ansiedade de Morris em retomar valores grupais e solidários típicos da produção nas guildas medievais, mas que, naquele momento, desapareciam rapidamente face ao predomínio da maquinofatura. Em paralelo, suas lojas de móveis e demais elementos de decoração, quando abertas, fizeram sucesso principalmente perante a burguesia que podia adquiri-los. Ainda mais, seu movimento influenciaria várias escolas de arte, como a Bauhaus, na Alemanha.

Em seu livro *Pedras de Veneza*, disposto em três volumes publicados entre 1851 e 1853, no qual se apresenta contra o advento do Renascimento na cidade de Veneza por considerar que, enquanto o movimento cresce e o gótico desaparece, acentua-se também a sua decadência e perda de fé da própria cidade.

Para Ruskin, a estética e a execução da obra eram meios de expressão da moralidade e da fé. Tanto é que valorizava o aspecto tremido presente no gótico, por exemplo, justamente por este revelar a presença da mão humana na obra, expondo também o prazer e a fé em sua realização. Algo que, segundo ele, veio a perder-se no Renascimento, com as linhas puras e retas da arquitetura junto com a busca de

³¹ Crítico de arte, escritor, crítico social e artista, John Ruskin formou-se em Licenciatura em Clássicas e Matemática pela Universidade de Oxford em 1842. Em sua vida, escreveu vários títulos de crítica de arte, arquitetura e política social, dentre os quais destaca-se a obra *Pintores Modernos (Modern Painters)*, *As Sete Lâmpadas da Arquitetura (The Seven Lamps in Architecture)* e *As Pedras de Veneza (The Stones of Venice)*.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

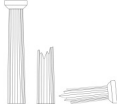
enaltecimento pessoal e teatralização da arte. O encontro com Deus pelo fazer artístico, deste modo, estava fadado a ser mera encenação³².

A posição de Ruskin quanto à preservação inspirou o restauro romântico, com a crítica às ações de restauração, permitindo-se apenas a manutenção. Afinal, a edificação, para o mesmo, contava com uma trajetória na qual intervenções humanas não seriam necessárias ou mesmo bem vindas, sendo preferível, a estas, a própria morte do bem que, vale colocar, seria inerente à sua própria trajetória.

Para Ruskin, a edificação trazia consigo o espírito de quem nela habitou e também de quem a criou. A glória de um edifício se dá por sua idade e todo o espírito que exala, e o próprio pitoresco das ruínas é uma forma de se expressar esta idade. Portanto, quanto aos edifícios, coloca também que “Nós não temos qualquer direito de tocá-los. Eles não são nossos. Eles pertencem em parte àqueles que os construíram, e em parte a todas as gerações da humanidade que nos sucederão” (2008, p.83). É fato que a sua ruína e sua degradação chegarão um dia, contudo, a restauração seria a sua destruição, através do seu falseamento; seria a privação da memória do monumento. Portanto, as sociedades devem cuidar dos seus monumentos (RUSKIN, 2008, p.79-83). Afinal, podemos ainda aprender com os “fragmentos esfacelados” da Grécia Antiga, por exemplo (RUSKIN, 2008, p.55).

Uma vez que, para Ruskin, as ações de preservação, como um todo, eram mal-vistas, a ruína, subentende-se, era um caminhar natural para o próprio fim do monumento. O bem, com uma temporalidade determinada, é vivo enquanto vive, mas irá morrer em seu trajeto existencial. Como um organismo, assim, o monumento vive e deve caminhar em direção à sua morte. Quanto a isso os homens não poderiam fazer nada. Afinal:

³² Esta visão de perda do prazer artístico proveniente do Renascimento também pode ser colocada em contraponto com a mudança no projeto arquitetônico a partir da mesma época. De fato, o movimento renascentista separou o arquiteto do delinear da obra, uma vez que o projeto passaria a contar com uma precisão matemática e, por isso, o trabalho conjunto com o mestre de obras, tão comum durante a Idade Média na construção de igrejas góticas, não era mais necessário. As guildas medievais, em que comunidades juntavam-se para a construção, por meses ou anos, de uma catedral gótica e imponente em seus detalhes e representação divina, portanto, tornaram-se parte de um passado que Ruskin via decair cada vez mais. Isso era visível especialmente na cidade de Veneza onde o Renascimento se fez presente, inclusive nos túmulos de seus cidadãos, com o aparecimento, cada vez maior, de virtudes e outras figuras que enalteciam o dono da tumba ao invés de, como antes, representar a serenidade da morte com sua posição deitada, dormindo em paz eterna. A fé estaria abalada para Ruskin, e com ela também a arte. Para maiores informações sobre os sistemas de construção medieval e do Renascimento, ver Benévolo (1972).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Revelando óbvias tendências conservantistas Ruskin defende, assim, uma doutrina de reverência do passado e pela continuidade temporal, denunciando por isso implacavelmente o restauro arquitetônico (...). Para ele, um edifício restaurado era uma fraude, um atentado contra a antiguidade, traduzindo a ruptura dos estilos e a falta de uma tradição viva. Assim, a decadência dos materiais era sinal de vida e de uma natureza orgânica, pelo que os edifícios podiam ser quanto muito reparados, mas não restaurados (RAMOS, 2002, p.106).

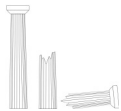
A ruína, para este teórico, é vista no pitoresco das edificações. Este pitoresco é trazido a tona pela “sublimidade parasitária”, que corresponde justamente aos elementos acidentais à obra e que lhe atribuem uma particularidade. Na ruína, este caráter acidental se dá pela deterioração, em que a natureza, cada vez mais, toma a arquitetura para si, consumindo-a.

Dentre as diferenças existentes entre Le-Duc e Ruskin, Meneguello (2008, p.225-230) expõe que, enquanto o primeiro enfocava a técnica, o segundo, enfocava o emocional. O que também se relaciona com o modo pelo qual cada nação enxergava e tratava sua memória (na França, institucionalizada pelo governo e, na Inglaterra, pela iniciativa particular). Contudo, há elementos que os unem, como o valor atribuído ao gótico e a idéia de unidade do estilo. E, mais especificamente, para Le-Duc, o restauro era visto como uma volta a um estado ideal e o passado como algo morto, e que, por isso poderia ser modificado. Já, para Ruskin, a restauração era a própria destruição do bem, pois o passado era entendido como o objeto em que o espírito do edifício se emanava (MENEGUELLO, 2008). A autora ainda estabelece outras relações que a fazem entender que a diferenciação entre ambos, proposta na literatura atual sobre o assunto, é superficial:

O esforço para criar os dois eixos paralelos Ruskin/Le-Duc proíbe a poesia de Le-Duc e os minuciosos desenhos e descrições dos interiores das catedrais feitos por Ruskin. Ruskin e Le-Duc são eixos contemporâneos, que se entrecruzam em vários momentos. (MENEGUELLO, 2008, p.230).

O restauro arqueológico e os teóricos de restauração na Itália

No século XIX foi possível perceber, além de um processo de maturação das ações de preservação, ações em monumentos arqueológicos em ruínas.



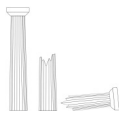
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Este processo de maturação [do debate sobre preservação] somou-se a formulações teóricas e a experiências sistemáticas, de inventário e de intervenção, que se desenrolaram no século XIX, algumas evidenciando repercussões do positivismo, verificando-se várias vertentes. Entre elas, podem ser citadas as várias restaurações voltadas a monumentos arqueológicos, feitas naquele período, tais como as realizadas por Rafaele Stern e Giuseppe Valadier na Itália, citadas e analisadas por Quatremère de Quincy. Trabalhava-se por meio de consolidação, liberação das ruínas, recomposição com formas simplificadas e com materiais diversos dos originais, fazendo com que a intervenção fosse distinguível da obra original. As obras executadas por eles, sobretudo as do Arco de Tito e do Coliseu, tiveram grande repercussão nas formulações teóricas italianas que se seguiram (KÜHL, 2004, p.311).

Em meio à ebulição do debate sobre restauro, na Itália, desde Pompéia³³, focou-se em monumentos da Antiguidade Clássica dos quais alguns em ruínas, a exemplo do próprio Coliseu. Enquanto teóricos franceses e ingleses contavam com um olhar voltado principalmente para a arquitetura da Idade Média e o gótico, a Itália, desde as ações pontuais no século XV, contava com uma preocupação em relação à herança arqueológica romana. Tanto é que, até os dias atuais, é possível perceber como esta valorização e interesse pela sua preservação são presentes no seio da sociedade romana. Bem como, pode-se perceber um grupo de teóricos e de ações de restauração em monumentos antigos que fazem da Itália o berço das mais recentes e aceitas teorias do restauro.

O restauro arqueológico, além de apresentar as restrições ao manejo dos monumentos, apresenta também, como diferença, principalmente o objeto a que se refere: os monumentos antigos. Mori recorre à Carta Italiana do Restauro para afirmar que este objeto pode ser colocado, mais especificamente, como um “organismo antigo que perdeu sua forma e sua função” (2006, p.120). O restauro arqueológico, deste modo, permearia as ruínas. Trata-se, portanto, de mais uma comprovação da importância desta variante das teorias do restauro na Itália, considerando a cultura material fragmentada que possui, principalmente aquela pertencente à Antiguidade Clássica.

³³Vale colocar que o início das escavações em Herculano e Pompéia ocorreu, respectivamente, em 1738 e 1748, o que comprova que desde o século XVIII o olhar da Itália volta-se para esta área e para um determinado grupo de monumentos, os da Antiguidade Clássica. Tais características levariam este país a agregar historiadores que, mais tarde, veriam o monumento como um documento – a exemplo da teoria de Boito – e, entre outros, o restauro como um processo histórico-crítico, com Brandi, que discutiremos adiante.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

E este enfoque colocado naquele país, desde o século XVIII, pode também evidenciar os avanços percebidos no campo do restauro e, também, na própria arqueologia, já que, por ruínas, tratamos também de monumentos arqueológicos.

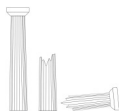
Em fins do século XIX teríamos, na Itália, já fora da esfera do restauro arqueológico, pensadores como Camilo Boito (1836-1918) que recomendava, entre outros, o caráter documental do monumento pelo respeito à sua matéria e seu tempo. Um pensamento que seria mais desenvolvido no século XX (KÜHL, 2006/2007, p.139-140). Boito, em um contexto de forte discussão que também comportou ações como a de Carlo Cattaneo e Tito Vespasiano Paravicini, restringem as ações em bens considerando que a restauração poderia se tornar uma falsificação. E a restauração passa a ser vista, por este grupo, mais por um caráter conservativo (KÜHL, 2004, p.313). Sobre este momento, Kühl destaca:

Apesar da existência de variadas vertentes, na prática de intervenções foi bastante comum no século XIX e início do século XX a busca de um estado supostamente completo e original, resultando em críticas e ardorosos debates em função das perdas e deformações que geravam nos documentos históricos. A ênfase no valor documental da obra se firmaria no século XX, por meio da atuação de vários profissionais, destacando-se Gustavo Giovannoni, e seria consolidada em âmbito internacional, na Carta de Restauro de Atenas de 1931 (...). (2004, p.314)

O italiano Gustavo Giovannoni (1873-1947), segundo Kühl (2004), privilegiou a manutenção frente às ações diretas de restauração nos monumentos. Defendia, também, uma classificação das ações de restauro, a preservação da ambiência do bem, assim como estudos rigorosos e, entre outros, o uso de técnicas modernas nas ações de restauração e manutenção. Seus escritos levariam à Carta Italiana do Restauro de 1972, que viria a debater as ruínas terrestres e subaquáticas, bem como as ações a serem realizadas nelas.

Demais teóricos: Riegl e a catalogação do valor

No mesmo momento, na Áustria, emergia a figura do historiador de arte Alöis Riegl (1858-1905) e sua teoria em torno da gestão da preservação de monumentos históricos com relação às diversas formas de atribuição de valor. Em 1903, ele



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

lançou o livro *O Culto Moderno dos Monumentos*³⁴, em que discute os monumentos propondo a sua diferenciação através da noção de valor. Esta noção é considerada através dos valores de rememoração que, por sua vez, subdividem-se em valores histórico, artístico e de antiguidade; e dos valores de contemporaneidade, que se subdivide em valores de novidade e de arte. Este último divide-se nos valores relativo e de uso³⁵.

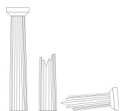
Segundo tal divisão, principalmente entre os valores histórico e artístico, é perceptível um conflito constante com o valor de antiguidade, segundo o qual a valoração do monumento é atribuída justamente por sua degradação, embora não possa, de acordo com Riegl, fornecer ao observador ao menos uma “impressão difusa” de si mesmo (2006, p.51). Neste tipo de monumento, o interesse está em sua trajetória, como um pergaminho e suas informações em conjunto com seu aspecto amarelado. Nesta categoria se inserem as ruínas.

As ruínas e o valor de antiguidade que emana delas, segundo Riegl, despertam atenção pela sensibilidade e afetividade endereçada às pessoas cultas e às massas, mas não como elementos de uma determinada cultura histórica. Ou seja, não possuem valor histórico, apesar de Riegl definir este último como: “(...) o mais abrangente (...). Chamamos histórico tudo o que foi e, hoje, não é mais” (RIEGL, 2006, p.44). Ora, um conceito semelhante a este é o de ruínas proposto por Walter Benjamin.

O culto moderno das ruínas, salienta, é diferente daquele praticado desde o século XVII, da demonstração da grandeza do passado e da nostalgia, para a atual impressão de antiguidade que as ruínas evocam.

³⁴ Utilizamos, neste trabalho, a impressão da Editora da UCG, de 2006.

³⁵ Dentre os valores de rememoração, temos: o valor de antiguidade, aos bens a que se reconhece um passado distante, advindo de seu degradado; o valor histórico, determinado subjetivamente aos bens que representam uma determinada forma, estado e lugar; e o valor de rememoração intencional, referente àqueles bens que já foram construídos com intenção de monumento. Dentre os valores de contemporaneidade, temos: o valor de uso, relacionado à utilização do monumento; e o valor de arte, que, por sua vez, exige o valor de novidade, referente à obra de arte em seu aspecto concluído; e o valor de arte relativo, que corresponde à sua ruptura moderna frente às gerações anteriores, evidenciando seu momento e contexto histórico.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

As ruínas apresentam-se na esfera do valor de antiguidade através justamente do devir da morte, por sua aparência deteriorada e por sua vetustez. Tais características fariam emergir o interesse por sua preservação³⁶:

O valor de antiguidade sobrepõe-se com evidência ao valor histórico, que repousa sobre um fundamento científico, e, portanto, só é acessível por um esforço de reflexão. O valor de antiguidade manifesta-se imediatamente à mais superficial percepção ótica e direciona-se, portanto, diretamente à sensibilidade. (RIEGL, 2006, p.75).

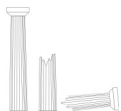
Como este valor implica na deterioração do monumento, os conflitos se dão quanto à escolha, ou não, de uma intervenção restauradora, priorizando, ou não, o seu valor de antiguidade. Uma escolha que não atente para o seu valor de antiguidade, por exemplo, pode tornar-se um mero falso ou algo completamente diferente do que o monumento uma vez foi. Entretanto, este conflito gerado pela suposta perda de tal caráter dependerá dos próprios valores artístico e histórico, uma vez que possuem uma amplitude maior que o valor de antiguidade.

Para além da degradação, é de fato preciso, para as ruínas, um valor acima da mera visualização da destruição, algo a mais que implique que tal monumento seja mantido, mesmo que seja um valor econômico. Até porque o valor de antiguidade indica mais um estado e sentimento em relação ao monumento do que um valor em si, sendo assim mais viável para a solução de questões de manutenção do bem, e não como valor originário de sua preservação em si. Por exemplo, o Coliseu, para os cidadãos de Roma, possui valor por toda a carga histórica que carrega, que também atua como um fator de identidade. O valor de antiguidade é muito minimizado nesta ruína em relação a uma qualidade maior, uma relação maior do que a mera observação da morte de um bem. E, lá, o Coliseu certamente ainda permanecerá por décadas, definindo a cidade de Roma³⁷.

Portanto, num paralelo entre preservação, restauração e os valores tratados por Riegl, vale colocar que cada um exercerá seu papel em maior e menor grau, com a presença também do conflito acerca do aspecto a ser transmitido pelo monumento. Esta contradição, há muito presente, dependerá também das

³⁶ Este pensamento será adotado, mais tarde, também por Brandi (2004), que afirma que a busca de conservação é algo inerente à ruína.

³⁷ Para maiores discussões sobre Coliseu e sua relação para com Roma, ver Rykwert (2004) e Argan (1998).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

expectativas da população e demais envolvidos com o seu passado e seu patrimônio em conjunto com o estabelecimento de um valor do degradado.

O século XX tornou-se o momento de consolidação e aprofundamento da teoria da restauração, com a presença de novos teóricos e formas cada vez mais rígidas e criteriosas de ação direta nos monumentos. Afinal, a restauração passaria a ser vista como um processo histórico-cultural e crítico.

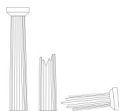
1.1.2. Sobre a trajetória das ruínas, o pós-guerra e o restauro crítico.

Ao longo do tempo e com a emergência de uma preocupação cada vez maior com o patrimônio histórico-cultural, as ruínas também ganham mais notoriedade, não apenas em discussões preservacionistas, como também para o público em geral que se interessa por elas. As ruínas, do Pátemon à Pompéia, são assunto de extensos e rentáveis documentários, matérias de revistas, visitas de turistas, entre outras apropriações, incluindo-se shows de rock, a exemplo do realizado em 25 de julho de 2009 pela banda inglesa *Deep Purple* no local onde se situam as ruínas romanas de *Baalbek*, no Líbano³⁸, como parte do *Baalbek International Festival*. Vale colocar que as ruínas de *Baalbek* foram intituladas Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1984.

Mais do que isto, as ruínas também se tornam mais presentes, porque não são mais provenientes apenas do Mundo Antigo e, portanto, de civilizações findas. Tornam-se, também, ruínas recentes, como as produzidas pelos bombardeios das Grandes Guerras ou as ruínas industriais, preservadas pela intercessão de seus antigos operários, entre outros. Uma nova amplitude deste *corpus* de fragmentos ganha presença na modernidade por várias maneiras, advindas de seu próprio caráter alegórico que as remete a várias interpretações. Isso decorre não apenas da maior visão sobre o que poderia ser considerado histórico, mas também pelas memórias coletivas e sua ânsia por se fazerem presentes nas sociedades.

A própria arqueologia, já firmada enquanto ciência na década de 1960, contribuiria para o arcabouço teórico em torno das ruínas, tornando-se possível não

³⁸ O *Baalbek International Festival*, realizado desde 1955, é o Festival mais antigo do Oriente Médio e conta com as ruínas romanas enquanto palco dos shows. Para maiores informações, consultar o sítio eletrônico do Festival: < <http://www.baalbeck.org.lb/fest.asp?lng=en>>. Acesso em 23 de abril de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

apenas ações sistemáticas em seus sítios, mas também uma maior contextualização destas.

(...) a arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico. (...) Até meados da década de 1960, o pensamento dominante considerava que a arqueologia tinha como propósito a simples coleção, descrição e classificação de objetos antigos” (FUNARI, 2003, p.15)

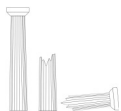
A partir da valorização da figura do arqueólogo, também foi possível perceber o aparecimento, cada vez maior, de museus e exposições sobre o tema, em que se pode não apenas visualizar melhor os monumentos arqueológicos, mas também entendê-los através do trabalho de educação patrimonial atualmente exigido destes profissionais.

Além da arqueologia, uma nova massa de patrimônio estaria a ser preservada neste momento, em que bombardeios levariam às sociedades novas formas de pensar a restauração, como também novos monumentos a manter. Segundo Desrochers (2000, p.39) um dos fatores que contribuíram para uma maior amplitude da preservação de ruínas foi justamente este aumento numérico delas, a partir da Segunda Guerra Mundial, em antigas áreas de conflito.

Trata-se de ruínas produzidas pelos tempos modernos e que viraram espaços visitáveis e/ou simbólicos, adicionando, assim, novas alusões ao conceito, além de torná-las mais comuns a partir de uma vivência mais próxima com as mesmas. As ruínas adentravam e passavam a representar também o Mundo Contemporâneo.

Além disto, as ruínas do pós-Segunda Guerra Mundial permitiram o debate e aprofundamento do olhar sobre as mesmas. Um dos desafios, contudo, passou a ser encontrar uma saída para o grande número delas produzidas pela guerra. Em certos casos, tratava-se de cidades completas como Varsóvia, em que a reconstrução também foi vista como uma solução.

Dentre as opções de ações, as sociedades afetadas materialmente pela guerra tinham, à sua frente, a escolha tanto pela reconstrução de uma cópia do original, como a consolidação da estrutura ou de apenas partes destas ruínas que nem sempre se desejaria que fossem lembradas – por representarem também o que se passou e não apenas o que era. Como também, num contexto mais extremo,



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

outra opção era a própria destruição total para a construção de novas edificações sem correlações com a unidade pré-existente.

O que se deve ressaltar, entretanto, é que este período acaba por ser peculiar quanto à preservação patrimonial. O foco era a reconstrução de identidades e cidadanias dos povos, solapadas durante a guerra, tanto para ganhadores como para derrotados. A memória da guerra traria diversas implicações, e discussões e contextos diferentes, mas que convergiam numa negociação da memória entre aquilo com que se queria lidar ou, por vezes, esquecer.

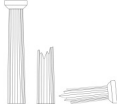
Num contexto de cidades devastadas, as ruínas pareciam exigir demais para serem mantidas e a reconstrução foi uma escolha bastante recorrente naquele momento, tanto no que se refere a monumentos quanto a cidades. Esses foram os casos da cidade de Varsóvia, na Polônia, e de monumentos como a Torre da Praça de São Marcos e a Ponte de Ammanni, ambos na Itália³⁹.

Dentre as situações de destruição completa de ruínas no pós-Segunda Guerra Mundial, alguns casos valem debate, como os da cidade de Dresden e de um monumento, a Igreja da Memória, em Berlim, ambos na Alemanha. Ao falar de exemplos de marcas de violência e de guerra, Pesavento (2006) retoma o que Quincy defendia e trata as ruínas como memória ameaçada. Na cidade de Dresden, assim como em Varsóvia, a cidade foi reconstruída e “salva” de suas ruínas, ou da ruína. Contudo, ainda permanece o debate na própria cidade quanto a se deveriam ter sido reconstruídas ou não. O debate divide os cidadãos.

(...) [Em] 2006, Dresden foi elevada à condição de ser uma das capitais culturais da Europa, a exibir uma cidade reconstruída e muito bela, mesmo que a positividade destas obras, para muitos de seus cidadãos, não seja consensual (PESAVENTO, 2006, p.12-13).

Quanto a *Gedächtniskirche*, a Igreja da Memória, em Berlim, uma saída diferente foi pensada. A ruína da mesma foi mantida e, ao lado dela, foi construído um novo edifício, moderno, que continuasse a exercer a função da antiga ruína. Tal solução comprovava, também, o ideal dos arquitetos modernos à época, de construir junto ao antigo, em harmonia com este, e sem dominá-lo no espaço urbano. Ao passo que muitas ruínas sumiram para ceder lugar a espaços bem semelhantes ao

³⁹ Nas reconstruções realizadas no pós-guerra, foram utilizadas diversas fontes diferentes a fim de se alcançar a maior semelhança possível com o monumento anterior.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

que eram no pré-guerra, as ruínas, neste lugar, apesar de correlacionadas com o novo, mantiveram-se em seu valor simbólico ao continuarem como alegoria, para a sociedade alemã, de um tempo e trajetória sem, no entanto, perder a funcionalidade, que foi garantida pelo novo prédio anexo.



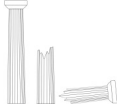
Figura 3: Igreja da Memória, Berlin. Foto: Dreamguide, sem data⁴⁰.

Ruínas de bombardeios e ruínas da guerra. Ruínas que despertam sentimentos diferentes das provenientes da Antiguidade Clássica e, por isso, se tornam objeto de um debate também diferente quanto à sua manutenção ou à sua reconstrução. Numa escala ainda maior, cidades completas em ruínas também aparecem; nestes casos, incide a reconstrução. Contudo, até através da manutenção de alguns fragmentos pode-se ver uma valoração da ruína pela valoração do pedaço – afinal, continua como uma lembrança do que passou, pela alegoria, mesmo que tudo ao redor tenha sido reconstruído. Temos, nesta seqüência, a evolução também da convivência com a ruína⁴¹.

Novos debates, portanto, foram trazidos à cena com o fim da Segunda Guerra Mundial, tanto que, sobre este momento, Kühl (2004, p.315) coloca que há uma

⁴⁰ Disponível em: <<http://dreamguides.edreams.pt/alemanha/berlim/igreja-da-memoria>> Acesso em 22 de abril de 2010.

⁴¹ Deste pensamento, podemos discutir também uma nova forma de olhar as cidades que se encontram em conflito na atualidade. Estes são os casos das ruínas de guerra do Oriente Médio, manifestações da vivência do terror. Afinal, as constantes ruínas de guerra amontoam-se, conflito a conflito, na paisagem, lembrando ataques e guerras de intervalos de tempo longos, mas que se mantém informando a todos que eles ainda não findaram. E, assim, será que, se o Oriente Médio tivesse chegado a um acordo de paz, tais ruínas não seriam alvo de reconstruções como ocorreu no pós-segunda Guerra na Europa?



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

releitura das teorias de restauração. E, destas discussões em torno da preservação de monumentos, Brandi emerge⁴².

Dentre os teóricos mais influentes na atualidade acerca do tema da restauração, é imprescindível considerar o já citado Cesare Brandi (2004) que, em seu livro *Teoria da Restauração*, discute os parâmetros em torno do processo de restauração e o estudo prévio que deve anteceder-la.

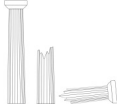
De acordo com Brandi, a restauração tem como objetivo o restabelecimento material do suporte da obra de arte. Até porque o que a faz obra de arte é justamente sua representatividade e isto não pode ser subjugado na restauração, ou então, toda a obra de arte estaria comprometida. É por isso também que na restauração, para o mesmo, o que se deve ter como foco é a obra de arte em si, o que regerá todas as ações.

Por menor grau de ação que a restauração implique, será sempre uma mudança para a história da obra, e, por isso, a mesma deve ser meticulosamente analisada para só assim poder ser executada. Conforme seu pensamento, a obra de arte deve ser vista em sua unidade, como um inteiro, em que cada parte é um componente essencial do todo, mas não representa uma soma. E, neste inteiro, o aspecto da imagem não deve ser mexido, e o único elemento em que se pode intervir um pouco é em sua estrutura e, mesmo assim, por medidas conservativas. Ainda, é imprescindível uma análise sobre o tempo e o espaço da obra para promover a restauração.

A restauração, enfim, não é um elemento ou fase do processo artístico. Ela é algo à parte, não-comum à obra de arte e que deve ser precedido de análises e pesquisas para só assim agir, considerando sua instância estética ou histórica. Na ruína, como já visto, a instância que prevalece é a histórica, e mesmo na restauração pela instância estética, é impossível dissociar-se do histórico, tendo em vista o que a ruína foi e o que representa no presente.

Ao tratar as ruínas enquanto testemunho mutilado do tempo - incompleto em seu aspecto físico, mas representativo em sua historicidade – Brandi afirma a visão dela enquanto fragmento com apelo intrínseco a si por ações de conservação, contudo, ações estas restritas apenas à consolidação e conservação do contexto do

⁴² Outros nomes importantes neste momento, segundo Luso et al (2004), são Renato Bonelli e Giovanni Carbonara.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

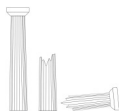
monumento, uma vez que qualquer outra apenas traria o falso à tona (BRANDI, 2004, p.65-77).

O restauro crítico de Brandi é, atualmente, uma corrente muito seguida e bem vista nas ações de restauração. Sua visão sobre a ruína apresenta o respeito e o cuidado histórico com o fragmento.

Segundo Matos (2007), a visão das ruínas no presente voltou-se, mais uma vez, para sua representação como monumentos antigos e remotos, e daí a vivência da cidade com a ruína ficaria comprometida, uma vez que: “É a cidade burguesa a caminhar para a imposição da sua preferência pelo sólido, o duradouro, a conservação ou a reconstrução, em vez da ruína” (2007, p.77). Entretanto, também percebemos movimentos contrários, como a valorização de seu espaço como locais de cultura, memória e saber, com a atribuição de novos e diferentes aspectos, como o estético, presente em edifícios novos com aspecto de ruína, ou seja, a construção de ruínas (ou a busca de sua imagem) por seu caráter romântico. Além da própria ampliação do *corpus* das ruínas. O que deve ser pensado, na verdade, são as formas de adequar as ruínas – e isto serve para o patrimônio de modo geral – à própria cidade e ao presente. Afinal, tanto os monumentos históricos como as cidades são vivos por estarem a serviço do ser humano e ao que o mesmo vê enquanto valor. E a este cabe a sua discussão e gestão conforme a negociação desta memória.

O pensamento em torno das ruínas, portanto, transformou-se ao longo do tempo, como procuramos demonstrar até aqui, não apenas no que se refere às visões sobre elas, mas também ao seu registro nas ações de restauradores, nas medidas de preservação e na construção de todo um pensamento a favor e contra elas. Neste contexto, as discussões e debates sobre preservação e restauração como um todo, e de ruínas em particular, emergem de fato no século XIX, quando aparecem também, de modo sistemático, ações de preservação em países como França e Itália.

Com relação à restauração, concordamos com Boito ao colocar que “(...) nenhum campo é tão difícil operar e tão fácil refletir quanto naquilo que se refere à restauração dos monumentos arquitetônicos” (2003, p.53). As mudanças e intervenções também fazem parte da história do monumento pelo fato de que tudo é



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

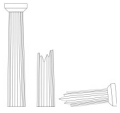
história - e nada mais importante para a compreensão atual do monumento do que sua trajetória histórica. As ruínas, em si, representam o seu uso e o edifício inicial, mas emergem também enquanto símbolos do tempo que se passou até o momento presente. Exemplos disto são as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Nazaré do Almagre, em Cabedelo-PB, sobre as quais trataremos no último capítulo deste trabalho, que representam não apenas o centro conversor indígena colonial, mas também a evolução e ocupação do bairro em que se localiza atualmente, o do Poço. A alegoria está presente, assim, na multiplicidade de sentidos, sentimentos e interpretações da edificação mutilada em sua forma inicial e seguindo uma trajetória até o que é no momento, ou seja, ruínas. Quanto aos seus usos iniciais, sua trajetória histórica e sua configuração atual, muito há para se dizer e interpretar. No caso das ruínas do Almagre, quatro séculos de histórias, vivências e interpretações.

Brandi encontrava-se, no século XX, num contexto de maior sistematização das ações do patrimônio histórico-cultural como um todo e também das ruínas, em que estas se conectam ainda mais com questões tratadas pela arquitetura e pela arqueologia, envolvendo tanto sua proteção como sua conservação. Sua visão quanto à conservação de ruínas é semelhante à presente nas cartas patrimoniais:

Quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis. Quando for impossível a conservação das ruínas descobertas durante uma escavação, é aconselhável sepultá-las de novo depois de haver sido feito um estudo metuculoso (CARTA DE ATENAS, 1931, p.6).

É por isso que a Carta de Atenas de 1931⁴³ previa a ação do arquiteto em conjunto com a do arqueólogo nas escavações em ruínas em meio a patrimônio histórico-cultural já como um bem de todos, um bem comum e para além das fronteiras nacionais, recomendando sua salvaguarda e seu inventário a ser centralizado por um órgão internacional, além de restrições quanto às intervenções.

⁴³ Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus, de outubro de 1931.



As ruínas enquanto objeto de preservação

As ruínas, para além da arquitetura em pedaços/fragmentos, apresentam-se correlacionadas também com a arqueologia⁴⁴ – já que são sítios com vestígios de uma determinada ocupação humana, independente de sua época. E, deste modo, desde a segunda metade do século XX até o presente, temos uma atenção maior em torno da preservação de ruínas numa emergência da própria arqueologia, já que também se apresentam enquanto sítio, e não apenas enquanto edificação em si. É necessário, portanto, levar em consideração as implicações de sua preservação sob as exigências da defesa arqueológica.

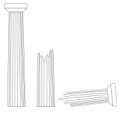
Além da Carta de Atenas de 1931, o debate em torno das ruínas prolonga-se por outros documentos internacionais. A Recomendação de Nova Delhi⁴⁵ trata do patrimônio histórico, também, enquanto interesse de todos e, mais especificamente, do “interesse comum” pelos monumentos arqueológicos, não apenas para a região ao qual pertencem, mas a todos os povos, pelo conhecimento que estes proporcionam. Ao entender a necessidade de uma atenção à manutenção, às pesquisas e à restauração dos sítios arqueológicos, a recomendação vem reiterar o caráter mais amplo que estes, assim como as ruínas, apresentam. Chama a atenção para alguns elementos que permeiam a preservação de ruínas, os quais se deve ressaltar: a pesquisa, a exposição representativa do passado, a amplitude de seu público e, por fim, seu caráter alegórico. Por isso a defesa de Cesare Brandi, e da própria Carta de Atenas, de 1931, em prol de ações de restauração na ruína apenas no que diz respeito à sua consolidação. Afinal, enquanto sítio, ela pode ser entendida como fonte de pesquisas e, enquanto fragmento de arquitetura, age na representação daquilo que um dia a mesma foi.

Dentre os documentos internacionais que atentam para as ruínas, deve-se ressaltar a Carta de Veneza de 1964⁴⁶ que, entre outros aspectos, trata da

⁴⁴ A discussão entre arqueologia e arquitetura nas ruínas é maior do que, num primeiro instante, pode parecer. Mori (2006), por exemplo, debate o momento em que as edificações deixam de ser arquitetura para se tornarem ruínas – ou seja, fragmentos – que, segundo ele, não envolvem apenas os debates em torno da ausência de forma e/ou função, mas uma questão de percepção frente ao monumento em si.

⁴⁵ 9ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, ocorrida em 05 de novembro de 1956.

⁴⁶ II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos de Monumentos Históricos, em maio de 1964.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

exposição conjunta de tais informações para o entendimento das mesmas; e, expressando o avanço no debate sobre as ruínas, a Carta do Restauro de 1972⁴⁷.

Para além da consolidação, como preconizado por Brandi (2004), as ruínas em seu caráter social necessitam mais que esta intervenção estrutural. Pois, tais ações de intervenção podem vir a não acontecer ou demorarem mais que o previsto. E, por isso, deve-se ter em mente também o seu registro⁴⁸.

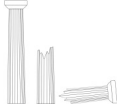
Considera-se, como proposto pela Carta de Veneza, de 1964, que a conservação do patrimônio histórico exige sua manutenção permanente e, ainda segundo esta, as ações de restauração necessitam de um estudo preliminar tanto ao nível arqueológico quanto histórico – disposto posteriormente em arquivo público –, além da precedência das obras de restauração e consolidação de documentação com desenhos e fotografias da área⁴⁹. O que falta, de fato, nas recomendações internacionais é uma atenção maior à documentação da ruína – o que já acontece ao considerar o tratamento de bens de alto valor arqueológico como as ruínas de Pompéia – mas não se é alargado, de fato, ao considerar o próprio tratamento peculiar atribuído à mesma⁵⁰, bem como o maior diálogo quanto às ações sobre elas.

⁴⁷ Carta do Restauro, do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, de 06 de abril de 1972.

⁴⁸ Por questões de preservação e por sua própria exposição pedagógica. Segundo a mesma Carta, se considerarmos a questão das ações em ruínas e sua fragilidade, temos que a própria anástilose, permitida como ação de conservação, só pode ocorrer se for precedida de uma documentação eficaz sobre as edificações fragmentadas. E, ainda, considerando-as em meio a uma proteção também arqueológica, as ruínas, terrestres ou subaquáticas, são envoltas de uma necessidade constante de documentação (algo já comum na arqueologia). Isso ocorre não apenas porque, enquanto sítio arqueológico, elas se definem como fonte histórica, mas também pela perenidade e fragilidade dos mesmos, já que a pesquisa é fortemente atrelada à destruição dos vestígios – e por isso um apelo à documentação, entre outras, fotográfica, para o conhecimento da disposição preliminar dos vestígios estudados. Sobre a questão pedagógica, a importância do registro procede da tentativa de captar o sítio em sua complexidade, uma vez que a ruína não abrange apenas o fragmento em si, mas também o ambiente em que se insere.

⁴⁹ Questiona-se que a fotografia e o desenho nem sempre evidenciam o sítio em sua complexidade, como em seu volume e, por vez, em correlação com o ambiente. O que pode ser trabalhado com o modelo geométrico da ruína e/ou do sítio, nuvem de pontos e outras tecnologias que, tratadas em conjunto, permitem uma documentação mais completa. Além disso, a própria Carta de Veneza de 1964 recomenda a exposição conjunta de tais informações para um adequado entendimento delas. Contudo, argumenta-se aqui o uso regular de tais tecnologias a fim de monitorar a preservação do monumento e enquanto adição de recursos à sua manutenção. Como preservação do patrimônio, entende-se, então, uma atitude constante, na qual a documentação se faz presente.

⁵⁰ Ainda mais, como posto pela Recomendação de Paris de 1964, deve-se atentar para a criação de inventários sobre os monumentos, tombados ou não, e principalmente aqueles que contam com algum tipo de ameaça. Esse registro do monumento em ruínas torna-se essencial para sua perenidade enquanto fonte documental do presente – por ser fragmento da arquitetura – e do



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

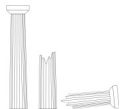
Especificamente sobre as ruínas, a Carta de Veneza as contempla ao mencionar o restauro arqueológico, e também ao se posicionar quanto à sua própria defesa, à proteção permanente que é visada fisicamente e através de sua exposição à sociedade.

Devem ser asseguradas as manutenções das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar o seu significado. (CARTA DE VENEZA, 1964, p.3)

A Carta do Restauro, de 1972, traz a noção de salvaguarda e restauro, respectivamente, como as ações sobre a obra que não impliquem intervenção direta e como as ações a fim de manter o funcionamento da obra. Postas lado a lado, percebe-se que as duas intervenções mostram-se necessárias, considerando a salvaguarda uma atividade constante e a restauração, como também preconizado por Brandi (2004), como uma ação interventiva e excepcional à obra com intenções de mantê-la por um espaço de tempo maior, evitando também maiores ações futuras. Neste documento, também há uma discussão sobre salvaguarda e restauro de ruínas terrestres e subaquáticas, pela qual se permite a anastilose desde que precedida de documentação eficaz dos fragmentos.

Vale salientar que, desde meados do século XX, a inserção de ruínas na lista do Patrimônio da Humanidade extrapolou o recorte cronológico da Antiguidade Clássica, pois foram protegidas ruínas em localidades diversas e com distâncias temporais distintas entre os continentes. Entre estas, podemos citar, na Ásia: as ruínas do vihara budista de Paharpur, em Bangladesh, sítio religioso também conhecido como Somapura Mahavira, protegidos pela UNESCO em 1985; o Memorial da Paz de Hiroshima, no Japão, protegido desde 1996. Este último, um edifício que permaneceu com partes de sua estrutura em pé após a bomba atômica, incluindo-se a estrutura de ferro da cúpula, e que se tornou símbolo de força e paz no local. O monumento também é conhecido como a Cúpula Genbaku ou, no inglês, *The A-bomb dome*.

passado – por ser representação da edificação passada e de sua trajetória ao longo do tempo, bem como sítio arqueológico.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



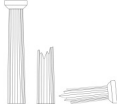
Figura 4: Memorial da Paz, Hiroshima. Foto: Peace Memorial Park and Peace Memorial Virtual Museum, s/data⁵¹.

Dentre outras ruínas preservadas enquanto Patrimônio Mundial, listam-se, ainda na Ásia, as ruínas de Palmira, Síria, inscritas desde 1980; as ruínas de Moenjodaro, no Paquistão, desde 1980. Na Europa, ruínas como a Studley Royal Park e as ruínas das Fountains Abbey, Inglaterra, foram inscritas em 1986. Na América Latina, temos, entre outras, o parque arqueológico e as ruínas maias de Quirigua, na Guatemala, protegidas desde 1981; as ruínas de León Viejo, Nicarágua, antigo povoado colonial espanhol considerado de valor universal desde 2000; as ruínas de São Miguel das Missões, no Brasil, protegidas em conjunto com outras missões jesuíticas existentes na Argentina, entre os anos 1983-1984. Na África, temos, entre outras, as ruínas de Loropéni, em Burkina Faso, fragmentos de uma fortaleza protegidas pela UNESCO desde 2009; as ruínas de Kilwa Kisiwani e ruínas de Songo Mnara, na Tanzânia, protegidas desde 1981. Em 2004, este último foi inscrito também na lista da UNESCO (*List of World Heritage in Danger*) dos monumentos que se encontram em perigo.

Pelo período de inscrição no Patrimônio Mundial e por suas localidades, é possível perceber como a ampliação da noção de ruínas a se proteger é efetivada pela UNESCO, afinal, temos um *corpus* que abarca da Antiguidade Clássica à colonização da América e Segunda Guerra Mundial.

⁵¹ Imagem disponível em:

<http://www.pcf.city.hiroshima.jp/virtual/VirtualMuseum_e/tour_e/ireihi/tour_38_e.html>. Acesso em 15 de julho de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Os debates sobre restauração ocorridos nas reuniões da UNESCO e nas já citadas cartas patrimoniais, assim como as ruínas protegidas enquanto Patrimônio Mundial, indicam uma ampliação da noção do que sejam elas e das restrições em torno da sua conservação, considerando o tipo peculiar de patrimônio que as mesmas são. Contudo, ainda continuam sendo necessárias a realização de debates e a troca de experiências no que se refere à gestão de um patrimônio que se encontra no limiar entre a lembrança e o esquecimento. Por isso, toda ação sobre ruínas não apenas demanda um importante estudo prévio e restrição de ações, como os descritos nas cartas patrimoniais que tratam da sua proteção.

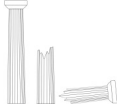
1.2 Ruínas: preservação, representação

A noção de preservação é posta aqui como o referencial atual do que se quer do passado, via monumentos e sua proteção e exposição às sociedades. Passado este que chega ao presente através de uma seleção e negociação de memória⁵² e que acaba por delinear-se como uma dimensão de referência e valor para as sociedades – que vêem nele uma forma de se identificarem enquanto grupo de indivíduos. E, nestas negociações pela memória, apesar das ruínas simbolizarem a morte, lembram também a força, através da sua sobrevivência ao longo do tempo.

Para além da visão negativa da ruína enquanto o perdido, ela também evoca aquilo que se mantém, que se recusa a ser esquecido, mesmo que sob a forma de fragmentos. E, nesta alusão à própria memória, que vive no limiar entre manutenção e esquecimento, as ruínas se fazem necessárias em si e, como afirmado por Jeudy (1990), em todos os monumentos que representem o passado. Afinal, as sociedades precisam do passado para se auto-referenciarem enquanto grupos sociais e, neste raciocínio, precisam das ruínas.

Os homens não se sentem mortos face à limpeza dos locais e aos objetos conservados. Eles precisam das ruínas. [...] Esse desejo de ruínas não se refere somente a uma estética da existência, ele está presente nas construções de memória. Mesmo o edifício mais cuidado, mais preservado só ganha sentido se mostrar a imagem de seu duplo, a transparência secreta da ruína” (JEUDY, 1990, p.2-3).

⁵² Conforme pensamento de Pollak (1999).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

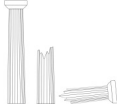
Ao surgir enquanto imaginação e representação, a ruína mexe com os sentidos e permite à sociedade a que pertence uma fruição do passado através da própria referência ao destruído. Para além de seu aspecto físico, assim, mais uma vez, é a representação que emerge enquanto elemento definidor da ruína, o que, para Jeudy, está mais presente do que apenas nos fragmentos de edifícios, aparece também enquanto idéia e contraponto. Até porque, pergunta o autor, “O que seria do monumento sem a ruína?” (1990, p.3).

O aspecto e, entre outros, a própria superfície do monumento, deste modo, também se encontra suscetível ao gosto da ruína, da visualização da história pela aparência do “velho”, do desgastado, supostamente, pelo tempo.

Desde o século XIX, Quatremère de Quincy defendia opinião semelhante à de Jeudy.

A graça da vetustez deve-se, pois, à certeza, mas também, à aparência da vetustez. Eis por que é tão precioso aos olhos do amador esse verniz do tempo, que se busca freqüentemente desfazer. Dar de novo a esses restos mutilados uma integridade mentirosa, apagar e fazer desaparecer das obras antigas a marca da antigüidade e dar-lhes um falso ar de juventude, é delas tirar, em parte, seu valor e sua beleza, e essa espécie de inviolabilidade que as protegia dos ataques do espírito da crítica. (QUINCY, 1989 *apud* KÜHL, 2004, p.323; KÜHL, 2003, p.106).

E, como afirma Jeudy, a exposição do que é morto para a sociedade também é essencial para o imaginário humano. Assim, a ruína, o outro lado da vida, é um importante aspecto para a construção da memória (1990, p.2-3), já que nos lembra da rapidez, da própria fragilidade da vida, a precedência da morte, junto com a contraditória sobrevivência do bem que, mesmo em aspecto fragilizado, permanece. Por isso Mori (2006) destaca que as ruínas recentes despertam uma sensibilidade – e repúdio – maior por parte da sociedade porque as mesmas apresentam ainda um sentimento de pertença que é visto no desconforto da mutilação. O próprio Quincy (2003), ainda no século XVIII, colocava as ruínas modernas como menos interessantes do que as antigas, num jogo em que, quanto mais antiga ela for, mais valorada devia ser. O que Riegl também trataria ao escrever sobre o valor de antiguidade e o valor dos monumentos, dentre eles as ruínas, por serem antigos.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Contudo, ainda assim, as ruínas – antigas e recentes – se fazem preservadas! Em vários casos, a própria preservação do monumento parte desta luta, da iminência ante a destruição, ante a morte.

No fragmento e na alegoria; num entreposto entre arquitetura e arqueologia. Enquanto sítio arqueológico digno de proteção e documentação, e arquitetura, enquanto fragmento e representação, ainda temos a poeticidade da destruição e da lacuna a interpretar. É por isso que Benjamin afirma a existência do belo no fragmento, porque este conta com algo a informar. E, neste jogo de representações e simbologias, as ruínas se definem. Até porque, como a própria memória não é a mesma para cada grupo social, as ruínas também não são as mesmas para cada indivíduo que as interpreta. Este é o efeito da lacuna, da alegoria via fragmento.

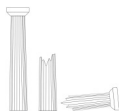
Ainda mais, temos o próprio debate da lida com o tempo, já que estamos – enquanto seres humanos – também sujeitos a esta dicotomia entre a morte e a vida. Questão esta também evocada pelos bens arqueológicos, que despertam um sentimento de atemporalidade⁵³ por todo o espaço temporal ao qual são sujeitos e por seu caráter de busca de informações pelos vestígios.

O fetichismo da atemporalidade, atribuído por Jorge (2000) aos monumentos arqueológicos, também age nas ruínas. Afinal, neste fetichismo busca-se a imortalidade através da apropriação de algo que denote resistência ao tempo, como o autor coloca:

A arqueologia seria, portanto, uma espécie de culto de eliminação do tempo, porque possuir uma peça antiga é uma certa forma de nos apropriarmos da imortalidade; a peça simboliza essa imortalidade porque resistiu ao tempo, sendo desse modo uma manifestação religiosa de qualquer forma, acessível, de eternidade. (JORGE, 2000, p.57)

Pela via da interpretação, é impossível estabelecer um parâmetro de análise, já que estas – as ruínas - despertam emoções conforme os grupos de memória aos quais se destinam e ao próprio espectador. E, por isso, sua poeticidade. Pela via das ações de preservação, suas restrições atestam sua peculiaridade enquanto um monumento que se diz pelo fragmento, mas também pela lacuna. E, por isso, seu

⁵³ O que também faz com que a arqueologia seja uma disciplina de importância para todas as nacionalidades, considerando que os vestígios do passado não respeitam fronteiras e divisões territoriais atuais.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

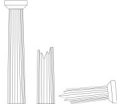
valor histórico e seu valor enquanto alegoria que, como Brandi já anunciava, provam o apelo intrínseco às ações de conservação. Das interpretações e da memória, a ruína fala em seus pormenores. E, por isso, ela é tão particular quanto viva.

As ruínas, entre a atemporalidade e eternidade, podem oferecer aspectos simbólicos de alta importância para a manutenção da comunidade, que pode identificar-se com tal bem e tê-lo como um ponto de seu cotidiano.

As ruínas, assim, adentram o social e vivem em meio às sociedades por diversas visões e aspectos; das ruínas do Coliseu, que representam a cidade de Roma e também são fortes atrativos turísticos, à vivência da ruína em cidades, como é o caso de várias do Oriente Médio que carregam em seu seio o registro de bombardeios recentes e de anos e décadas anteriores convivendo, lado a lado, num cenário de guerra contínua e, ainda mais, indicando que a mesma não acabou.

Para tanto, fazem-se necessários os debates sobre tais peculiaridades intrínsecas à própria configuração do que seja ruína e, algo que emerge desde o século XX, mas que deve ainda receber maiores contribuições a fim de melhor manter os bens em ruínas nas cidades, que é o uso de uma legislação apropriada e conveniente a estas em suas limitações e aplicações. Deste modo, na pesquisa em questão, serão estudadas apenas as ruínas localizadas no Brasil que contam com algum tipo de proteção instituída; são elas as tombadas pelo IPHAN e, mais especificamente, no estado da Paraíba⁵⁴.

⁵⁴ Na Paraíba: as Ruínas do Almagre, Cabedelo; Ruínas do Forte Velho, Santa Rita; Casa da Pólvora e Igreja de Tambaú, João Pessoa, sobre as quais trataremos no capítulo 3 deste trabalho.



2. RUÍNAS NO BRASIL: ENTRE DITOS E NÃO DITOS

No Brasil, segundo Fonseca (2005), a primeira ocorrência de proteção jurídica dos bens culturais foi na Constituição de 1934 (artigo 10 das Disposições Preliminares). Contudo, segundo a mesma autora, “(...) somente no decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 [é] que se regulamenta a proteção de bens culturais no Brasil” (2005, p.38). A atenção à preservação patrimonial pelo âmbito público tem, assim, como um grande marco, a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁵⁵ através do mesmo decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Para Chuva (2009), este novo órgão seria fundamental nas políticas culturais do governo Vargas a fim da criação de uma imagem do Brasil a partir de suas tradições reunidas na gestão de uma memória única.

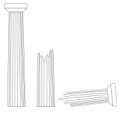
Contudo, antes da criação e instituição de órgãos de proteção do patrimônio histórico-cultural brasileiro, é preciso analisar o contexto no qual esse processo foi delineado, através de tentativas observadas, desde o período imperial, de edificação de uma nação através do esforço em produzir uma memória e passado únicos. Naquele período, especialmente durante o segundo Império, Oliveira ressalta três importantes momentos do processo de construção dos lugares de memória e exaltação no país, são eles: a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838; da Academia Nacional de Belas Artes em 1826 e, por fim, a fundação do Colégio Pedro II em 1838 (OLIVEIRA, 2002, p.53).

Estas instituições são marcos políticos da intenção em se estabelecer e fortificar o ideal de nação através da construção de um passado e de uma imagem do Brasil conforme os interesses políticos que fossem convenientes às estruturas de poder hegemônicas. E daí, a tentativa de construção de uma memória e história única, fundamentada na hegemonia da cultura branca/ colonizadora sobre as demais⁵⁶.

Esta busca do único nacional continuou, no país, com a criação de institutos históricos nas províncias (em Pernambuco, 1862, e São Paulo, 1894, inicialmente),

⁵⁵ Este órgão, atualmente, chama-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Como dito anteriormente, padronizaremos a denominação IPHAN para tratar o órgão.

⁵⁶ Para maiores informações, ver Schwarcz (1993).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

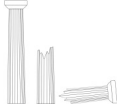
em que – mais uma vez – se buscava traçar uma identidade brasileira através, principalmente, da busca de informações e relatos de bravura, de uma unidade nacional ou provincial/estadual, além da exaltação do nosso povo enquanto nação soberana. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)⁵⁷ será criado apenas em 1905, antes do tombamento, pelo IPHAN, das ruínas locais que passam a ser protegidas pelo órgão (1938).

Ao longo da década de 1920, já no período republicano, foram criadas Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos nos estados de Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928), evidenciando uma preocupação com a salvaguarda do patrimônio. O órgão de proteção de nível nacional veio na década seguinte⁵⁸, o IPHAN foi criado em 1937 num contexto em que foi essencial o papel dos modernistas, bem como as denúncias de depredação e abandono do patrimônio nacional (FONSECA, 2005, p. 85), seguindo uma tendência mundial de valorização, depois do medo de uma perda irrecuperável. No caso da ruína, como percebemos nos processos de tombamento, há o receio da sua *destruição total* ou mesmo da sua *queda eminente*, entre outras expressões que conotam o fim de um longo período de degradação e a própria preocupação destas enquanto patrimônio histórico-cultural de modo geral. Contudo, também é possível perceber, entre outras, uma alusão à monumentalidade e imponência das ruínas, em espírito semelhante àquele sentido, desde o século XV, com relação a estes bens, na Europa.

As preocupações em torno da idéia de nação e de sua memória - que se iniciam no Império e que, nas primeiras décadas do século XX, contam com ações pontuais de defesa do patrimônio considerando mais o local, contudo, num mesmo esforço idealizador e homogêneo – ganham vez, de fato, na Era Vargas, pois estas se otimizam com a criação do IPHAN. Há, deste modo, continuidade no tratamento da nacionalidade através da exaltação de qualidades assentadas num contexto homogeneizador, refutando uma memória nacional e única. A Era Vargas viveria

⁵⁷ Apresentando objetivo semelhante aos institutos criados anteriormente, buscou traçar uma identidade paraibana e ressaltar os feitos e a coragem deste povo com uma história autônoma e desassociada de Pernambuco. Para isto, reuniu, e dispõe até os dias atuais, em sua biblioteca e seu arquivo, um grande acervo de fontes primárias e secundárias sobre a História da Paraíba, como também, entre outros, mantém a publicação de uma revista, a Revista do IHGP.

⁵⁸ Vale frisar que existiram outras iniciativas nacionais de proteção do patrimônio histórico-cultural anteriores a criação do IPHAN, como foram os casos da criação do Museu Histórico Nacional (1922), da nomeação de Ouro Preto como Monumento Nacional (1933) e da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (extinta em 1937), conforme Cury (2002, p. 27).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

esse projeto nacionalista com proporções maiores através do domínio do Estado sobre as ações de cultura, como também com a ação de intelectuais modernistas⁵⁹.

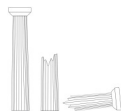
Sobre a era Vargas, Cury (2002, p. 24-25) destaca os dois segmentos da sociedade envolvidos com as inéditas políticas culturais em âmbito preservacionista: grupos de intelectuais e o estado varguista.

Ao longo da Era Vargas, “o olhar” que determinou aquilo que deveria fazer parte da memória nacional e, portanto, constituir-se em identidade nacional celebrou o *período colonial, a arte barroca, nossa origem e tradição luso-brasileira*, o bandeirantismo e a bravura do povo paulista, em detrimento das diversas influências imigratórias e étnicas. Identificamos, ainda, em material analisado, *um forte apelo ao mito fundador das três raças miscigenadas*, o índio, o negro e o branco como o mote central para a formação do povo brasileiro, apenas para citar alguns referenciais que nortearam o perfil de nossa identidade nacional e brasilidade forjadas naquele momento por intelectuais e governo. (CURY, 2002, p. 28).

Enfim, do IHGB ao IPHAN, percebe-se que é mantido o ideal de brasilidade de uma temporalidade ainda anterior: a época colonial, com a priorização do colonizador. Tal tendência também pode ser percebida no mote dos tombamentos com relação às ruínas, nos anos iniciais do IPHAN até os dias atuais, pois, majoritariamente, aquelas que foram tombadas eram coloniais e de arquitetura religiosa ou militar.

Esta valorização das ruínas coloniais e provenientes de edificações públicas pode ser decorrente não apenas das estratégias de poder à época, de preservação dos monumentos deste período, mas também devido ao próprio *corpus* das ruínas presentes no país. Também pode se correlacionar este contexto com o que é tido como digno de preservação no país, em que as ruínas com intervalo de tempo maior em relação à sociedade a que pertencem são mais valoradas por seu valor de antiguidade (RIEGL, 2006). Afinal, de fato, a herança de pedra e cal proveniente da colonização proporcionou um grande número de colunas e restos de edificações as quais se pode manter e se pensou em proteger. Mas, este conjunto de bens

⁵⁹ Neste momento, vale considerar também que o modernismo foi importante para a gestão da configuração da imagem do Brasil enquanto nação, afinal, o movimento como um todo (artes, literatura, arquitetura, música) buscou trazer não só a ruptura com o tradicionalismo passadista europeu, mas fazer emergir uma tradição nacional/brasileira juntamente com o moderno. Ainda mais, tanto na produção dos arquitetos como na exposição de suas idéias é possível perceber um projeto cultural centralizador, homogêneo, nacionalista e que tinha no barroco a expressão da mais pura brasilidade e da tradição buscada por estes (CHUVA, 2009).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

tombados em ruínas também conta com uma sobreposição do valor de antiguidade, em que o antigo é o que merece ser visto como ruína. E não o novo, como no caso das ruínas industriais, por exemplo, ou qualquer outra ruína recente e que, por isso, ainda possa apresentar, inclusive, alguma relação de pertença com os grupos e população que as tinham enquanto bem.

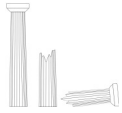
As ruínas patrimoniais do país serão analisadas a seguir, elas são as seguintes⁶⁰.

Quadro 1: Ruínas tombadas no Brasil, data de tombamento e localização

Bem	Data	Localização
Ruínas e remanescentes do Povo de São Miguel das Missões.	16/05/1938	São Miguel das Missões, RS
Casa da Pólvora: ruínas*	24/05/1938	João Pessoa, PB
Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas	30/06/1938	Ouro Preto, MG
Forte Velho: ruínas	09/08/1938	Santa Rita, PB
Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes⁶¹	12/08/1938	Cabedelo, PB
Convento de Santo Antônio de Paraguassú: igreja e ruínas	25/09/1941	Cachoeira, BA.
Capela de Nossa Senhora da Pena e ruínas do sobrado anexo	08/07/1943	Cachoeira, BA.
Convento de São Bernardino de Sena: ruínas e Capela dos Terceiros	23/07/1947	Angra dos Reis, RJ
Alcântara: conjunto arquitetônico e urbanístico	29/12/1948	Alcântara, MA
Igreja de Nossa Senhora do Rosário e ruínas da Igreja de São José do Tocantins	29/08/1955	Niquelândia-GO
Igreja Santana: ruínas*	29/08/1958	Rio de Contas, BA
Convento Carmelita: ruínas e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré	06/07/1961	Cabo de Santo Agostinho, PE
Engenho do Erasmos	02/07/1963	Santos, SP
Povo de São João: ruínas e remanescentes do Povoado	22/01/1970	Entre-Ijuís, RS
Povo de São Nicolau: ruínas e remanescentes	22/01/1970	São Nicolau, RS.

⁶⁰ Para quadro sobre ruínas tombadas e canceladas no país juntamente com suas ações de intervenção, ver também Anexo C.

⁶¹ Ressalta-se que o nome correto deveria ser Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre; o monumento também é conhecido como Ruínas do Almagre.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Povo de São Lourenço das Missões: ruínas e remanescentes do Povoado	18/03/1970	São Luís Gonzaga, RS.
Porto Seguro: conjunto arquitetônico e paisagístico	01/03/1974	Porto Seguro, BA.
Casa de Câmara e Cadeia: ruínas*	16/06/1974	Vila-Flor, RN.
Engenho do Cunhau: ruínas da capela*	16/06/1974	Canguaretama, RN.
Convento de São Boaventura: ruínas	28/04/1980	Itaboraí, RJ.
Sítio do Físico: ruínas	29/01/1981	São Luís, MA.
Engenho do Murutucu: ruínas e Capela de Nossa Senhora da Conceição	08/10/1981	Belém, PA.
Natividade, TO: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	16/10/1987	Natividade, TO.
Vila Bela: ruínas (Ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade; Palácio dos Capitães Gerais.	13/06/1988	Vila Bela da Santíssima Trindade, MT.
Igatu: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	20/06/2000	Andaraí, BA.

Fonte: Arquivo Noronha Santos, IPHAN⁶².

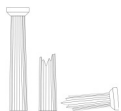
*Ruínas que foram reconstruídas.

Vale colocar que, entre ruínas que se tornam edificações e edificações que se tornam ruínas, outros monumentos brasileiros serão analisados considerando a correlação destes com o tema. Dentre elas, destacamos a Igreja do Rosário, GO. Também serão estudadas a Casa da Torre Garcia D'Ávila, BA e as ruínas da Igreja de Tambaú, PB que tiveram seu tombamento cancelado oficialmente em 1990.

2.1 Década de 1930 e 1940: entre uma memória única, colonial e/ou nacional

Há três pontos defendidos por Renan (1990) como essenciais para a unidade nacional, são eles: "... a posse em comum de um rico legado de memórias (...), o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisiva, a herança que se recebeu" (*apud* HALL, 2005, p.58). E, quanto ao terceiro ponto, temos como referências, a preservação das memórias e do patrimônio histórico-cultural. Esta última, como coloca Pollak (1999), pode ser negociada entre

⁶² Lista dos bens inscritos no Arquivo Noronha Santos disponível em <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>.



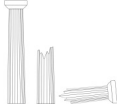
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

os grupos que a envolvem, selecionando, deste modo, o que preservar e o que esquecer.

As ações iniciais do IPHAN, nas décadas de 1930 e 1940, como Chuva (2009, p.31-33) coloca, são ligadas essencialmente ao Estado, num projeto nacionalista que viria a centralizar toda a gestão cultural no país à época. As características da Era Vargas quanto à memória seriam presentes neste momento da existência do órgão de proteção, em que também os modernistas agiram conjuntamente numa centralização das ações culturais pelo Estado. A valorização do colonial e do homogêneo na memória, como dito, representou a forma pela qual o Estado Novo agiu no que se refere ao patrimônio nacional.

As ruínas coloniais tombadas nos anos iniciais do IPHAN encaixam-se no perfil da época e compõem as intenções da unificação de uma memória nacional e única, via cultura material colonizadora e colonial, sem maiores considerações sobre a diversidade das memórias coletivas existentes no país. Com destaque, temos a preservação de dez ruínas nas décadas de 1930 e 1940.

É na década de 1930, mais especificamente no ano de 1938, que cinco ruínas seriam tombadas, dentre as quais as três localizadas na Paraíba (Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, Forte Velho, Casa da Pólvora), uma no Rio Grande do Sul (ruínas de São Miguel das Missões) e uma em Minas Gerais (Fábrica de Ferro Patriótica). A proximidade entre as datas dos tombamentos, realizados todos num único ano, 1938, e o volume de documentos dos processos destes mostra a rapidez nos esforços de proteger as ruínas de modo a salvaguardá-las enquanto monumentos nacionais, contudo, sem um maior embasamento nos esforços para tanto e, o que pode ser mais problemático, sem continuidade de ações ou mesmo fiscalização. Tal celeridade também pode ter ocasionado erros como denominar a invocação das ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre, em Cabedelo, PB, como Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes. Outro exemplo foi o processo de tombamento da Casa da Pólvora que deixa dúvidas quanto ao fato de que a mesma fosse uma edificação ou uma ruína à época em que ocorreu. A dúvida



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

poderia ter sido sanada com uma nova visita técnica ao local, que, contudo, não foi realizada⁶³.

Antes da proteção das ruínas de São Miguel das Missões, as primeiras a serem protegidas oficialmente, houve o tombamento da Casa da Torre de Garcia D'Ávila e Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Praia do Forte, Mata do São João, Bahia, no Livro do tomo de Belas Artes em 30 de abril de 1938.



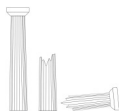
Figura 5: Imagem atual das Ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Ávila ao lado da Capela de Nossa Senhora da Conceição, após três intervenções de restauração e conservação das ruínas. Foto: Acervo Brasil-Turismo, s/ data⁶⁴.

Apesar do título, que não contém alusão às ruínas da Casa da Torre, ou Castelo Garcia D'Ávila, seu tratamento como ruína é considerado ao longo dos anos, inclusive nas ações de conservação, entre 1957-1959, 1979-1981 e 1999-2001. Tombada no Livro de Belas Artes, estas ruínas permitem discurso conduzido pela respectiva instância estética ao qualificarem o espaço em que se encontram. Contudo, cabe o questionamento sobre o tombamento de uma ruína num livro que não seja o histórico. Afinal, como Brandi (2004) coloca, este é o valor que as perpassa e lhes atribui um apelo inerente por conservação. A estética da ruína, não mais edificação, também deixa de ser um atributo para o bem, quando emerge o valor histórico.

Apesar da capela restaurada, a Casa da Torre apresenta aspecto enquanto ruínas, que se faz pela priorização do bem por seu valor histórico. Esse questionamento também seria percebido no primeiro tombamento de ruínas do

⁶³ Os tombamentos das ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre e da Casa da Pólvora serão mais detalhados no capítulo seguinte.

⁶⁴ Disponível no sítio < <http://www.brasil-turismo.com/bahia/imagens/castelo.htm>>. Acesso em 26 de junho de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

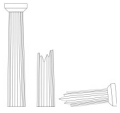
Brasil: as de São Miguel das Missões, RS. Trata-se de duas ruínas tombadas no livro do tomo de Belas Artes.

As ruínas de São Miguel das Missões⁶⁵ seriam tombadas menos de um mês depois do monumento anterior, como ruína e remanescente no livro de Belas Artes. Apesar da denominação conjunta, ruína e remanescentes, não há no projeto de tombamento menções acerca de tais conceituações, sendo estas usadas apenas na denominação do local. Vale colocar também que o processo durou aproximadamente três meses para ser concluído. A documentação constante no mesmo apresenta poucas informações sobre as ruínas num processo que também contempla o tombamento do acervo do Museu Julio de Castilho e o Forte Caçapava.

A imponência e a monumentalidade foram, como já vimos, qualidades atribuídas às ruínas desde o Renascimento Cultural na Europa, e ainda tinham notoriedade no Brasil à época em que ocorreram as primeiras ações do órgão. Outro ponto que deve ser ressaltado é o período destes primeiros tombamentos no Brasil, em que os estudos sobre patrimônio histórico-cultural ainda não tinham a amplitude e a densidade que apresentam atualmente. O próprio Brandi e sua proposta de preservação, entre as instâncias histórica e estética, ainda não tinha lançado seus estudos na Itália. Isto, aliado à sensação do sublime provocada por ruínas como as da Casa da Torre Garcia D'Ávila e as de São Miguel das Missões, percebidas individualmente e, principalmente, em conjunto com sua paisagem podem ter fornecido um contexto favorável aos seus tombamentos no livro de Belas Artes. Vale lembrar, contudo, que estamos apenas especulando, considerando que, ao menos no processo de tombamento das ruínas de São Miguel das Missões, não temos informações suficientes para explicar o porquê de um tombamento naquele livro.

Mais recentemente, em 1983, as ruínas de São Miguel seriam consideradas patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

⁶⁵ Conforme processo nº 141-T-30, com tombamento oficializado em 16 de maio de 1938.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



Figura 6: Ruínas de São Miguel das Missões a partir de seu interior nos anos de 1928 e 1982, respectivamente. Fotos: Arquivo IPHAN, 1928; 1982.

Seguindo a linha cronológica dos tombamentos, posteriormente, ocorreu o da Casa da Pólvora, em João Pessoa, PB⁶⁶, que especificaremos no próximo capítulo, e o da Fábrica de Ferro Patriótica, em Ouro Preto, MG⁶⁷, que apresenta restos de paredes e fundações da primeira fábrica de ferro do Brasil. Ao longo dos anos, foram apresentadas sugestões de preservação para esta última, tais como conservação, recomposição progressiva e instalação do Museu do Ferro por parte de um cidadão local. Contudo, tais projetos não foram executados.

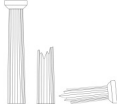
No entanto, este caso ilustra que uma idéia das ruínas a serem mantidas no Brasil estava sendo delineada entre o colonial e o pitoresco. Bem como problemáticas em torno da sua preservação, já com tentativas e pedidos de recomposição de ruínas; e problemas como o seu isolamento físico, questões imobiliárias, a invasão pela vegetação circundante, entre outros.

E estes problemas se delinearão por um período longo. A companhia proprietária do terreno da fábrica sofreu várias críticas quanto à falta de ações para a preservação das ruínas, e foi obrigada, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, definitivamente, em janeiro de 2010, a proteger as ruínas da fábrica, localizadas em seus terrenos. Dentre os problemas identificados, destacam-se o mau estado das ruínas e a falta de acesso a elas⁶⁸.

⁶⁶ Processo nº 272-T-41, com oficialização do tombamento em 24 de maio de 1938.

⁶⁷ Conforme processo 31-T-1938, com tombamento oficializado em 30 de junho de 1938.

⁶⁸ Para maiores informações, ver: <<http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/noticia/index/id/12215>>, acesso em 09 de abril de 2010; e <<http://www.defender.org.br/justica-mantem-decisao-que-obriga-mineradora-vale-a-preservar-primeira-fabrica-de-ferro-do-pais>>, acesso em 08 de abril de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



Figura 7: Ruínas Fábrica de Ferro Patriótica, Ouro Preto, MG. Foto: Defender, s/ data⁶⁹.

Na notificação de tombamento e também em cartas sobre o monumento, é utilizada, como nas ruínas de São Miguel das Missões, a expressão “ruínas e remanescentes da antiga Fábrica Patriótica”, contudo, sem maiores explicações ou mesmo a diferenciação entre tais termos. Ao final, o título do tombamento contava apenas com a terminação “ruína”, contudo, não se diferencia ou se resolve o já inicial problema de falta de delimitação dos conceitos na preservação do patrimônio histórico-cultural brasileiro. Essa questão, aliás, a falta de precisão dos termos usados, atravessa toda a história da preservação de ruínas no Brasil. Afinal, essa problemática será constante em outros processos de tombamento ao longo do período da atuação do órgão.

Por fim, ainda em 1938, ocorreram o tombamento de Forte Velho, Santa Rita, PB⁷⁰ e o da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, Cabedelo, PB⁷¹. Ambos serão discutidos no próximo capítulo.

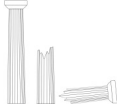
Na década de 1940, temos uma continuidade do tratamento dos processos de tombamento como na década anterior. Entre os de ruínas, temos: na Bahia, o da Igreja e ruínas do convento de Santo Antônio de Paraguassú⁷² e o da Capela de

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.defender.org.br/justica-mantem-decisao-que-obriga-mineradora-vale-a-preservar-primeira-fabrica-de-ferro-do-pais>>. Acesso em 15 de abril de 2010.

⁷⁰ Processo nº 48-T-38, com tombamento oficializado em 09 de agosto de 1938 no Livro Histórico.

⁷¹ Processo nº 41-T-30, com tombamento oficializado em 12 de agosto de 1938, apenas três dias após Forte Velho, no Livro Histórico.

⁷² Processos nº 280-T-41, com oficialização do tombamento em 25 de setembro de 1941, no Livro Histórico e Livro de Belas Artes.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Nossa Senhora da Pena e ruínas do sobrado anexo⁷³, ambos no município de Cachoeira, nos anos de 1941 e 1943, respectivamente. Mais uma vez, a inter-relação entre as instâncias estética e artística se mixam no tombamento de ruínas, pois ambas são tombadas segundo seus valores históricos e também artísticos.

No Rio de Janeiro, houve o tombamento das ruínas do Convento São Bernardino de Sena, Angra dos Reis, que ocorre em 1947⁷⁴. Na Paraíba, mais uma ruína seria tombada, a da Igreja de Tambaú, João Pessoa, PB⁷⁵, dez anos depois de sua primeira notificação de tombamento. Tal demora é justificada, no mesmo processo, pela falta de resposta da proprietária do bem quanto à anuência do tombamento, que, por sua vez, acaba ocorrendo sem tal consentimento, em 1948. Após sua destruição, em 1957, pela arquidiocese local para edificação de uma nova igreja em seu lugar, o tombamento destas ruínas foi cancelado, por votação unânime do Conselho Consultivo em 1989, oficializado em 1990.

Neste período também ocorreu, pela primeira vez, o tombamento de ruínas em meio a um conjunto arquitetônico, o de Alcântara, no Maranhão⁷⁶. Este conjunto conta, em seu espaço, com as ruínas do Forte São Sebastião e as da Igreja Matriz de São Matias, e mostra que o estado em que o monumento se encontra não deve ser mais influente do que sua representatividade. Ainda mais, evidencia também aquilo que seria fundamentalmente importante: a adaptação dos interesses dos bens em suas particularidades às sociedades atuais, como, posteriormente, serão buscadas ações de adaptação das ruínas no plano de recuperação de Alcântara, de 1964.

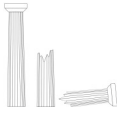
Já neste momento, foi possível perceber também diálogos com a idéia de ruína que já havia sido transmitida através da Carta de Atenas de 1931 e que se expressa, por exemplo, no processo de tombamento das ruínas do Convento São Bernardino de Sena, em Angra dos Reis. Em carta datada de 21 de julho de 1947, do Diretor do Departamento de Estudos e Tombamentos (DET) para o diretor geral

⁷³ Processo nº 231-T-41, inscrito Livro Histórico e Livro de Belas Artes em 08 de julho de 1943.

⁷⁴ Processo nº 371-T-DPHAN, com oficialização do tombamento em 23 de julho de 1947, no Livro Histórico.

⁷⁵ Processo nº 46-T-38, com oficialização do tombamento no Livro Histórico em 12 de janeiro de 1948. O tombamento seria cancelado posteriormente, em 1990, face à destruição total do monumento.

⁷⁶ Processo nº 390-T-48, com oficialização do tombamento no Livro Histórico em 29 de dezembro de 1948. O bem seria inscrito também no Livro de Belas Artes e Livro de Tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico em 10 de outubro de 1974.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

do IPHAN presente no processo de tombamento, se explica que a proteção do monumento envolveria apenas a preservação das ruínas em seu próprio estado, sem a possibilidade de reconstrução e restauração, pois conclui que a obra seria dispendiosa financeiramente e que não seria tida como interessante pela população.

Tanto o contexto é valorizado, como também o manejo do monumento, e, apesar da discussão financeira, também se pensa a questão pragmática sobre como se deve ou não atuar no monumento e, mais especificamente, nas ruínas.

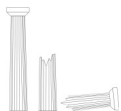
Outros destaques nesta defesa, e que também viriam a considerar a questão do espaço e da ambiência contextualizada das ruínas são, por exemplo, as ações de Lucio Costa no caso da intervenção ocorrida em São Miguel das Missões na década de 1940, com a construção do Museu das Missões e Casa do Zelador. Para Bittencourt, esse projeto de Lucio Costa:

(...) amplia e valoriza as ruínas, exemplo em que as medidas de salvaguarda observáveis por especialistas não terminam com as pesquisas históricas, arqueológicas ou obras de contenção e consolidação do objeto. Há necessidade de intervenções que consigam relacionar o bem com o tempo vivido de forma ativa, de modo que a contemplação apareça como momento de diálogo entre o novo e o antigo, em linguagem de fácil compreensão ao leigo. (BITTENCOURT, 2009/2010, p. 104)

O projeto buscava aliar o novo ao antigo, bem como a interação com o monumento (BITTENCOURT, 2009/2010, p. 113). De fato, a contextualização do monumento e sua ambiência são valorizadas e mantidas junto a uma estrutura de apoio e exposição, considerando que o Museu das Missões visava a apresentação sobre esta região. Para tanto, foram organizados vestígios não apenas de São Miguel das Missões, mas também de outras ruínas da área. Entre 1938 e 1940 também foram realizadas obras de estabilização da torre.

Outras obras de intervenção ocorridas naquela década foram uma limpeza implementada na Casa da Pólvora, João Pessoa, PB, tombada, assim como São Miguel das Missões, na década anterior; e uma inspeção no Convento de Santo Antônio de Paraguassú, em 1946.

Naquele momento eram evidentes, como colocado por Chuva (2009), as tentativas de edificação de um projeto nacionalista e centralizador das ações culturais e a priorização do colonial como símbolo do país. No corpo documental da



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

época, é possível perceber processos de tombamentos sem maiores discussões técnicas e sociais sobre os monumentos, denotando insuficiência da argumentação e da fundamentação e, muitas vezes, se restringindo exclusivamente às notificações de tombamento⁷⁷. Cabe também colocar o próprio contexto do momento, com a preocupação maior em se criar um grupo oficializado de bens patrimoniais e, conseqüentemente, uma memória a ser pensada e defendida. Isso, de fato, foi executado.

A legislação elaborada nestas duas décadas deixa a desejar quanto ao tratamento referente às ruínas. Não há registro de leis ou decretos específicos, ou mesmo artigos específicos sobre estas por ocasião da criação do IPHAN (decreto nº 25 de 1937), ou em outro documento oficial subsequente. Contudo, esta problemática, vale colocar, se refere também ao patrimônio de modo geral e não apenas as ruínas.

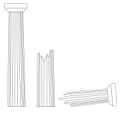
A defesa das ruínas se restringe ao contexto mais amplo do patrimônio, através do decreto-lei nº 25 de 1937, que não as aborda especificamente, apesar de já haver discussão internacional desde o que havia sido proposto na Carta de Atenas de 1931 e esta já era de conhecimento do órgão, conforme pode ser percebido no processo de tombamento de São Bernardino de Sena e na intervenção de Lucio Costa, como posto anteriormente.

Portanto, nestes momentos iniciais, assim como nos períodos subsequentes, é possível perceber a posição do IPHAN sobre as ruínas mais por suas ações de tombamento e intervenção do que por sua legislação, que permanecerá sem maiores particularidades a respeito do tema.

2.2 Décadas de 1950 e 1960: a ausência de ações

Nas décadas de 1950 e 1960 percebemos uma abrupta queda no tombamento de ruínas, com a emergência, contudo, do tombamento de “remanescentes” no país.

⁷⁷ Como exemplo do processo de tombamento de Forte Velho, em que as páginas trazem apenas as notificações de tombamento, correspondência do proprietário do terreno e o registro deste no livro histórico num total de apenas cinco páginas.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Em Niquelândia, Goiás, houve o tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e ruínas da Igreja de São José do Tocantins. Na Igreja do Rosário⁷⁸, localizada no distrito de Traíras, percebemos que a idéia do tombamento deveu-se à destruição do sítio; esperava-se salvá-lo desse destino. Idéia, aliás, presente nas justificativas dos tombamentos de ruínas no país. A igreja foi restaurada ainda na década de 1950. Contudo, tempos após ser tombada, uma de suas paredes caiu e ela acabou saqueada e arruinada.

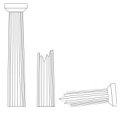


Figura 8: Animais com as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Niquelândia, Goiás. Foto: André Dusek, Jornal Estadão, 2009.

Segundo informações do processo de tombamento, que logo coloca a presença de dúvidas quanto ao ocorrido, o bispo de Uruaçu teria chegado ao local entre 1968 e 1971 e teria retirado todos os bens do interior da igreja. A população teria ficado triste e impotente com a ação do mesmo, mas, segundo o mito de que existiria ouro em suas paredes, a própria população também teria participado do saque ao monumento selando a sua configuração enquanto ruína, mais uma vez⁷⁹. Então, o que aconteceu neste caso foi justamente o tombamento seguido pelo arruinamento do bem. Aliás, é nessa situação que o mesmo segue até os dias

⁷⁸ Processo nº 510-T-54, inscrita sob o título de “Igreja de Nossa Senhora do Rosário” em 19 de janeiro de 1955 no livro de Belas Artes.

⁷⁹ Um dos principais problemas que estão relacionados com ruínas, de fato, são os saques e as constantes procuras por tesouros escondidos. Trata-se de uma prática que marca a arqueologia do século XIX nos grandes centros arqueológicos da Europa e que é presente também no Brasil, onde também existem relatos constantes de procura de ouro e riquezas nestes sítios. No Nordeste, outro tipo de riqueza se incluirá neste mote, a procura por butijas, a que já nos referimos anteriormente.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

atuais. Uma triste trajetória de abandono, de saque de um bem institucionalmente protegido.

Nos anos 1950, temos também a salvaguarda das ruínas da Igreja de Santana, em Rio de Contas-BA. De suas ruínas, houve, em contraposição, um total de cinco tombamentos de “remanescentes”, que merecem um debate acerca de sua configuração enquanto ruína.



Figura 9: Igreja de Santana, BA. Foto: Arquivo Público Municipal, s/ data⁸⁰.

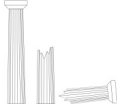
A Igreja de Santana⁸¹ é uma construção inacabada do século XVIII que viria a ser tombada em 1958 enquanto ruína.

Além de vários problemas comuns a outras no Brasil, como o uso, pelos moradores locais, de pedras do monumento para a construção de suas casas, os furtos, dentre outros, esta ruína ainda padece de falta de maiores informações sobre a edificação. Para tanto, documento sem autoria que descreve o monumento e traça possíveis ações para o local, presente na Série Inventário⁸² ressalta que, neste caso, as fontes arqueológicas poderiam ser fundamentais para tentar preencher tais lacunas. Acerca de seu tombamento enquanto ruína em um conjunto com o uso religioso do local, o mesmo documento coloca:

⁸⁰ Foto disponível no sítio: < <http://paracatumemoria.wordpress.com/2010/03/15/patrimonio-historico-de-rio-de-contas-na-bahia-e-marcado-pela-originalidade/>>. Acesso em 30 de junho de 2010.

⁸¹ Processo nº 446-T, com monumento inscrito no livro do tomo Histórico em 29 de agosto de 1958.

⁸² Caixa 0039, Pasta 02, Envelope 08.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Se nos alongarmos acima em certas considerações passíveis de crítica por ter sido tombado o monumento como “ruína” e estar hoje, ainda que esporadicamente, sendo utilizado para culto, assim o fizemos e julgamos que, salvo melhor juízo, neste caso específico a melhor solução é realmente proteger as partes principais do monumento contra as intempéries, o que vai de encontro com a tradição de ter sido utilizado até 1914, ainda que inacabado. (Série Inventário – Igreja de Santana, p.25).

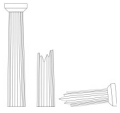
Ainda sobre este monumento, além da falta de documentação, colocam-se outros problemas para um melhor entendimento, dentre eles, a sua permanência enquanto ruína e a observação de ações posteriores como a adição de elementos, a exemplo de combogós de concreto e recomposição de vergas de volta redonda. Neste processo de tombamento defende-se também a preservação da ambiência da ruína, e outras recomendações, como o respeito aos elementos internos, inclusive, por exemplo, na instalação elétrica que deveria ser simples para não interferir demasiadamente na mesma. Aponta-se, ainda, a presença de problemas com a vegetação, algo muito comum também em outras ruínas patrimoniais.

É importante colocar que, não só por seu uso como espaço de cultos religiosos, mas também por suas reformulações, em que se processou, por exemplo, a reconstrução do telhado, a mesma não se configura enquanto ruína. Contudo, ainda conta com tal titulação em seu processo de tombamento. Este é um caso que coloca o debate acerca da diferença entre construções inacabadas e ruínas. Afinal, a primeira, por ser inacabada, pode não contar com o inteiro para ser fragmentada, enquanto a segunda tem todo o seu conceito permeado pela existência do fragmento e da alegoria.

Dentre os remanescentes tombados na década de 1950, temos os da Capela Jaguará, Nova Lima-MG⁸³, que incluem apenas peças móveis religiosas – o que não a tornam uma ruína e os remanescentes do Recolhimento de Santa Tereza, em Niterói, RJ⁸⁴, atual Museu de Arqueologia de Niterói. Sobre este monumento, pode-se apresentar dúvidas quanto a um possível tombamento mais específico, enquanto ruínas, e não como remanescentes. Afinal, conta com os fragmentos do antigo recolhimento numa impossível volta a um contexto anterior que não seja através de um falso histórico.

⁸³ Processo nº 429-T, inscrito em 19 de junho de 1950 no Livro de Belas Artes e Histórico.

⁸⁴ Processo nº 365-T-46, inscrito em 08 de janeiro de 1955 no Livro de Belas Artes.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



Figura 10: Recolhimento de Santa Teresa. Foto: Arquivo ANS, 1958; Blog Torreleste, s/ data⁸⁵.

Temos também os remanescentes da Vila Colonial de São Vicente-SP⁸⁶, que envolvem a Igreja Matriz de São Vicente e algumas imagens religiosas; os da Vila Colonial de Porto Calvo-AL⁸⁷, com texto do processo de tombamento em consonância com o da Vila de São Vicente, características semelhantes, e tombadas na mesma data que este. Outro remanescente tombado foi o Forte São Matheus, Cabo Frio-RJ⁸⁸, em que, já no título do processo, aparece a referência a ruínas (e não remanescente), o que condiz, de fato, com a realidade, mas demonstra a ambigüidade no uso de termos na preservação do patrimônio histórico-cultural no país, necessário para que a própria defesa destes bens seja mais eficaz.



Figura 11: Forte São Matheus. Foto: Arquivo ANS, 1938; Fabio Carvalho, 2007⁸⁹.

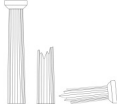
⁸⁵ Disponível em: < <http://torreleste.wordpress.com/category/dica/>>. Acesso em 10 de julho de 2010.

⁸⁶ Processo nº 514-T-51, inscrito em 17 de janeiro de 1955 no Livro Histórico.

⁸⁷ Processo nº 515-T, inscrito 17 de janeiro de 1955 no Livro Histórico.

⁸⁸ Processo nº 447-T-51, inscrito em 5 de outubro de 1956 no Livro Histórico.

⁸⁹ Foto de Fábio Carvalho (2007) disponível em <<http://pt.treklens.com/gallery/photo352558.htm>>. Acesso em 30 de junho de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Este mote de tombamentos de bens tidos como “remanescentes” mostra que, de fato, não houve um declínio no número de tombamentos de ruínas. O que houve, na verdade, foi um problema no ato de nomear os tombamentos proferidos pelo órgão no período, que levou ruínas a serem tombadas de modo mais generalizado, enquanto remanescentes. Afinal, do total de cinco remanescentes, dois poderiam ser mais especificados enquanto ruínas, como também assim o foram em seus respectivos processos de tombamento. No caso das vilas coloniais, o termo “remanescente” cabe uma vez que se buscou, no tombamento, os vestígios desta vila e não suas ruínas mais especificamente.

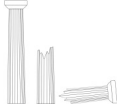
A década de 1950 não apresenta intervenções em ruínas, com exceção de uma vistoria do Convento Santo Antônio de Paraguassú, BA, em 1957.

Na década de 1960, ocorreram os tombamentos da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e as ruínas do convento anexo, em Cabo do Santo Agostinho-PE, o Engenho do Erasmos, em Santos, SP e o de duas ruínas no Rio Grande do Norte: o engenho Cunhaú, em Canguaretama e a Casa de Câmara e Cadeia, de Vila Flor. Os dois últimos foram resultados de uma mesma visita técnica de funcionário do IPHAN e a partir da mesma idéia presente no relatório da visita que consta no processo de tombamento destas, da possibilidade de serem reconstruídas e, por isso, protegidas. Percebe-se, assim, desde a década de 1930, semelhanças que se prolongam até este momento.

O tombamento das ruínas do convento da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré⁹⁰ considerou, no mesmo processo, a própria Igreja, uma edificação completa, e as ruínas do convento, tal como havia ocorrido na Casa da Torre Garcia D'Ávila e demais ruínas.

A harmonia dessa relação foi um sucesso, até posteriormente, nas ações de restauração dos monumentos que respeitaram cada monumento em sua configuração, edifício completo ou ruína. Afinal, enquanto a igreja manteve o seu uso, o convento foi abandonado e, daí, arruinado.

⁹⁰ Processo nº 619-T61, com o monumento inscrito enquanto patrimônio do Livro de Belas Artes em 06 de julho de 1961.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



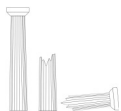
Figura 12: Ruínas Convento de N. Senhora de Nazaré. Cabo de Santo Agostinho, PE. Arquivo IPHAN, 1960.

A justificativa do tombamento deste bem foi a sua ancianidade, contudo a sugestão do Chefe do Primeiro Distrito foi pela inscrição no livro de Belas Artes e livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, por seu valor estético. Inicialmente foi tombado no de Belas Artes. Para o livro do tomo paisagístico, Rodrigo M. F. Andrade, presidente do IPHAN, pediu para o 1º Distrito (Pernambuco e Paraíba) anexar documentação sobre a paisagem a ser preservada. Como não obteve resposta, até o momento o bem permanece tombado apenas no de Belas Artes.

Já na década de 1960, este monumento contou com ações de intervenção. Outras ruínas que teriam ações de conservação neste momento foram as do Convento de Santo Antônio de Paraguassú, com a restauração do altar de Rosa de Viterbo, em 1963, e obras de conservação em 1964. Entre 1969 e 1970 foram restauradas também a fachada principal e duas escadarias. As ações ainda prosseguiram em 1973, com limpeza do local e, em 1978, com o retelhamento. Em 1964, se pensou um projeto de adaptação das ruínas de Alcântara, MA para museu, o que não foi efetivado.

A última ruína tombada neste momento do IPHAN foi o Engenho São Jorge dos Erasmos⁹¹. Em seu processo de tombamento, estas ruínas são postas como importantes por serem os mais antigos exemplos de engenho de cana mélica e marco do cultivo industrial/colonial. Já em 1963 foram realizadas, neste bem, algumas ações de intervenção, como limpeza e retirada do entulho que se

⁹¹ Processo nº 678-T-62, inscrito no Livro Histórico em 02 de julho de 1963.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

encontrava no local; a reforma em telhado e ações de escavação (entre janeiro e fevereiro de 1966). Contudo, contava ainda com problemas como falta de acesso e vegetação alta. Demonstrando atenção às normas internacionais sobre ações de restauração no local, o ofício 465/81, de 10 de novembro de 1981, o diretor da 9ª Sec. informa ao diretor do DTC⁹² que não há nada o que se restaurar neste bem conforme *leis internacionais*, já que são ruínas. Seu terreno foi transferido para a posse da Universidade de São Paulo (USP) e, desde sua salvaguarda, passou por problemas que envolviam principalmente questões fundiárias na década de 1980. Afinal, o terreno em que se encontra ficou cercado por propriedades privadas e, ainda mais, um condomínio residencial construído em seu entorno, com parte dele infringindo o seu espaço de preservação desde a época de sua construção, em aproximadamente 1987. A própria USP também recebeu críticas quanto à ausência de ações de preservação no local.

No Rio Grande do Norte, uma vistoria do funcionário do IPHAN, Oswaldo de Souza, em 25 de outubro de 1961⁹³, levaria ao tombamento de duas ruínas: a Casa de Câmara e Cadeia de Vila Flor⁹⁴ e o Engenho Cunhaú⁹⁵, em Canguaretama. No relatório da atividade, coloca a possibilidade destes bens poderem voltar à sua “função primitiva” e que, ainda mais, “se não acudirmos a tempo, sua destruição está próxima”. Frente a aparência das ruínas, o funcionário considerou sua reconstrução, algo presente em vários processos de tombamento, mas que neste se tornaria a própria legitimação do tombamento.

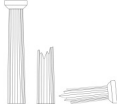
O tombamento de Vila Flor já havia sido negado em 1962, contudo, com os documentos de correspondência afirmando a possibilidade da reconstrução por outros funcionários, como o Dr. Ayrton de Carvalho, chefe do 1º Distrito do IPHAN, essa decisão foi revista. No mesmo processo, o governador do estado também se comprometeu a custear as obras de restauração. Na década seguinte, em 1975, o monumento encerraria suas obras de restauração encabeçadas pelo IPHAN e estaria reconstruído. No debate sobre este bem, ainda teríamos que colocar a construção de alguns equipamentos que prejudicariam o entorno deste, como uma

⁹² Série Obras, Caixa 0971, Pasta 2638, Módulo 065.

⁹³ Presente nos processos de tombamentos dos monumentos, n^{os} 665-T-62 e 666-T-62.

⁹⁴ Processo nº 665-T-62, inscrito no Livro Histórico em 16 de junho de 1964.

⁹⁵ Processo nº 666-T-62, inscrito no Livro Histórico em 16 de junho de 1964.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

igreja da Assembléia de Deus e um moinho de vento, ambos construídos ainda na década de 1960, antes do tombamento.



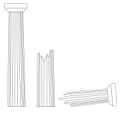
Figura 13: Casa de Câmara e Cadeia de Vila Flor antes e pós-reconstrução. Fotos: Arquivo IPHAN, 1962; Jurema Armaut (Arquivo IPHAN), 1985.

A capela do engenho Cunhaú passaria por um debate semelhante. Este bem do século XVII também foi tombado só depois de constatada a possibilidade de sua recomposição e desapropriação.

Em documentação composta por correspondências, o funcionário em operação no Rio Grande do Norte, Oswaldo de Souza, ressalta seu valor tradicional e histórico e defende a sua consolidação e proteção, já que não conta com informações suficientes para uma restauração. A capela encontrava-se em ruínas em 1962, quando da visita técnica deste funcionário ao local, como se percebe na imagem 13.

Em correspondência interna, o IPHAN mostra-se, inicialmente, contrário ao tombamento, pelo seu estado avançado de arruinamento. Contudo, mais uma vez, a possibilidade de sua volta ao original é afirmada por Dr. Ayrton de Carvalho em correspondência de Oswaldo de Sousa ao IPHAN, bem como a promessa de desapropriação do bem por parte do governador do Estado, Aluísio Magalhães. Com documentos como um parecer de Lúcio Costa a favor, o monumento é, enfim, tombado enquanto ruína⁹⁶.

⁹⁶ Informações disponíveis no processo de tombamento do bem: nº 666-T-62.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Em 1964 e 1965, o bem passou por ações de conservação e proteção⁹⁷. Sua reconstrução ocorreria já na década de 1980. Esta última foi solicitada por cartas ao IPHAN em 1966 e 1968, considerando o comprometimento maior das estruturas do monumento.



Figura 14: Capela do engenho Cunhaú antes e pós restauração. Fotos: Arquivo IPHAN, 1962; Canindé Soares, 2005⁹⁸

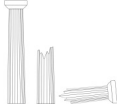
Nesta década de 1960, foram tombados também os remanescentes da Casa Marechal Deodoro-AL⁹⁹, tendo sua fachada sido mantida e estabilizada; e os remanescentes da Fábrica Iperó-SP¹⁰⁰, que contou com obras posteriores de recuperação do prédio. Sobre esta última, é possível divagar se a mesma é, de fato, ruína ou edificação. O termo ambíguo, “remanescentes”, neste caso, poderia ter sido melhor aplicado a fim de se proceder identificações posteriores.

⁹⁷ Dentre essas ações, foram realizadas a proteção das ruínas com a colocação de amarras nas fendas das paredes, cobertura do bem com telha canal e limpeza da área, segundo carta de 16 de novembro de 1964 de Oswaldo de Sousa intitulada “Especificações para os serviços a serem realizados em favor das ruínas da Capela do Engenho Cunhaú, em Canguaretama, Rio Grande do Norte” e carta de 17 de maio de 1965 de Oswaldo de Sousa para Rodrigo de Melo F. Andrade, presentes na Série Obras, Caixa 931, Pasta 2504.

⁹⁸ Disponível em <<http://www.memoriaviva.com.br/cascudo/blog/acjul05.htm>>. Acredita-se que o período da foto seja 2005 pela data da postagem da mesma.

⁹⁹ Processo nº 741-T-64, inscrito no Livro Histórico em 25 de agosto de 1964.

¹⁰⁰ Processo nº 727-T-64, inscrito no Livro Histórico em 04 de setembro de 1964



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

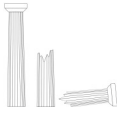


Figura 15: Fábrica Iperó, São Paulo. Foto: Arquivo IPHAN, sem data.

No que se refere à legislação, percebe-se, nesse momento, uma aproximação com a arqueologia se considerarmos que a ruína poderia estar classificada, no Brasil, entre os monumentos arqueológicos devido ao fato do sítio possuir informações sobre as ações do homem no local. Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos são especificados segundo a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

A defesa das ruínas, também sob o viés da arqueologia, remonta ao século XV, no mundo, e deve ser aliada não apenas à salvaguarda, mas também à própria pesquisa em ruínas. A legislação também é omissa no que se refere às ações emergenciais em ruínas e/ou de registro destas. Ruínas já eram postas como sítios arqueológicos, como aconteceu com o caso das ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul.

Contudo, ao nos debruçarmos sobre a forma como os tombamentos foram realizados neste momento, o que se pode perceber, de fato, é um descuido em relação aos termos utilizados, pois, em num mesmo processo de tombamento, pode-se ler vários conceitos diferentes direcionados a um único monumento. Já neste momento, observa-se a necessidade de um maior entendimento sobre o conceito de ruínas.



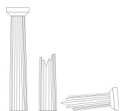
2.3 Milagre de tombamentos: Décadas de 1970 e 1980

No auge do período militar e experimentando o milagre econômico pelo qual o país passou nos anos de 1970 e 1980, ocorreu um aumento dos tombamentos de ruínas e remanescentes. O momento também experimentou uma ampliação da noção do que se é tombado ao se passar a considerar a preservação dos monumentos e conjuntos urbanos aliada a fatores como estudos sobre a ambiência (FONSECA, 2005, p. 180-181). Segundo a mesma autora, a priorização dos tombamentos no livro histórico também mostra uma preocupação desta fase do IPHAN frente ao peso histórico dos bens e não à estética, como ocorreu em seus anos iniciais de atuação.

Esse contexto, assim, conflui com as mudanças pelas quais o IPHAN passava frente à defesa da memória, o que ampliaria sua noção de patrimônio.

Na verdade, a partir das décadas de 1970 e 1980, os domínios do social passíveis de gerar herança ampliaram-se significativamente. Esse processo calcou-se num conceito antropológico de cultura, pautado num olhar sobre o cotidiano e enfatizando a perspectiva processual da cultura, em que uma maior variedade de épocas históricas e de ambientes sociológicos passam a ser considerados, assim como as manifestações e os fazeres culturais, relevando-se as particularidades dos grupos étnicos. No Brasil, ainda que essa nova perspectiva relativa a uma maior amplitude das “coisas patrimoniais” não se tenha configurado como uma fala hegemônica dentro da agência do Estado como responsável pela preservação cultural – o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) (...), ela trouxe questões que passaram obrigatoriamente a ser tratadas. Dentre elas, ressaltam-se, em particular, aquelas ligadas a uma preocupação em relação aos diferentes sujeitos em jogo no processo de atribuição de significados e valores aos bens culturais selecionados, e, com isso, a relativização desse processo dentro dos próprios procedimentos da agência oficial de preservação. (CHUVA, 2009, p. 45).

Na década de 1970 temos o tombamento de um total de seis ruínas, das quais três delas no Rio Grande do Sul, na região dos Sete Povos das Missões que já possuía uma tombada, a de São Miguel das Missões. Tais ruínas seguem o mesmo exemplo da anterior, sendo nomeadas pelo IPHAN como ruínas e remanescentes dos Povos de São Nicolau, São João e São Lourenço. Também são tombadas ruínas no conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro, BA: em 1968, a cidade alta, e, em 1974, a cidade baixa.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

No que se refere à trajetória das ruínas da região dos Sete Povos das Missões no século XIX, Baptista, Bauer e Presa (2006) afirmam:

Após a expulsão dos jesuítas, primeiramente dos chamados sete povos com o Tratado de Madrid (1750), em seguida do restante da América (1767), decreta-se o fim de uma experiência sem precedentes na história, pelo menos assim a historiografia consagra. Sem jesuítas, nada mais parece haver nas reduções que possa ser considerado uma história nobre, digna de atenção maior, especialmente quando se chega ao século XIX. As estruturas decaem: desprovidas de cuidados administrativos, são reclamadas pela selva e pelas novas cidades que delas se constroem. (BAPTISTA, BAUER e PRESA, 2006, p.179)

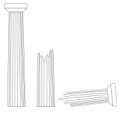
Apesar desse processo de arruinamento, os autores ainda consideram que as ruínas estavam vivas por manterem práticas culturais em novos contextos, a exemplo de atividades religiosas, moradia para diferentes grupos sociais, entre outros. Tanto que consideram que: “São as ruínas, *gigantes antropofágicos*, que devoram qualquer um que nelas passe, carregando-os, sem nenhum constrangimento, para o interior de sua própria história” (BAPTISTA, BAUER e PRESA, 2006, p.180)¹⁰¹.

Num debate semelhante, Bittencourt (2009/2010) se pergunta como a região dos Sete Povos das Missões viria a comportar essas ruínas:

O que aconteceu durante poucos séculos para formação desta paisagem desolada em que pedras lavradas em geometrias regulares, estranhas ao ambiente, enfrentam sozinhas o tempo, os homens e a natureza? Restos de colunas, vergas, ombreiras, cunhais... quem sabe? É difícil identificar em rápidas visadas os objetos soltos no cenário apresentado, desenhado em arranjos arqueológicos ou aleatórios. Permanece o efeito ruínas, restos fortes e pesados, remetidos ao passado impreciso, de difícil compreensão e identificação no arranjo geral. (BITTENCOURT, 2009/2010, p. 100)

Este efeito ruínas que o autor menciona remete-se ao caráter romântico delas e acaba por abarcar todas as implicações deste patrimônio na região, enquanto cultura material da época colonial, como um tempo de lutas e glórias da região, mas também sua influência atual, pelo seu aspecto fragmentado. E esta

¹⁰¹ Em seu texto, colocam pesquisa documental realizada através de relatos de viajantes deste período, tais como Auguste Saint-Hilaire, Robert Avé-Lallemant, Nicolau Dreys, Hemetério Silveira e Arsène Isabelle, que trazem a tona questões como o respeito às ruínas, a tristeza de se perder uma civilização cristã e, entre outros a melancolia. Esta última é posta no relato de Avé-Lallemant e retoma uma discussão ainda do século XVII, com o Conde de Volney e seu relato de viagem às ruínas de Palmira, já colocada nesta dissertação.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

alegoria perpassa as relações destas ruínas com a região e sua população. O efeito ruínas, então, confunde o olhar pela alegoria dos fragmentos, com tantas interpretações e sentimentos em torno destes.

Contudo, tal contexto pode tanto ser favorável como negativo para a preservação de ruínas nos tempos atuais. Bittencourt (2009/2010) coloca como as cidades as foram engolindo, fazendo com que se tornassem cada vez mais reduzidas ou comprimidas. Um caso exemplar é o de Santo Ângelo, onde uma cópia da igreja de São Miguel das Missões¹⁰² foi construída na praça central da cidade, logradouro em que se localiza também a antiga igreja em ruínas de São Nicolau. Trata-se da cópia de uma redução em outra.



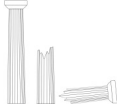
Figura 16: Praça central de Santo Ângelo com igreja referente à São Miguel das Missões. Foto: Idas y vindas Blog, sem data¹⁰³.

Esta réplica de São Miguel é tratada no processo de tombamento de São Nicolau, em carta de 1979, que remete a uma tentativa de construí-la ao lado das ruínas. Sobre isso, Bittencourt coloca:

O resultado hoje apresentado é instigante, pois o conjunto da praça, orientado pelo desejo de edificar monumentos através da réplica ou de invenções pueris, revela a destruição e o apagamento do que houvera. Com intervenções simplificadas ao lado de levantamentos arqueológicos, a população estabelece interações temporais entre sinais e significados

¹⁰² Segundo o autor, a obra é do arquiteto austríaco Valentin Von Adamovich,

¹⁰³ Foto disponível no sítio: <http://idasyvindas.blogspot.com/2009_03_01_archive.html>. Acesso em 24 de junho de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

desses objetos e a vida cotidiana dos moradores, em área da cidade que ainda é ponto de referência urbanística da vida cidadina, com prefeitura, museu, escola, habitações e comércio em seu perímetro, perímetro que pertencera à praça central da redução. (BITTENCOURT, 2009/2010, p. 103)

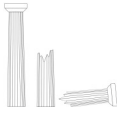
A interpretação das ruínas, neste momento, passa do fragmento para o construído e o falso. Sabe-se que o contexto é tão importante quanto o monumento, e esta visão estava sendo delineada já na década de 1970 com, por exemplo, tombamentos de centros históricos mais contextualizados. Enquanto isto, neste caso, foi preconizada a informação de uma redução que, de fato, em relação às outras, conta com um maior número de informação. Mas que, não por isso, fosse mais importante do que as demais.

A dimensão urbana e urbanística - que eliminou os sítios de São Borja e São Luiz e consegue estabelecer vínculos em Santo Ângelo pela reconstrução, criação de monumentos e objetos arqueológicos de ruínas - possui outra conotação em São Miguel e São Nicolau. Nestas pequenas cidades a pressão da urbanização é menor e as relações com as ruínas que ainda existem são diferentes. (BITTENCOURT, 2009/2010, p. 104)

Esse caráter das ruínas dos Sete Povos das Missões permaneceria até os dias atuais com a sua valorização enquanto patrimônio nacional pelo IPHAN, desde 1938 (tombamentos das ruínas de São Miguel das Missões) e, em 1970, com o tombamento das ruínas de São Nicolau, São Lourenço e São Gonçalo, que mantém-se até os dias atuais.

Ao longo do século XIX, as ruínas passaram por um processo quase que de ocupação pela natureza, quando cada vez mais animais e vegetação tomam conta dos seus espaços. As ruínas de São Lourenço, em um incêndio em 1850, foram diminuídas consideravelmente. Há também registros de buscas por “tesouros”, com escavações ilegais, e saques, como os das pedras para construção das próprias cidades, pois o mesmo processo pelo qual “Nascem as cidades, consomem-se as ruínas” (BAPTISTA, BAUER e PRESA, 2006, p.184).

Todos os conceitos nos espaços reducionais jamais foram absolutos. Com o conceito de ruínas, já no século XIX, também não foi diferente. Longe está de significar estritamente algo em decadência, destruído, perdido, como insistem os dicionários. Enquanto elas existiram – ou existem – o uso de seus espaços, os bens que em seu entorno giravam e as pessoas que por ali passaram, fizeram e fazem com que a idéia de ruína signifique, mais do que tudo, transformação ou dinâmica constante. (BAPTISTA, BAUER e PRESA, 2006, p.192)



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Esta dinâmica, através dos esforços de adaptação à vida urbana das ruínas, também pode ser vista nos dias atuais. Apesar das relações serem conflituosas na medida em que as ruínas são engolidas, elas ainda contam com a alegoria de definir a região por seus vestígios, presentes em seus espaços e, por vezes, compondo casas novas, edificadas com parte dos seus blocos. Sobre o tratamento atual das ruínas, Bittencourt ressalta:

Em relação às ruínas, procuramos sobretudo sua dimensão sublime de sugerir espaços em paisagens virtuais, às vezes melancólicas, mas instigantes à curiosidade do passado ainda presente. Deixá-las à deriva, ou consagrá-las às pesquisas historiográficas ou arqueológicas, parece pouco e não reverte o processo de apagamento tão evidente nos casos aqui apresentados. A intervenção corajosa, contemporânea, didática, pode restabelecer interações eruditas e singelas que incomodam o observador leigo ou preparado, mas, sobretudo, parece criar possibilidades de convivências entre a sabedoria prosaica e o saber acadêmico, revivendo nos diálogos significados e valores latentes. (BITTENCOURT, 2009/2010, p. 110)

Posteriormente, ocorreu o tombamento de ruínas em centros históricos, com o conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro, BA, que conta, em seu espaço, com as do antigo reduto de Porto Seguro em sua proposta de tombamento, ao lado de outros bens, dentro os quais se destaca o marco do descobrimento.

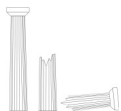
Quanto aos remanescentes, três outros foram protegidos, além daqueles da região dos Sete Povos das Missões já descritos. Os demais remanescentes tombados neste momento foram: o Forte Santa Tecla, em Bagé-RS¹⁰⁴, em que se percebe, em seu processo de tombamento, constantemente a referência ao mesmo com o título de ruína; a Fazenda Pombal, Ritópolis-MG¹⁰⁵, com processo de tombamento perdido; e a Fortaleza de Santo Antônio, São Luís-MA¹⁰⁶, com alusão, logo no processo de tombamento, à sua inclusão em projeto de restauração.

Sobre estes remanescentes, vale ressaltar a presença, mais uma vez, na documentação, da titulação de ruína. Percebe-se, deste modo, que a fluidez no conceito presente no tombamento destes monumentos no Brasil continua. É

¹⁰⁴ Processo nº 392-T-48, inscrito em 26 de setembro de 1970 no Livro Histórico.

¹⁰⁵ Processo nº 832-T-70, inscrito em 21 de setembro de 1971 no Livro Histórico.

¹⁰⁶ Processo nº 930-T-75, inscrito em 06 de agosto de 1975, também no Livro Histórico.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

importante lembrar que os diferentes monumentos, ruína ou remanescente, exigem ações distintas para sua preservação.

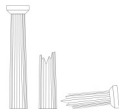
Vale também colocar a importância da regulamentação internacional como, ao menos, uma referência quanto ao tratamento correto da ruína, já que, no Brasil, este cuidado não é presente na legislação que rege o patrimônio histórico-cultural. Esta importância poderia ser verificada na prática diante de intervenções como a ocorrida na região dos Sete Povos das Missões e, mais especificamente, na cidade de Santo Ângelo que modificaram por completo a ambiência das ruínas. Não se pode deixar de considerar a contribuição estética que a presença das ruínas tem na paisagem em que se situam.

Já na década de 1980, temos uma continuação do alto número de tombamentos de ruínas, com um total de cinco monumentos. E, desta vez, nenhum remanescente.

As ruínas tombadas abrangem a arquitetura franciscana, religiosa e colonial do Convento São Boaventura, RJ, que englobam as da torre da Igreja e do convento do século XVIII. Outras protegidas neste momento foram as do Sítio do Físico, MA e o engenho do Murutucu, PA, englobando as ruínas da Casa Grande e a Capela de Nossa Senhora da Conceição. Também foi tombado mais um conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico com a presença de ruínas, o de Natividade, TO. Por fim, temos o tombamento das ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela e do Palácio dos Capitães Gerais, em Vila Bela da Santíssima Trindade, MT.

O convento de São Boaventura já havia sido tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio-RJ (INEPAC-RJ) antes da proteção nacional pelo IPHAN¹⁰⁷. O convento do século XVII, que começou a funcionar enquanto recolhimento e foi reconstruído no século XVIII, em 1704, é situado num sítio próximo ao rio Macacu, tem junto a si a Vila de Santo Antônio de Sá, cuja história encontra-se ligada ao convento.

¹⁰⁷ Processo nº 690-T-63, inscrito no livro do tombo histórico e de Belas Artes em 28 de abril de 1980.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



Figura 17: Ruínas do Convento de São Boaventura. Foto: Arquivo INEPAC, s/ data¹⁰⁸.

Naquele momento também ocorreu o tombamento das ruínas de uma antiga indústria de beneficiamento de couro do século XIX de São Luís, no Maranhão, conhecidas como ruínas do sítio Santo Antônio das Alegrias¹⁰⁹ ou do Sítio do Físico¹¹⁰. Este bem contou com pesquisa histórica e arqueológica, já que também é sítio arqueológico, inclusive, com visita turística e tentativa de se criar um Museu da Indústria no local.

Este monumento, ruínas de arquitetura civil, contou com grande apelo para seu tombamento, conduzido pela Universidade Federal do Maranhão, pela Fundação Cultural do Maranhão e pela Sociedade dos Amigos de São Luís de Alcântara. Na proposta de tombamento se menciona que se deve evitar que este se arruine totalmente.

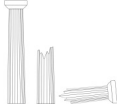
O processo conta com projeto que recomenda a estabilização das ruínas, e ainda mais, coloca o monumento como “o maior conjunto de ruínas do século XIX no Brasil”. Estas seriam, na verdade não apenas as ruínas da primeira indústria do estado do Maranhão, como também as primeiras, protegidas no Brasil, deste período.

¹⁰⁸ Disponível no sítio:

<<http://www.inepac.rj.gov.br/modules/Guia/images/Ruinas%20do%20Convento%20Sao%20Boaventura%201.jpg>>. Acesso em 30 de junho de 2010.

¹⁰⁹ Processo nº 1017-T-80, inscritas em 29 de janeiro de 1981 no livro histórico e no livro arqueológico, etnográfico e paisagístico

¹¹⁰ Nome proveniente da ocupação profissional do antigo dono no sítio, que era médico e por isso conhecido como “físico”.



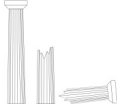
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



Figura 18: Sítio do Físico. Foto: Arquivo IPHAN, 1976.

Pela figura 18, é possível perceber a poeticidade de seu aspecto de isolamento e em meio à vegetação, quase que numa volta à natureza e, conseqüentemente, ao ciclo da vida. Esta situação perpassa a maioria das ruínas no país devido não apenas à ausência de ações de manutenção, mas também de seu próprio caráter espacial, geralmente dispersas por diversos motivos, em sua maioria, por fins religiosos e militares essenciais à época em que foram edificadas e que, uma vez tornadas ruínas, se atribuem um caráter ainda mais místico.

Esta visão mística envolve as ruínas desde os relatos de viajantes em suas aventuras pessoais ou em viagens de estudos entre ruínas da Antiguidade Clássica na Europa. No Brasil, várias delas também, por seu próprio caráter de degradação avançada e irreversível exalam, de várias maneiras, uma idéia de retorno à natureza, algo ainda mais acentuado quando estas são tomadas pela vegetação, que parece tomá-las de volta para si.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



Figura 19: Ruínas do Sítio do Físico atualmente. Foto: Bernardo Ferreira, 2009¹¹¹.

Atualmente, o Sítio do Físico encontra-se inserido num ecomuseu. Para a gestão do monumento, também foi criada a Associação do Sítio do Físico. Na imagem, apesar de um ângulo diferente da figura 18, torna-se claro o cuidado com a ambiência do local, em que a vegetação não é mais dominante e dá oportunidade para visualização do bem.

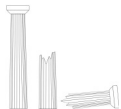
O engenho do Murutucu conta com a neoclássica Capela de Nossa Senhora da Conceição e as ruínas da sua casa-grande¹¹². Foi um dos focos da Cabanagem enquanto acampamento de grupos revoltosos no Pará e, também, propriedade do arquiteto Antônio Landi. Atualmente, o terreno encontra-se na área urbana de Belém e pertence à Embrapa. Como está num terreno em que se desenvolve pesquisa agropecuária e tecnológica, o local mantém certa fiscalização, contudo, não há uma vigilância específica para o monumento.

Apesar de protegida pelo IPHAN e por sua importância histórica para o estado do Pará, em 1995, a casa grande foi destruída, conforme o relato a seguir:

Desde 1986, Fernando Marques, que integra o Fórum Landi, instituição que atua na preservação e valorização das obras de Antonio Landi em Belém, pesquisa o Engenho Murutucu. Em 1992, ele organizou um vídeo sobre o engenho, com imagens da Casa-Grande, que já não mais existe. Em 1995, durante a construção da estrada da Ceasa, um operário da empresa Terraplana entrou no sítio arqueológico com um trator e *derrubou a Casa-*

¹¹¹ Disponível no sítio: < <http://www.panoramio.com/photo/19428460>>. Acesso em 30 de junho de 2010. O ano de 2009 foi identificado considerando a data de *upload* da foto em questão.

¹¹² Processo nº 439-T-50, inscrito no Livro Histórico em 28 de outubro de 1981.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Grande, para pegar pedras e tapar buraco na estrada. Como pena, a empresa teve de restaurar a capela. (ROCHA, 2007, p.1). Grifo nosso.

Naquele momento, também se iniciou uma ação junto ao Ministério Público Federal quanto à preservação do engenho Murutucu. Desta, formalizou-se um acordo sobre o tratamento do sítio arqueológico. Contudo, as informações arqueológicas e históricas da Casa-Grande foram perdidas.

O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natividade-TO¹¹³, conta com a presença das ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, considerada um dos símbolos do novo estado brasileiro, Tocantins, que contou com obras de restauração.



Figura 20: Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Natividade-TO. Fotos: Marco A. Galvão (Arquivo IPHAN), 1981/83; Prefeitura Natividade, s/ data¹¹⁴.

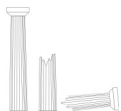
No processo de tombamento, informou-se que as ruínas da Igreja do Rosário se encontravam em terreno cercado por muro (quintal de uma residência de freiras e um colégio), além disto, ocupado de árvores frutíferas. Ligada ao jardim, a ruína não podia ser diferenciada do mesmo, já que compunham um conjunto único, contudo, num espaço sufocado pelas árvores, em grande quantidade, e pelo muro.

A igreja passou por obras de estabilização e sua ambiência também foi modificada, com a área de seu entorno sem tantas árvores e, portanto, mais espaçosa¹¹⁵.

¹¹³ Processo nº 1117-T-84, inscrito no Livro Histórico, de Belas Artes e Livro Arqueológico, etnográfico e paisagístico em 16 de outubro de 1987.

¹¹⁴ Foto disponível em: <http://www.natividade.to.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=34865>. Acesso em 01 de julho de 2010.

¹¹⁵ Percebe-se também um direcionamento da ruína para o uso turístico.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Natividade também conta, em seu conjunto, com as ruínas do arraial de São Luís, que referenciam o núcleo original da cidade.

Outra ruína tombada é a da Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade, protegida no mesmo processo que o Palácio dos Capitães Generais, em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT¹¹⁶.

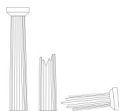


Figura 21: Fachada Sul das ruínas de Vila Bela da Santíssima Trindade, MT. Foto: Arquivo IPHAN, 1984.

Este tombamento contou com a proteção das ruínas da Igreja Matriz da cidade e do Palácio dos Generais, localizado ao lado desta e que foi registrado, no processo de tombamento, ora como semi-ruína, ora como ruína. Ao final do processo, terminou tombado como edificação completa.

Deste modo, percebem-se, mais uma vez, que a desatenção com os termos ao se tratar de ruínas permanece em meio às ações de tombamento, desta vez com uma nova categoria, semi-ruína. Enfim, o monumento acabou passando por reconstrução, finalizada em 1985, e atualmente funciona como sede da prefeitura.

¹¹⁶ Processo 877-T-73, inscritas no Livro do Tombo Histórico em 13 de junho de 1988.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



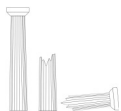
Figura 22: Palácios dos Capitães e o seu canteiro de obras. Detalhe. Foto: Arquivo IPHAN, 1984.

Em seu processo de tombamento, é possível perceber uma alusão à concepção de monumentalidade dos bens, com este revelando sua imponência perante a malha urbana da cidade. Neste mesmo processo, fala-se em prospecção arqueológica das ruínas, bem como pedido de reconstrução e recomendação de estabilização da mesma.

Entre as obras de intervenção em ruínas ocorridas nesta década de 1980, estavam as solicitadas ações de restauração da capela do engenho Cunhaú, em Canguaretama, RN. A informação 86/84, de 16 de agosto de 1984 de funcionário do DTC/IPHAN ao Diretor do mesmo órgão¹¹⁷, colocava que a restauração era juridicamente válida considerando que esta havia sido motivação principal de seu tombamento. Em prol da restauração do monumento, também se argumentava:

em primeiro lugar não se trata de ruínas propriamente ditas, no sentido de remanescentes de uma arquitetura cujos elementos estruturais essenciais tenham desaparecido, mas, sim, de um edifício parcialmente arruinado, em que persistem os elementos balizadores primordiais. (...) Permanecer no estado atual é condená-lo ao desaparecimento, pois a ação das intempéries vem desagregando suas alvenarias. Estacionar esse processo de arruinamento através de uma ação estabilizadora poderá preservá-lo, mas, a nosso ver, não conservará uma ruína, mas uma edificação semi-arruinada, desfalcada de cobertura e com a fachada principal em escombros. Tecnicamente, seria uma solução correta, mas, culturalmente, equivocada, pois a preservação implica em valorização, o que, no caso, significa o restabelecimento do espaço arquitetônico, através da reconstrução dos componentes delimitadores e definidores desse espaço – a cobertura e a parede frontal – que desapareceram. (Série Obras. Engenho Cunhaú, s/página)

¹¹⁷ Disponível na Série Obras: Caixa 0931, Pasta 2504.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Portanto, já que este não era tratado enquanto ruína, que não tivesse sido assim tombado, mas como edificação em alto estado de degradação. A diferença entre estes termos atravessa o que já discutimos anteriormente sobre remanescentes e ruínas: a restrição de ações em torno desta última

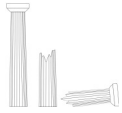
Dentre as opções postas para as ações de intervenção no monumento, o então diretor do DTC/IPHAN escreve para o diretor da 3ª DR, em ofício 008/86 de 16 de janeiro de 1986, optando pela anastilose da fachada principal¹¹⁸. Outro documento, o parecer do DTC sobre as obras, de 1984, também ressaltava essa opção colocando que nenhuma edificação é irrecuperável, mas destacando a importância de um levantamento de dados que, naquele momento ainda eram insuficientes e que, caso não fosse possível uma fachada a partir dos vestígios, que se construísse uma fachada limpa de ornatos e simples, como se acredita que seria originalmente.

Enquanto decisão de restauração optou-se pela recomposição das partes da fachada principal dispostas no adro, em que se completaria daí até sua altura primitiva, além de esquadrias, pavimentação e nova cobertura. Destacou-se no Projeto de Restauração, de autoria de Paulo Feijó, a atenção para que essa restauração não fosse descontextualizada.

Outras intervenções em ruínas naquele período foram a restauração da Igreja e Convento de Nossa Senhora de Nazaré, em Cabo do Santo Agostinho, PE. Nestas ações, priorizaram-se a restauração da igreja e a consolidação das ruínas do convento. Apesar de obras complexas, como instalações elétricas, todas as ações foram direcionadas para uma mínima intervenção nas ruínas, evidenciando, em contraposição ao exemplo anterior, um respeito a elas em consonância com as orientações internacionais.

Apesar dos avanços percebidos, ainda se fazia necessário tomar cuidado para o tratamento da ruína enquanto tal. Assim, vale atentar para o uso dos termos apropriados e para a regulamentação internacional em todos os casos a fim de evitar ações como o tombamento motivado pela reconstrução do monumento – ou seja, o mesmo é protegido para ser modificado – como ocorreu nas ruínas tombadas no Rio Grande do Norte, de Canguaretama e Vila-Flor.

¹¹⁸ As outras opções eram a construção de uma fachada com materiais novos ou a construção de uma fachada sem ornatos.



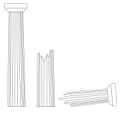
2.4 Como agir na ausência? Década de 1990 até os dias atuais

Na década de 1990, não houve tombamentos de ruínas nem de remanescentes no país. Apenas em 2002 ocorreu o do conjunto urbano de Igatu, Andaraí, Bahia¹¹⁹, com a presença de ruínas dispersas no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico.

Igatu foi uma vila criada como apoio à atividade local de extração de diamantes durante o século XIX. Tanto sua história como sua base econômica eram, assim, fortemente atreladas à atividade do garimpo de diamantes. Em 1998, contudo, com a proibição dessa exploração na região da Chapada Diamantina, o conjunto urbano de Igatu foi integrado às atividades turísticas que se constituíram, a partir de então, como uma das alternativas econômicas para a população local. Estas mudanças também provocaram novas transformações no espaço, com a valorização de terrenos e conflitos pela sua posse. Com o tombamento do conjunto, em 2002, “(...) houve um maior controle e rigidez na construção e reformas de casas em Igatu pelo IPHAN, dificultando, mas não acabando, com a entrada de novos moradores e o crescimento do seu perímetro urbano” (CARVALHO; NOLASCO, 2008, p.14). O principal motivo para o tombamento foi a preservação das ruínas das locas¹²⁰ existentes na cidade e que se encontravam sob ameaçadas de destruição. Tais locas eram habitadas pelos exploradores de pedras preciosas da região, durante o século XVIII. Numa correlação com as demais ruínas tombadas no país, estas fugiriam do contexto característico – em sua maioria prédios públicos, monumentais, religiosos, símbolos do domínio português – pois, neste caso, se trata de arquitetura civil brasileira advinda das classes populares.

¹¹⁹ Conforme processo nº 1411-T-98, inscrito no livro Histórico, de Belas Artes e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 20 de junho de 2000.

¹²⁰ Habitações, construídas de pedras, pelos mineradores da região, à época da exploração dos diamantes (séculos XVIII-XIX).



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



Figura 23: Ruínas das locas presentes no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Igatu, Andaraí, Bahia. Foto: Arquivo IPHAN, 1982.

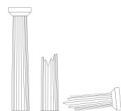
Aliadas ao conjunto urbano da cidade no processo de tombamento, parte destas locas, conhecidas como as ruínas do bairro Luís dos Santos, passaram por ações de consolidação e reabilitação no ano de 2006, com apoio do Programa Petrobrás Cultural.



Figura 24: Ruínas e locas de Igatu. Foto: Silnei Laise/Mochila Brasil, s/data¹²¹.

No que se refere aos remanescentes, em 11 de julho de 2002, foi tombado o Quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais. Atualmente, é também um sítio arqueológico, contudo, não se pode afirmar que o mesmo seja ruína. Neste caso, o uso de remanescentes ocorre de forma semelhante às das vilas coloniais de São Vicente e Porto Calvo, como vestígios da antiga ocupação, que podem ou não

¹²¹ Disponível em: < http://www2.uol.com.br/mochilabrasil/foto_igatu18.htm > e < http://www2.uol.com.br/mochilabrasil/foto_igatu06.htm >. Acesso em 12 de julho de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

contar com ruínas em seu meio. Nestes três tombamentos, vale colocar, a presença de ruínas não é especificada.

Na década entre 2000 e 2010, é possível perceber uma série de ações de intervenção em ruínas, como foram os casos das do Almagre, restauradas por anastilose entre 2004 e 2005¹²², e daquelas localizadas no centro histórico de Alcântara, no Maranhão, que foram objeto de um plano de adaptação. Este tinha o objetivo de alavancar o turismo através da melhoria da infra-estrutura local e estabilizar uma série de monumentos. Para tanto:

Serão liberados para o município R\$ 4 milhões, a serem aplicados em 26 intervenções na cidade, que vão desde a estabilização de cinco ruínas e revitalização de espaços públicos até a construção de museus. "No entanto, o objetivo final do programa é criar um equilíbrio socioeconômico para a comunidade local", diz o coordenador da unidade de execução do programa Monumenta em Alcântara, Francisco Soares. (...) As ruínas são o símbolo da cidade. A principal delas é a ruína da igreja matriz de São Mathias. O conjunto compreende 300 prédios distribuídos em três praças, oito travessas e dez ruas. (FOLHA de São Paulo, 2004, s/página)

Outra intervenção realizada nessa época foi a instalação de uma cobertura metálica na Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade entre os anos de 2005 e 2006 que alterou consideravelmente a ambiência que também a caracterizava.

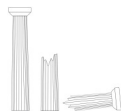


Figura 25: Ruínas da Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade com e sem coberta. Fotos: MochileiroTur, s/ data¹²³; JoaohrBlogspot, e/ data¹²⁴.

¹²² Assunto que será mais amplamente debatido no capítulo seguinte.

¹²³ Disponível em: <<http://www.mochileiro.tur.br/vila-bela.htm>>. Acesso em 02 de julho de 2010.

¹²⁴ Disponível em: <<http://joaohr.blogspot.com/2008/06/entre-penhascos-e-alagados-percepes.html>>. Acesso em 02 de julho de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Nas imagens acima, é possível perceber como esta intervenção, apesar de buscar proteger as ruínas das intempéries naturais, acaba por descontextualizá-la. Afinal, ao visualizá-las, também nos envolvemos em seu espaço. Nesta intervenção, o entorno não foi considerado como um elemento chave.

Comprovando a efervescência de obras de intervenção deste período, temos também obras de conservação das ruínas do Convento de São Boaventura, RJ, por sua vez, também contaram com o apoio do Programa Petrobrás Cultural em seleção 2005/2006. Antes, contou com pesquisa desde 2003.

Ocorreu também a demarcação de entorno em Forte Velho, PB, em maio de 2010¹²⁵ e reparos no telhado do Convento de São Bernardino de Sena, RJ. Entre 2005 e 2010, o conjunto arquitetônico e urbanístico de Alcântara também teve uma série de monumentos tombados.

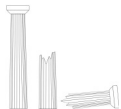
Percebe-se, desde a década de 1990 até os dias atuais, que as ações de intervenção são mais focadas do que o tombamento de ruínas em si. Isso pode ter ocorrido não apenas por já se ter um corpo material protegido, mas também da necessidade de ações percebida por vários motivos, como a própria opinião pública, a exemplo do caso da restauração das ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre, que veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

A legislação patrimonial no país continua, apesar de avançar no tratamento e manutenção das ruínas, a não privilegiar suas particularidades. Ao menos, contudo, estas se encontram num foco de atenções em torno de ações interventivas e, em alguns casos, emergenciais.

2.5 Entre o mundial e o nacional: legislação de preservação de monumentos em ruínas no Brasil

Como visto, anteriormente, apesar das esparsas tentativas de preservação patrimonial no Brasil, somente com o decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 a gestão cultural desta memória é institucionalizada no país. Neste, que trata da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o conceito de patrimônio é assim apresentado:

¹²⁵ Assunto que será mais amplamente debatido no capítulo seguinte.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Cap.1. Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

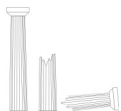
A indissociável relação com a arqueologia em relação à proteção de ruínas pode apenas ser tangenciada na legislação brasileira de preservação de monumentos arqueológicos¹²⁶. Estes, segundo a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, são apenas:

Jazidas que expressem a cultura dos paleoameríndios do Brasil; Sítios que denotem vestígios de ocupação de paleoameríndios; Sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou lugares onde houve pouso prolongado ou aldeamento; Inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimento de utensílios e outros vestígios de atividade paleoameríndia.

A legislação é ausente no Brasil também com referência às ações emergenciais em ruínas e/ou ao registro destas. Ruínas já eram tomadas como sítios arqueológicos, como foi o caso das de São Miguel das Missões, tombada em 1938. Contudo, fica claro, na legislação concernente aos sítios arqueológicos, uma atenção prioritária aos vestígios paleoameríndios e, mais uma vez, à falta de colocações sobre fragmentos de edificações. Deste modo, não há clareza quanto à salvaguarda de ruínas, bem como, por exemplo, qual o procedimento a ser adotado em relação a elas no que se refere à pesquisa, proteção e restauro arqueológico. Como também a falta de uma atenção ao seu conceito, em seus limites e peculiaridades.

Na legislação internacional, como na Carta de Nova Delhi, de 1956, não aparece especificamente o termo ruínas, contudo, é clara a sua contemplação nas discussões sobre pesquisa e proteção de monumentos arqueológicos. Discute-se não apenas o caráter internacional do conhecimento arqueológico, como a importância da colaboração entre os estados nacionais no que se refere aos cuidados nas pesquisas, escavações e proteção de sítios. Quanto aos monumentos

¹²⁶ Segundo *Dicionário de Arqueologia*, de Souza (1997, p.117), sítio arqueológico significa: “Local onde se encontram restos de cultura passada. Não usar jazida, pois, esta é indicativa de terminologia geológica”. O conceito de ruínas, deste modo, claramente perpassa o de sítio arqueológico. Observa-se também o mau uso do termo “jazida” na legislação sobre o assunto.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

arqueológicos, a Carta distingue-os em sua proteção, considerando os que devem ser conservados (observando sua antiguidade) e determinando a obrigação de informação sobre descobertas (de quem pesquisa ou de quem descobriu). As ruínas se encaixam bem no primeiro perfil, principalmente.

Na Constituição brasileira de 5 de outubro de 1988, tal proteção é apenas colocada e não sistematizada.

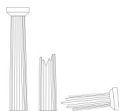
Cap.2. Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
 I. (...) conservar o patrimônio público;
 (...)
 III. proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
 IV. impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; (...)

A mesma Constituição coloca os sítios arqueológicos e/ou pré-históricos como bens da União e afirma a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural. Deste modo, na Constituição Federal, temos apenas a referência à conceituação e proteção do patrimônio histórico-cultural, com as respectivas competências de cada nível da federação. Nela as ruínas não aparecem claramente expressas enquanto particularidade para uma preservação mais restrita.

A defesa das ruínas sob o viés da arqueologia deve ser aliada não apenas à salvaguarda, mas também à própria pesquisa, num contexto internacional e, principalmente, europeu. No Brasil, apesar de recente, já deveria haver as especificações necessárias considerando-se o número de ruínas tombadas, principalmente nos anos iniciais de atuação do IPHAN, na dita fase heróica.

Na conceituação de patrimônio proposta por este mesmo documento, mais uma vez as ruínas não são especificadas.

Título VIII. Capítulo III. Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
 I – as formas de expressão;
 II – os modos de criar, fazer e viver;
 III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

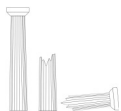
V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O próprio Brandi (2004) ressalta que, ao se falar de restauração, é mais interessante começar o debate pelas ruínas, afinal, elas concentrariam em si mesmas a destruição e a preservação. Juridicamente, sua proteção é diferenciada não apenas pela relação destas com o valor histórico, mas também por todas suas outras peculiaridades, que devem ser entendidas em conjunto. Daí, temos a alegoria, sua poeticidade, suas restrições de conservação. Todos eles, elementos que acabam por convergir em seu papel documental, por seu valor histórico, mas também em seu valor social, estando numa relação tão tênue com a memória.

Apesar da importância do detalhamento das ações de intervenção em ruínas no Brasil, para debate e conhecimento público, é preciso também uma preocupação acerca do conceito e da documentação reguladora destas. Isto poderia evitar ações danosas ao bem e, conseqüentemente, danosas à sua configuração enquanto documento histórico. Da mesma forma que na arqueologia uma escavação representa a destruição do sítio e das fontes, no caso das ruínas, por vezes a própria restauração também pode ser uma destruição, como Brandi relata ao informar que, além da conservação e da anastilose, o que se produz nas ruínas seria um falso histórico. Ou seja, uma destruição deste documento.

Além dos danos ao patrimônio, más ações em ruínas também são danosas à alegoria que delas emana. Afinal, seus fragmentos provocam uma série de interpretações e, apesar de não haver como prevê-los, devemos mantê-los em seu contexto e sem incorrer num falso histórico. Por isso, uma legislação no país também se faz necessária a fim de barrar tais prejuízos ao monumento, bem como o maior conhecimento sobre o conceito de ruínas e suas implicações.

No Brasil, é possível perceber que não há uma legislação particular sobre o assunto, ou mesmo recomendações técnicas para o tratamento destas que também poderiam vir a sanar a questão. Deste modo, a preservação de ruínas é perpassada por não-ditos ou mesmo ausências que contribuem para a ocorrência de ações lesivas e falsificações históricas, como as reconstruções. Além disso, ocorre também o mau uso de termos na gestão patrimonial, a exemplo da confusão entre os



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

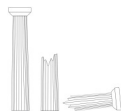
conceitos de “remanescentes” e “ruínas” anteriormente apontada. Desta, podemos ter outros maus usos de termos, como a atribuição do termo “ruína” às construções inacabadas ou àquelas que se encontram apenas em estado de degradação.

As próprias intervenções necessitam de uma sistematização aplicada às ruínas, das quais se destaca não apenas a importância da documentação, como também da organização aplicada de visitas técnicas a fim de assegurar sua conservação. Apesar da realidade prática ser dura com relação aos recursos financeiros num país de grandes extensões e patrimônio diverso a proteger, é preciso, entretanto, saber como agir nas ruínas. A manutenção é também um elemento essencial para sua gestão. Junto a este, temos o registro, a restrição nas ações de intervenção e, tão importante quanto os demais, o conhecimento sobre a alegoria presente nelas.

Sabemos que as leis são gerais por essência e não devem especificar tanto o patrimônio, é para isso que existem decretos e portarias. Contudo, na análise dos decretos-leis, decretos e portarias expedidos pelo órgão de patrimônio, não há registro desta atenção quanto às ruínas nos detalhamentos da lei. Com tanto para ser detalhado, nada ainda foi escrito.

Particularidades na legislação existem - como são, de fato, necessárias - para outros tipos de patrimônio. Por exemplo, cria-se o decreto nº 3.912 de 10 de setembro de 2001, que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação e registro imobiliário de remanescentes de quilombos e a Portaria nº 40 de 13 de julho de 2000, da Fundação Cultural Palmares, que também trata de comunidades remanescentes de quilombos. É essencial uma regulamentação deste assunto, mas a lógica deveria ser a mesma para as ruínas, que ainda não contam com decreto específico.

Outro exemplo de falta de maiores especificações também se encontra presente na lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1986, sobre ações em bens afundados em águas de jurisdição nacional. Nele também não se discute a pesquisa em ruínas, especificamente, ou mesmo a condição de salvaguarda destas, como, pelo contrário, na regulamentação internacional. Afinal, para as ruínas submersas aplicam-se os mesmos cuidados e procedimentos adotados para aquelas que estão



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

em solo firme, tais como são discutidas em documentos como a Carta Italiana do Restauro de 1972.

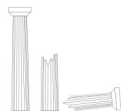
A atenção às recomendações internacionais sobre ruínas é, de fato, percebida em alguns processos de tombamento, como se pode notar em alguns documentos de atuação do IPHAN, a exemplo da discussão sobre a intervenção no Convento São Bernardino de Sena-RJ. Este cuidado deveria se fazer constante frente à falta de normas próprias. Contudo, isso não ocorre justamente por esta ausência de diretrizes mais específicas. Afinal, pela lacuna, pode-se criar e, daí, pode-se também promover ações altamente diferentes entre ruínas, com várias destas acarretando numa perda para o monumento. E, por isso, temos casos de reconstruções ao longo de toda a atuação do órgão, como, por exemplo, as ocorridas na Casa de Câmara e Cadeia de Vila Flor e capela do engenho Cunhaú, RN¹²⁷.

As recomendações internacionais, apesar de nortear a gestão cultural do patrimônio histórico, não se encerram em si, já que cada país tem suas particularidades quanto, por exemplo, ao clima¹²⁸, aos bens patrimoniais tombados e ao posicionamento frente ao patrimônio. As próprias ruínas também mudam, não apenas pela própria essência do fragmento como algo singular, mas pelo próprio espaço que ocupam. A maioria das ruínas, na Itália, por exemplo, são da época do Império romano, a exemplo de Pompéia, e no Brasil, coloniais. E com elas, questões como autenticidade, legibilidade, relações com as memórias coletivas, entre outras, tornam mais que necessário um debate local sobre o tratamento e conservação não apenas no patrimônio de modo geral, mas também das ruínas.

Enfim, frente ao respeito à alegoria do fragmento, às interpretações e à sensibilidade que emana da ruína, também se fazem necessárias ações que venham a assegurar o seu valor enquanto documento histórico e arqueológico e evitem ações diversas nesta. E um cuidado se faz através da gestão monitorada, com ações de manutenção e registro, mas também através de uma legislação eficaz e restrita sobre o que se pode fazer ou não nas ruínas. Com isto, a ruína seria

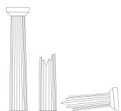
¹²⁷ Vale colocar que o processo de tombamento deste chega a colocar a importância da manutenção da ruína enquanto tal, contudo, frente a motivação inicial do tombamento como pela possibilidade de sua reconstrução, o mesmo assim o foi, passando por duas restaurações, em 1965 e 1985.

¹²⁸ Algo também discutido na Carta Italiana do Restauro, que alerta para o cuidado das ações em cada região da Itália.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

valorizada enquanto patrimônio histórico-cultural e preservada em sua essência, em seu valor histórico e por sua alegoria.



3. A VIVÊNCIA DO MORTO: PRESERVAÇÃO DE RUÍNAS PELO IPHAN NA PARAÍBA

3.1 “Casa da Pólvora: ruínas”¹²⁹

A Casa da Pólvora é um monumento militar colonial datado do século XVIII (1710) com construção em alvenaria de pedra calcária bruta argamassada, com os cunhais e cercaduras em cantaria de pedra calcária. Seu teto, abobadado, é parte em pedra calcária e parte em tijolo. A fachada principal conta com duas seteiras (provável função de defesa) e uma porta frontal com verga reta e acima da qual se observam indícios de um brasão. Na fachada posterior, três seteiras são as únicas aberturas.

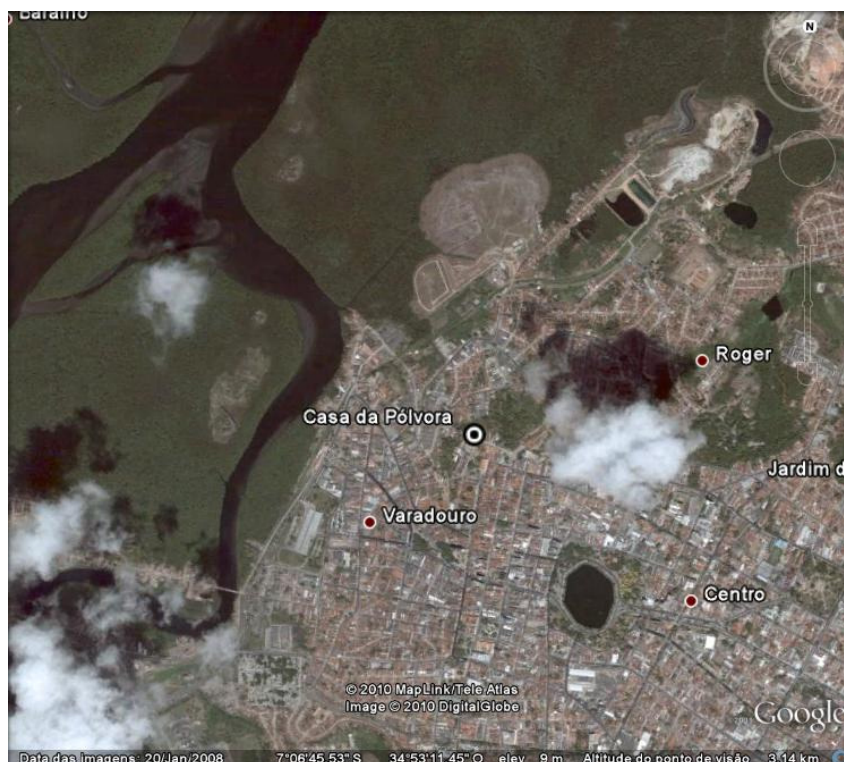
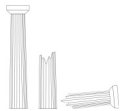


Figura 26: Localização da Casa da Pólvora no centro e centro histórico de João Pessoa, PB.
Fonte: Google Earth.

¹²⁹ Este título remete a como a Casa da Pólvora é definida no seu processo de tombamento.



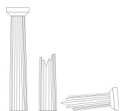
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Atualmente, encontra-se dentro do perímetro de tombamento do centro histórico da cidade de João Pessoa, nas esferas municipal, estadual e nacional, contudo, foi tombada e restaurada bem antes da delimitação deste.

Este tombamento, ocorrido em 1938, aparece entre aqueles que o foram na “fase heróica”¹³⁰ do IPHAN, na qual se produziram processos de tombamento em regime de emergência e, por conta disso, sem base em estudos consistentes e mais prolongados. Este monumento insere-se neste contexto, assim como os demais a serem descritos neste capítulo.

No momento de seu tombamento, o monumento estava tomado por vegetação e com trechos desmoronados, dentre eles a parede lateral e parte da abóbada. Contudo, o mesmo deixa dúvidas acerca de sua caracterização enquanto ruína – título com o qual foi tombado. Isso pode ser comprovado através das fotos e descrições que constam nas séries Inventário e Obras do Arquivo Central do IPHAN sobre o bem. Juntam-se a isto outros indicativos que reforçam esta dúvida, como os próprios documentos constantes do processo, a começar pela carta-resposta à notificação de tombamento por parte do proprietário do monumento, que responde ao Diretor IPHAN, em 01 de agosto de 1941, afirmando que adquiriu a Casa da Pólvora de modo legal e com grande quantidade de material sólido, apresentando intenções de utilizá-la como residência. Rodrigo Melo de F. Andrade, então Presidente do IPHAN, através de ofício 940, de 11 de outubro de 1941, acusa o recebimento da carta e agradece pelas informações sobre o *estado da edificação*. Deste modo, o órgão tinha conhecimento sobre a configuração do monumento, que deveria ter sido, ao menos, revisto a fim de sanar tais ambigüidades.

¹³⁰ Como Fonseca (2005) intitula a fase que compreende as décadas de 1930 e 1940 do IPHAN em que os tombamentos foram realizados em grande número, em todo o país.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



Figura 27: Fachada principal e blocos de pedra da Casa da Pólvora caídos à época da realização de sua limpeza local, estima-se que datam de 1942¹³¹. Foto: Arquivo IPHAN, sem data.

Outro indício sobre tal questão seria o documento sobre as obras realizadas entre 1940 e 1942 disponível na Série obras¹³², em que, ao explicar acerca da casa da Pólvora, coloca-a como “construção de 1710 com arco(*sic*)¹³³ parcialmente desmoronado”, paredes laterais danificadas por vegetação, aconselhando restauração. Ainda mais, no parecer extraído do ofício nº 7 de 10 de dezembro de 1940, de Airton de Carvalho, então chefe do 1º Distrito, sobre o estado do monumento, se afirma:

Trata-se de uma construção de 1710 de alvenaria de pedras calcáreas da região, coberta por um arco de alvenaria de tijolo e tendo a forma retangular. O arco [*sic*] acha-se parcialmente desmoronado e as paredes laterais encontram-se danificadas pelos arbustos que nelas se desenvolveram. Na fachada existe uma única porta sobre a qual está colocada uma lápide em que se nota a ausência de um brasão. (Série Obras – João Pessoa, 1940, s/página)

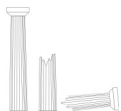
Nenhum dos documentos menciona que o monumento estaria em ruínas. Os termos utilizados, “desmoronamento” e “danificados” não o caracterizam precisamente como uma ruína. Isso nos leva a crer no equívoco incorrido pelo IPHAN ao proteger tal monumento.

A título de reforço do nosso argumento, também temos, ao longo da discussão e das restaurações da Casa da Pólvora, o seu tratamento enquanto

¹³¹ Tal estimativa baseia-se na documentação que seguiria o proposto, por exemplo, no ofício 4, de 14 de janeiro de 1942, de Ayrton Carvalho para Diretor-Geral do IPHAN, em que informa documentar a Casa da Pólvora antes de realizar limpeza da vegetação para atestar como a mesma estava danificada. Coloca também que o bem está na lista dos monumentos que o distrito pretendia restaurar desde o ano anterior.

¹³² Pasta 1411, Módulo 43.

¹³³ Por arco, entenda-se uma referência a abóbada, uma vez que a edificação não conta com arco.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

edificação, e não como ruína. No documento que lista os monumentos da Paraíba a serem reformados na década de 1970, ela é referida como uma “(...) edificação *sólida*, construída com pedras calcárias portuguesas (*sic*) (...)”¹³⁴ (Grifo nosso), embora naquele momento, a Casa da Pólvora já tivesse sido restaurada, continuava com tombamento sob título de “ruínas”. Ainda mais, discute-se no mesmo período o parcial arruinamento advindo do seu abandono. Ora, uma ruína já se arruinou. O processo de ruína ainda não confere a um monumento a indicação enquanto tal. Afinal, é necessário decidir se a situação de edificação foi substituída pela de ruína ou não.



Figura 28: Casa da Pólvora em 1931. Foto: Arquivo IHGB/Memória João Pessoa¹³⁵.

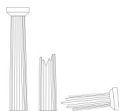
Tais indicativos são enfáticos quanto à pertinência do debate sobre qual o nível de degradação a que uma edificação precisa chegar para que seja considerada ruína. Os extremos são rapidamente identificáveis, a exemplo das ruínas que trataremos a seguir, contudo, difícil é precisar o exato momento em que uma edificação torna-se ruína, ou seja, quando o conjunto de fragmentos não conta com vigor suficiente para uma restauração, a não ser para a produção de um falso histórico.

¹³⁴ Uma vez que João Pessoa era uma cidade com bastante reserva de pedra calcária, acredita-se que o recurso utilizado não veio de Portugal, mas sim do próprio local.

¹³⁵ Foto disponível em:

<http://www.memoriajoapessoa.com/acervo/acervo_c/14_casa_da_polvora/fotos/foto_02.html>.

Acesso em 20 de junho de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

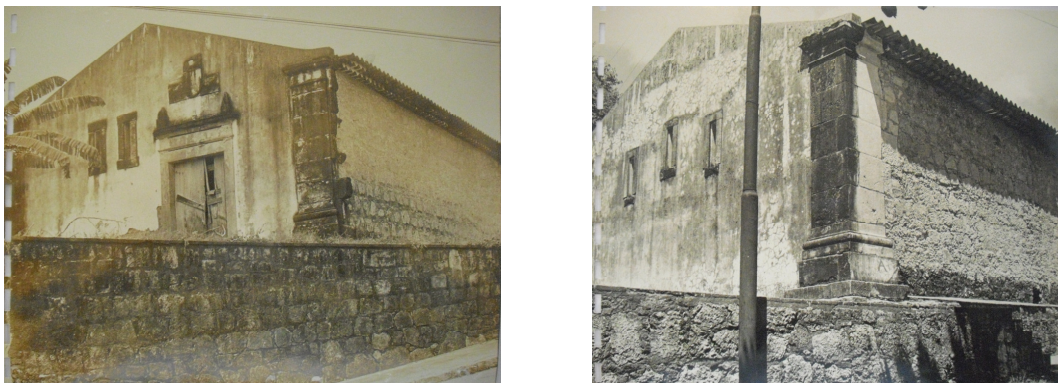
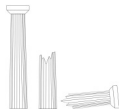


Figura 29: Vista da fachada principal e posterior da Casa da Pólvora, respectivamente. Foto: IPHAN, sem data¹³⁶.

Como já posto, para Brandi este *turning point* ocorre quando o fragmento não pode voltar a uma configuração que não seja uma falsificação histórica. Já para Mori, a titulação de “ruína” é uma questão da percepção, o que valeria também a pergunta, percepção para quem? Até porque, temos ruínas que não são vistas enquanto tal pela população que a circunda, como é o caso das ruínas do Almagre, em Cabedelo, PB, conhecida pela população como igrejinha velha. A Casa da Pólvora também é tida atualmente como uma edificação sólida, o que de fato é neste momento, reconstruída. Mas debatemos aqui o julgamento de sua titulação enquanto ruína do IPHAN em seu tombamento. Então, para além da percepção, cambiante como o são as memórias coletivas, é interessante compreender o momento em que uma edificação torna-se ruína como aquele em que se percebe primeiro o fragmento e, posteriormente, através da alegoria, o que o mesmo um dia representou. Ou seja, o resto perde sua unidade potencial, mas, apesar disto, a alegoria está presente.

Em se tratando da Casa da Pólvora, vale analisar esta visão à época do tombamento, em que os próprios jornais, anunciavam sua destruição iminente perante questões que envolviam sua degradação, como é o caso de uma matéria do jornal Imprensa de 11 de março de 1936, transcrito na Pasta Casa da Pólvora do Arquivo da Superintendência do IPHAN na Paraíba, que informa sobre a possível destruição do monumento em 1929. Ora, ela seria tombada posteriormente, com fotos alusivas a mesma, que comprovam que ainda existia, estando apenas

¹³⁶ Especula-se que a foto tenha sido tirada no intervalo entre 1946 e 1970, já que a legenda da mesma, apesar de não ter o ano em que foi executada, traz o título do órgão como DPHAN – nomenclatura usada neste período.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

degradada pela retirada de material da construção, tópico também exposto na matéria. Posteriormente, novas matérias de jornais buscavam sensibilizar a população sobre o monumento, com o drama de uma pretensa destruição e a mobilização por sua proteção.

Outro caso que ganhou a mídia ocorreu quando o proprietário da Casa da Pólvora, em 1942, acaba por prejudicar o monumento ao realizar – sem autorização – escavações próximas à fachada principal na parte interna da edificação com profundidade de até sete metros, comprometendo sua estrutura.

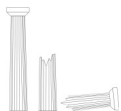


Figura 30: Vista do interior da Casa da Pólvora com as obras de escavações e foto que evidencia a profundidade das escavações. Fotos: Arquivo IPHAN, s/ data.

Logo estas ações mobilizaram a opinião pública e o IPHAN passou a se corresponder com os órgãos competentes¹³⁷ a fim de embargar as obras que poderiam vir a destruir o local.

Além do esforço institucional, o caso também chegou aos jornais. Em matérias de jornal, como o do *A União*, de 09 de agosto de 1953, intitulada “Querem derrubar a Casa da Pólvora”, afirmava-se que as ruínas seriam demolidas, alegando também:

¹³⁷ Como pode ser percebido no Telegrama 130 de 14 de agosto de 1942, do diretor do IPHAN para Airton de Carvalho, chefe da 4ª Regional, em Pernambuco, informando que o “(...) Procurador Geral da República telegrafou diretamente Procurador Seccional Paraíba recomendando providências adequadas proteção monumento”. No mesmo dia, seriam anexadas fotos em ofício 59/42, de 14 de agosto de 1942, de Ayrton Carvalho para o Diretor do IPHAN, advertindo também sobre a possibilidade de danos à Casa da Pólvora e, ainda mais, pedindo que o prefeito, Francisco Cícero, embargasse a obra. Informava também que o procurador da República não tomou providências por não julgar ter atribuições para tal. Contudo, este último ainda propôs apurar os danos e calcular uma indenização. Documentos presentes no processo de tombamento nº 155-T-38.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Na tarde de ontem, estive também em nossa redação um popular que habita as ruínas, afirmando que já recebera ordens para desocupar “a casa”, pois a qualquer instante se iniciaria a derrubada. Não sabemos, ao certo, o que há sobre o assunto, mas, a ser verdade a notícia que se veiculou e que obteve grande repercussão nesta cidade, fica desde já nosso protesto, assim como aproveitamos a oportunidade para chamar a atenção do Instituto Histórico, que, estamos certos, tomará a defesa (*sic*) do monumento paraibano ameaçado. (A UNIÃO, 1953, s/página)

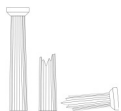
As notícias de jornal tornavam-se mais constantes uma vez que a idéia de perda do monumento passou a preocupar a população como um todo, chegando também em Recife. O *Jornal do Comércio*, de 20 de agosto de 1953, na matéria “A Casa da pólvora”, denuncia a ameaça de demolição da mesma. No mesmo dia, o *Jornal A União* publicava a matéria “Querem derrubar a Casa da Pólvora”, afirmando que Iacíd Mororó, co-proprietário e procurador dos terrenos da Casa da Pólvora, dirigiu-se à redação do jornal para “(...) desfazer àquela notícia que ante-ontem era voz corrente nessa cidade, afirmando que apenas estava tratando de exigir da União a indenização a que tem direito como proprietário dos ditos terrenos” (1953, s/ página).

Novamente o caso é difundido em Recife e, desta vez, também no Rio de Janeiro. O monumento seria ainda tratado novamente no *Jornal A União* de 23 de agosto de 1953, na reportagem “Ainda a Casa da Pólvora”, afirmando que “Não mais iriam destruir, derrubar os paredões da Casa da Pólvora, os proprietários do terreno onde se localiza o monumento” (1953, s/ página), em que conjuntamente coloca-se sobre o importante papel da imprensa na defesa do patrimônio em questão.

Em momento próximo ao tombamento é possível perceber, também, ações como a limpeza da vegetação na Casa da Pólvora, no ano de 1942. E, já naquele momento, foi debatida a possibilidade de restauração, bem como a limpeza efetuada e a sua desapropriação.

Dentre as várias ações de restauração ocorridas na Casa da Pólvora, ocorreram a limpeza realizada em 1942 e o constante debate sobre suas ações de restauração, que remontam da década de 1940 à de 1960, como com a carta à diretoria do IPHAN, de 18 de setembro de 1961, de Daniel Eduardo Sifrônio¹³⁸, em que propõe algumas ações nas “*Ruínas da Casa da Pólvora*” (grifo nosso), tais como: capinagem da vegetação sobre alvenaria; reassentamento de cunhais da

¹³⁸ Documento presente do processo de tombamento nº 272-T-SPHAN.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

fachada principal, reconstrução dos cunhais posteriores e de trechos caídos (parede do arcabouço, trecho da abóbada), cobertura da abóbada com telha canal, remoção e reconstrução de beiral, de tríplice telha e, por fim, o revestimento da fachada principal.

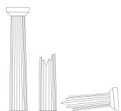
Em 1964, é possível constatar a presença de um mocambo construído nas proximidades da Casa da Pólvora, caso relatado para a central do IPHAN através de fotos, que foram usadas para instrumentalizar medida judicial contra a construção irregular.

Vale colocar, também, que foram praticamente finalizadas, em 1971, algumas ações de restauração implementadas pelo IPHAN. Tais obras, segundo ofício 094/71/D de 18 de junho de 1971, do chefe do 1º distrito do IPHAN para o prefeito de João Pessoa constantes na Pasta Casa da Pólvora do Arquivo da Superintendência do IPHAN na Paraíba, compreenderam a reconstrução parcial da abóbada, recomposição de trechos da parede, remontagem dos cunhais e, por fim, renovação das telhas. Estas obras foram embargadas e suspensas em 1969 por medida judicial promovida pelo dito proprietário do imóvel. Após uma série de correspondências a fim de sanar a situação, o IPHAN foi aconselhado por advogado a embargar as obras até resolver tal questão com os proprietários do terreno.

E, em 1976, a Casa da Pólvora e dois casebres próximos se tornam de utilidade pública, sendo os seus proprietários desapropriados, podendo, assim, ser agenciada. Neste mesmo ano, começam também os esforços por sua restauração, com a apresentação de anteprojeto de restauração. O parecer de análise desse processo, de título “Informação nº 28”, de 28 de janeiro de 1976, assinado por A. C. Telles, expõe a intenção de restauração para que o monumento possa funcionar como galeria de exposições e que havia realizado obras para uso do mesmo para exposições, mas que, por descaso teria ficado abandonado e, por isso, foi “arruinando-se parcialmente”.

No anteprojeto de restauração da Casa da Pólvora¹³⁹ presente na Pasta Casa da Pólvora do Arquivo da Superintendência do IPHAN na Paraíba, havia a proposição inicial de desapropriar as três casas vizinhas. E, como mudança no

¹³⁹ Este apresentava como conveniados a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PB), Fundação Cultural do Estado da Paraíba (FUNCEP) e o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste.



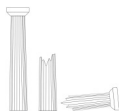
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

prédio, sugeria a instalação elétrica para iluminação (galeria). A infra-estrutura seria construída distante para não interferir no objeto, com um bloco de alvenaria subterrâneo que comportaria depósito, dois sanitários e um bar. Previa também a construção de um muro de arrimo, a substituição de algumas pedras lavradas danificadas; o tratamento das seteiras; o assentamento de porta de madeira e a substituição de telhas quebradas. O documento também concluiu que o mesmo era, enfim, uma proposta de agenciamento e uso do monumento.



Figura 31: Casa da Pólvora. Foto: Arquivo IPHAN, 1971.

Entre 1977 e 1979, ocorreram as obras de restauração e adaptação do monumento como um espaço de cultura, com estruturação de galeria fotográfica e restaurante. Dentre as ações, houve preocupações menores do que as listadas anteriormente. A viabilidade econômica do projeto permeava o uso turístico do monumento.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

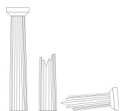


Figura 32: Casa da Pólvora. Foto: Anna Pontes, 2009.

Nos anos de 1997 e 2002 surgiriam documentos que propunham novas ações no local, mais uma vez com o objetivo de fazer dele uma galeria de exposição fotográfica do acervo Walfredo Rodrigues¹⁴⁰. Tal iniciativa foi elaborada pela FUNJOPE e pela agência Ensaio. O monumento funcionaria, após ações de restauração, enquanto Museu fotográfico, com apoio de bar próximo, sendo um local bastante freqüentado pela população pessoense. E também se tornaria um local de exposição fotográfica. Em 2009, mais uma ação focaria o monumento, com o projeto de requalificação urbana - parque Casa da Pólvora. Este novo projeto, de parceria entre o IPHAN e o Ministério da Cultura, visa à construção de prédio do Museu fotográfico e administração do parque, construção do horto, reforma da área externa e, por fim, a reforma do bar.

Atualmente, o monumento não possui mais tais funções de restaurante e galeria fotográfica e permanece tombado enquanto ruína, contudo, claramente, sem assim configurar-se.

¹⁴⁰ Fotógrafo e autor de livros como “Roteiro Sentimental de uma cidade”. Seu acervo fotográfico sobre a cidade compõe rica fonte de informações da mesma ao longo do século XX.



3.2 A Atalaia de Forte Velho

As ruínas da Atalaia de Forte Velho, também são conhecidas como Atalaia do Forte São Felipe e São Tiago. Contudo, há uma série de divergências sobre a sua real época de construção e até sobre sua função, se era uma atalaia isolada ou parte de um forte. Entre os autores¹⁴¹ que o descrevem, temos referências a sua construção em 1584, em meio às tentativas de conquista da capitania Paraíba, quando teria sido tomado dos franceses pelas forças portuguesas, em que, após reformas no ano seguinte à sua edificação, teria sido abandonado. Ou mesmo, a idéia da sua criação por forças portuguesas a fim de cooptar índios cativos e, por fim, uma leitura mais recente sobre a fundação de Forte Velho, de Carvalho (2010), de que seria uma atalaia do século XVIII, construída a fim de manter a segurança da capitania. Ainda segundo Carvalho (2010), o termo “forte velho” teria, na verdade, advindo do Forte de Santo Antônio, construído em 1584 e destruído em 1585.

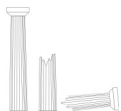
Não cabe a este trabalho uma pesquisa sobre sua história, contudo, vale ressaltar a confusão quanto à origem e trajetória deste bem como mais um fator que contribui para a dificuldade em protegê-lo. Afinal, não há certezas ao menos sobre sua antiga função ou mesmo sobre seus construtores.

As ruínas localizam-se em meio a um canal no distrito de Forte Velho, no município de Santa Rita. A área do distrito mantém estreita relação com o rio Paraíba¹⁴² e com os manguezais, elementos determinantes da geografia local.

As ruínas de Forte Velho, localizadas na margem esquerda do rio Paraíba, evidenciam a preocupação militar da presença portuguesa na capitania. Localizadas num terreno alto, elas permitem uma visão ampla do rio e, ainda mais, voltando o olhar para o norte, é possível ver outro monumento colonial que participava do sistema de defesa da costa, a Igreja da Guia, localizada no município de Lucena. Esta última também se localiza na margem esquerda do rio Paraíba, mas separada de Forte Velho por um braço de rio do mesmo, o rio da Guia.

¹⁴¹ Dentre eles, Monteiro (1973), Machado (1977) e Carvalho (2010).

¹⁴² Muito utilizado pela população local como transporte para contato com a cidade de Cabedelo.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



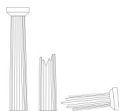
Figura 33: Localização Forte Velho e Igreja da Guia. Fonte: Google Earth¹⁴³.

Visivelmente, o monumento nos parece uma Atalaia. O torreão situa-se em meio a um canal, e sofria prolongadamente com a queima que era realizada para o corte da cana-de-açúcar. Conta com algumas pedras soltas no chão, metodicamente dispostas o mais próximo possível do monumento por ação humana, característica proveniente, possivelmente, do interesse em se usar o máximo de espaço possível para plantio da cana-de-açúcar. Apresenta alguns danos ocasionados por uma árvore na face noroeste e alguns trechos com rachaduras.

O local é espaço usado também pelos moradores da região para caçar cutias e coletar alimentos, hábitos tradicionais e ainda praticados pela comunidade. Ainda mais, percebe-se que a área pertence à usina (mesmo passando por vários donos através de heranças) e que a mesma não demonstrou interesse em resguardar a ruína ou mesmo em tentar isolá-la das queimadas realizadas para a colheita da cana-de-açúcar.

Entretanto, acreditamos que outro fator importante em meio a essa ausência de ações de proteção no bem é a própria confusão quanto às informações sobre o

¹⁴³ Agradeço a Hélio Lima pela localização da Atalaia de Forte Velho através de Google Earth.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

mesmo, a que já nos referimos e que poderiam ser, ao menos em parte, resolvidas através de uma prospecção arqueológica.

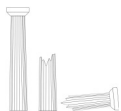


Figura 34: Atalaia de Forte Velho, em meio ao canavial que o cerca. Foto: Anna Pontes. Janeiro, 2010.

De fato, desde o seu tombamento, a Atalaia de Forte Velho não contava com ações e carecia de informações. Registra-se, depois de seu tombamento, apenas uma visita técnica realizada em 30 de julho de 2005, no âmbito de um relatório sobre os doze monumentos do município de Santa Rita, intitulado “Diagnóstico preliminar do estado de conservação e medidas emergenciais a serem implantadas para a preservação do patrimônio cultural material de Santa Rita”, elaborado pelo IPHAN e IPHAEP¹⁴⁴. Nesta visita, foi constatado que o monumento encontrava-se num estado de conservação externo e interno considerado “ruim”. Havia problemas sérios, como o avanço do canavial sobre ele, que chegava até uma distância em torno de 0,5 e 1 metro do monumento, e se concluía que era urgente uma delimitação de seu entorno. Também afirmava serem necessárias a sinalização e ações para sensibilização local com a finalidade de preservá-lo.

Posteriormente, foi redigido o “Relatório de vistoria: bem imóvel: Atalaia de Forte Velho: área do entorno”, por Alice Liedke e Iago Albuquerque, datando a

¹⁴⁴ Documento presente na pasta Forte Velho do Arquivo da 20ª Superintendência do IPHAN na Paraíba.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

vistoria de 26 de setembro de 2006¹⁴⁵. No parecer técnico, encontramos informações semelhantes ao documento anterior, de que o bem estava fragilizado por queimadas da cana-de-açúcar, pelo transporte de carros de grande porte e de trabalhadores. Foram encontrados, também, vestígios de uma escavação clandestina no interior do monumento; além de inscrições de nomes e pichações e, mais uma vez, prestou-se atenção em como o monumento estava pressionado pelo canavial circundante. Ao final do parecer, conclui-se pela importância de uma delimitação da área de entorno.



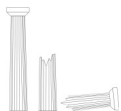
Figura 35: Forte Velho, em meio a queima da plantação de cana-de-açúcar. Foto: Anna Pontes, 2010.

Como se pode perceber pela figura 35, a queimada era executada sem uma demarcação ou qualquer outra forma de preocupação com a ruína. Uma das principais conclusões do relatório foi justamente a importância de se delimitar a área de entorno. Então, no mesmo ano, buscou-se uma tomada de preços para a realização desta, com tal informação sendo veiculada em jornal impresso afirmando que o “mirante do atalaia” seria reformado¹⁴⁶.

Uma delimitação da área do entorno e um projeto de estruturação turística do local também foram realizados naquele momento, mas não foram executados. Este projeto, que não foi executado, pensava na estruturação do local não apenas com a

¹⁴⁵ Documento presente na pasta Forte Velho do Arquivo da 20ª Superintendência do IPHAN na Paraíba.

¹⁴⁶ Correio da Paraíba, de 2 de outubro de 2006, matéria presente na pasta Forte Velho do Arquivo da Superintendência do IPHAN na Paraíba.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

delimitação do entorno, mas também com serviços como estacionamento e jardinagem com palmeiras imperiais. Em maio de 2010, contudo, finalmente um perímetro de entorno foi delimitado. Instalaram-se na área as marcas que não podem ser ultrapassadas pelo cultivo da cana-de-açúcar.

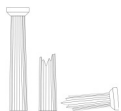


Figura 36: Monumento com demarcação atual, desde maio de 2010. Foto: Erika Diniz, 2010.

Esta delimitação foi a primeira ação de intervenção no monumento desde seu tombamento em 1938, com exceção das duas visitas técnicas realizadas. Especulase na comunidade que uma vez foi construída uma rua que dava acesso direto à ruína, mas que, sem muito uso, o mato cresceu nela porque não eram muitos os turistas que iam conhecê-la.

Na atalaia, existem muitas inscrições modernas (nomes de pessoas) sulcadas ou pintadas na pedra, além de outros danos encontrados no local. Apesar destes sinais de abandono, pode-se perceber que a mesma tem importância para a comunidade como um espaço que permanece e identifica o local (todos sabem onde fica a atalaia e, em sua maioria, sabem o caminho para chegar lá).

Tanto o processo de tombamento como as Séries Obras e Inventário não informam muito sobre este monumento, o que demonstra, mais uma vez, o período em que este foi tombado: a fase heróica dos anos iniciais do IPHAN em que o tombamento era entendido como ação emergencial, principalmente ao considerarmos as já debatidas tentativas de afirmação nacional pela promoção de uma memória única e colonial. Entretanto, neste monumento, a ausência de



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

informações é extrema, com um processo, por exemplo, que conta apenas com as notificações e registro de tombamento enquanto documentos, sem maiores informações sobre a ruína, o local ou qualquer outra questão que poderia legitimar a sua proteção. Soma-se a isto as controvérsias sobre a origem e datação do bem.

E a esta ausência de informações, somou-se a ausência de ações. Apesar de ainda encontrar-se em estado de conservação ruim, como posto no próprio Diagnóstico Preliminar realizado pelo IPHAN e IPHAEP, sua delimitação do entorno, de fato, veio a sanar o seu maior problema, a queima da cana-de-açúcar, especialmente se considerarmos o tempo decorrido entre o tombamento e as ações de intervenção no local, já então classificadas como emergenciais.

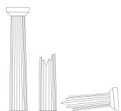
3.3 Ruínas do Almagre, dita Navegantes

As ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre são um monumento de arquitetura religiosa e colonial, elemento central de um aldeamento de conversão indígena. Acredita-se que a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre, numa primeira versão em taipa, teria sido fundada em 1589, apenas quatro anos depois da fundação da Capitania da Paraíba, pelos jesuítas, para servir como sede de um aldeamento de índios Tabajara, além de contar com uma Igreja com invocação a Nossa Senhora de Nazaré, para realização de missas.

Com a expulsão dos jesuítas da Paraíba, em 1593, devido a conflitos com o então governador da Capitania, o aldeamento do Almagre passou para a posse dos franciscanos. Contudo, ainda seria transferida aos beneditinos depois da expulsão também dos franciscanos. O aldeamento foi, posteriormente, transferido para Vila Flor, no Rio Grande do Norte, e desativado na Paraíba.

O tombamento das Ruínas do Almagre foi realizado em 12 de agosto de 1938 e seu processo é semelhante aos das ruínas discutidas anteriormente tanto no que se refere ao volume de páginas quanto à ausência de informações mais detalhadas, apresentando também certos equívocos, como a atribuição da invocação da Igreja a Nossa Senhora dos Navegantes, que até hoje não foi corrigido.

Atualmente, o monumento, em pedra calcária, apresenta restos de parede lateral direita, com janelas e cercaduras preservadas, assim como as do pavimento



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

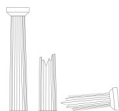
superior. Apesar de comprometida, é possível perceber a nave central com arco cruzeiro apresentando colunas em cantaria de pedra calcária; parede interna direita em pé e, nesta, a presença de um pavimento superior, também com portas e cercaduras em cantaria. Sobrevivem restos da base da parede lateral esquerda, contudo, totalmente tomada pela vegetação.

A fachada principal encontra-se parcialmente em pé, com portada da torre sineira direita em cantaria bem preservada, contudo, com cunhais apresentando deslocamento, o que indica risco de desabamento, apesar das obras de restauração terem sido concluídas recentemente, em 2005.



Figura 37: Vista das Ruínas do Almagne com arco cruzeiro ao fundo e de sua fachada posterior. Foto: Anna Pontes, 2010.

Por todo o espaço circundante do monumento estão espalhadas pedras da edificação, com destaque para a lateral esquerda e parte da nave central, estas tomadas pela vegetação (principalmente em períodos de chuva, quando o mato ao redor do local cresce velozmente). Além das pedras caídas e o aspecto romântico da ruína, sua localização à beira-mar também adiciona mais um elemento ao seu caráter pitoresco. Apesar de que, desde meados do século XX, foram construídas edificações próximas ao monumento que impediriam seu contato com o mar e comprometeriam sua ambiência anterior.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

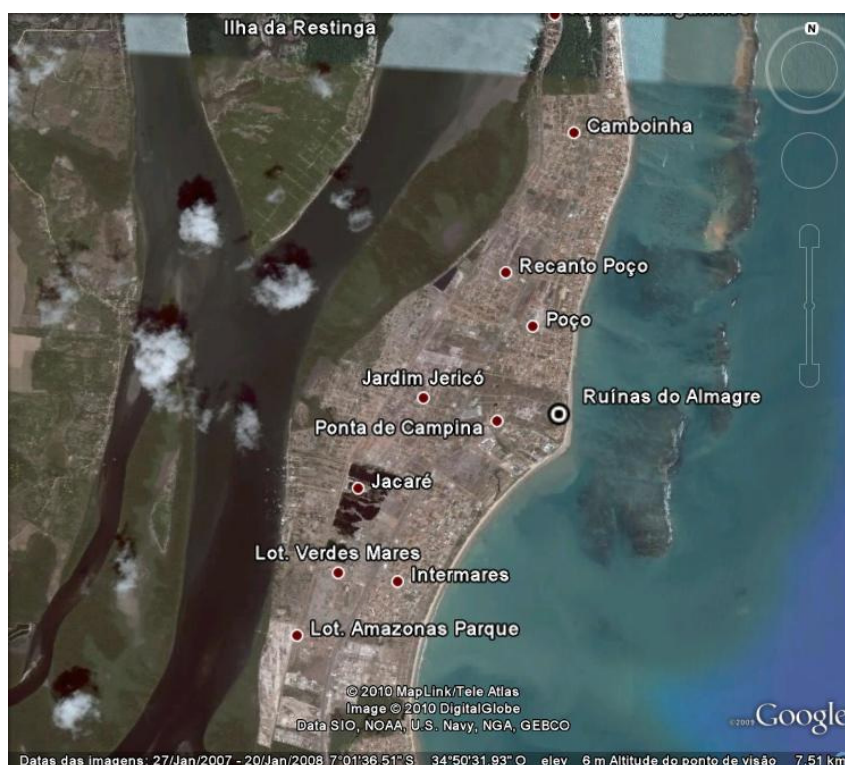
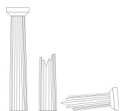


Figura 38: Localização das Ruínas do Almagre e a barreira de corais defronte. Fonte: Google Earth.

Curiosamente, além dos tombamentos das ruínas da Paraíba pelo IPHAN terem ocorrido no mesmo ano, também apresentam como similaridade o fato de serem coloniais e, ligadas, de alguma maneira, ao caráter militar da conquista da capitania. Afinal, apesar de monumento religioso, o monumento jesuítico também servia como ponto de apoio estratégico de visualização dos barcos que chegavam à capitania por este local, já que, de frente ao monumento, há um intervalo da barreira de corais que permitia a entrada de navios na costa paraibana.

Da construção original, pode-se perceber, foram descaracterizados, degradados ou perdidos vários elementos, tais como as torres sineiras (particularmente à esquerda, em melhor estado de preservação), a sacristia com lavabo, o corredor lateral direito, telhado junto com todo madeiramento, bem como o coro. Destes, sobrou a base indicando sua planta original.

Desde o momento de sua proteção institucionalizada, contudo, observa-se que a ruína acabou degradando-se ainda mais. Existem várias evidências de seu esquecimento ao longo dos anos, como os problemas imobiliários, pelo fato do bem estar cercado por residências de veraneio e/ou morada permanente, que o



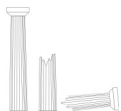
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

modificaram também em sua ambiência – correlacionada com o mar. Além do embate com a população, pois segundo relatos orais apresentados em Pontes e Oliveira (2006), os moradores afirmaram que os fiscais do IPHAN, no ato do tombamento, recomendaram à população não visitar mais o local do Almagre. Isso muito provavelmente ocorreu diante do risco de desmoronamento de estruturas da edificação. Este quadro deveria ter levado a ações de consolidação emergenciais por parte do órgão e que viriam a ser realizadas apenas entre 2004 e 2005. Faltou, inclusive, a iniciativa em explicar para os moradores locais, por questões que envolvem o patrimônio e sua difusão, enquanto ato de cidadania e interesse público. Afinal, antes do tombamento, eram realizadas, ainda segundo os relatos orais apresentados em Pontes e Oliveira (2006), capinagens do mato, e o espaço era bem cuidado, como também bem visto, querido e freqüentado. Após este embate entre o poder público e a população, esta última se sentiu receosa de ir ao local, que se tornou uma ameaça principalmente nos meses chuvosos, quando a vegetação cresce e torna-se ambiente favorável à presença de animais peçonhentos.



Figura 39: Vista frontal do Almagre. Foto: Walfredo Rodrigues, 1927. Vista da fachada principal das Ruínas do Almagre. Detalhe. Foto: Alvarez Jorge de Oliveira Ribeiro, 1968.

A imagem de Walfredo Rodrigues, de 1927, mostra um monumento com boa parte de suas estruturas e num ambiente pitoresco. Apesar da ambiência preservada, o bem já se encontrava em situação bem diferente em 1968. Nesta última, percebemos trechos em risco eminente de desabamento. Contudo, ainda mantinha parte considerável de suas estruturas em meio a uma vegetação mais densa.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Já em 1999, com percebemos na imagem de Carla M. Oliveira, é possível perceber uma acentuação do seu arruinamento. Uma ruína da ruína anterior.

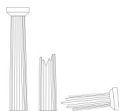


Figura 40: Vista frontal do Almagre. Foto: Carla Mary Oliveira, 1999.

Com algumas partes já caídas e em meio a uma vegetação ainda maior, o monumento ganha um caráter mais pitoresco. A fachada principal, que ainda contava com uma série de elementos, passa a apresentar de pé apenas a torre sineira direita e parte da parede da esquerda. Entre outros elementos que haviam caído, o arco cruzeiro também tinha sucumbido. Os restos caídos após a limpeza local, que não apresenta vegetação circundante e dominante na imagem, conferiram uma poética maior pela eminência da perda. Sentimento este que efervescia no local e viria a inspirar ações como da Arquidiocese local e da Associação dos Amigos do Almagre.

A ambiência selvagem e natural, contudo, ainda era mantida. Esta seria comprometida posteriormente, com a especulação imobiliária que assola o bem. A ambiência que a ruína qualifica, como Brandi coloca, ganha, então, um aspecto mais intocado, mesmo que, próximo ao monumento já existisse um bairro que crescia principalmente como espaço de veraneio e cuja população frequentava o terreno em que o bem se situa para coleta das frutas das árvores próximas a este, entre outras motivações.

Este aspecto selvagem, pitoresco, pode ser correlacionado com a própria visão do monumento como algo isolado e relativamente afastado, apesar de cercado



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

por casas e na beira-mar, em que conta também com um imaginário local como um espaço repleto de sentimentos e vivências diferenciadas. Paisagem que combina com o Almagre colonial e dos relatos dos moradores locais, bem como do próprio livro *Retalhos de uma Vida*, de Escorel Borges, que descreve o local nos momentos em que o mesmo lá veraneava, entre novembro e fevereiro dos anos de 1938 a 1956:

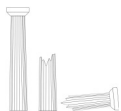
Nós meninos subíamos ao alto das vetustas paredes, para lá inscrever os próprios nomes e o das namoradas. Para isso, usávamos pontas de canivete, quicés e peixeiras, e esses nomes ficavam bem visíveis na pedra escura de tais paredes. (...) Hoje, resta bem menos daquele histórico monumento, em meio ao coqueiral do sítio que se levanta. (BORGES, 2004, p. 74)

Pela seqüência de fotos, percebemos não apenas o arruinamento rápido do monumento, como também a perda de sua ambiência. Afinal, as ruínas que estavam envoltas por coqueiros, num local inóspito e bucólico, dão vez a um amontoado de pedras em meio ao concreto de prédios residenciais e casas de veraneio, retirando-lhe parte de sua significação anterior. Questões essenciais para uma preservação da ruína, mas que nela foi desconsiderado.

Entretanto, entendemos também que ainda existe uma relação entre o Almagre de 1927 e o de 1999, pois mesmo após um arruinamento mais acentuado, o seu apelo social manteve-se.

Mesmo com o aprofundamento de sua degradação, o Almagre é importante socialmente para a população do bairro do Poço, tanto é que ele conta com uma Associação, criada em 1998, objetivando a sua defesa: a Associação dos Amigos do Convento do Almagre. As ações de restauração no monumento, inclusive, ocorreram pelos esforços iniciais desta Associação e da Arquidiocese local, que, isoladamente, fizeram campanhas para que isso ocorresse.

A Associação sensibilizou os órgãos públicos competentes para a proteção das ruínas do Almagre e, em parceria com a prefeitura de Cabedelo, realizou uma limpeza do local em 1999. A arquidiocese lançou dois cartazes trazendo a história do Almagre, bem como realizou missas campais no local com objetivo de sensibilizar a população quanto a necessidade da sua preservação. Invertendo os papéis, foi o esforço local que viria a mobilizar o órgão público de proteção.

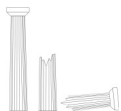


ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Isso pode ser comprovado com o primeiro documento encontrado após o tombamento do Almagre: uma carta de 20 de outubro de 1998, exatamente sessenta anos depois, que trata de visita realizada em 08 de setembro ao monumento, em que Carlos Fernando Moura Delphin, Coordenador de proteção do IPHAN entra em contato com a Superintendência do IPHAN na Paraíba questionando sobre como proteger a área¹⁴⁷. Não foram encontradas respostas a esse documento, mas, um pouco depois, em 19 de novembro de 1998, Valério Bronzeado, procurador do Ministério Público de Cabedelo escreve, via fax, para o IPHAN, colocando em anexo a denúncia realizada pelo Sr. Antônio Smith, então presidente da Associação dos Amigos do Convento do Almagre. Esta foi a primeira ação prática de defesa do monumento após seu tombamento, já que, na visita anterior, apenas debateu-se o que fazer no local. Pode-se arriscar, inclusive, afirmar que esta denúncia junto com a criação da Associação dos Amigos do Convento do Almagre foi essencial para o processo de estabilização e consolidação das ruínas que ocorreu posteriormente, já que se tratou de uma resposta pública à ausência de ação governamental:

Aos 19/11/98, compareceu perante o CURADOR DO PATRIMÔNIO PÚBLICO desta Comarca a pessoa supranominada [Antônio Smith] passou a declarar o seguinte: Que reside nas imediações do Convento do Almagre, no Poço; Que nasceu no Poço e desde muito tempo acompanha o desmoronamento do Convento do Almagre; Que este monumento histórico data do início do século XVII, sendo um convento Franciscano doado pelo Governador Frutuoso Barbosa, então Capitão Mor da Capitania por 1589; Que o declarante como cidadão não se conforma com o abandono desse monumento, pois tem acompanhado a sua destruição paulatina, inclusive com arcadas, portais, de grande valor histórico, de matéria prima portuguesa, espalhados num raio de 50 metros, em descaso; Que o bem é tombado pelo patrimônio histórico nacional desde 1938, por Lei de Getúlio Vargas, em 1937; Que o declarante nunca peticionou aos poderes públicos para as medidas cabíveis, e realmente o monumento ficou esquecido por todos, sendo a responsabilidade de todo mundo, mas o proprietário da terra, que é o Sr. Valdir dos Santos Lima, é quem deveria, pelo decreto do tombamento, cuidar da preservação do bem; Que também há um outro proprietário das terras conhecido como Roberto cunhado do Dr. Valdir dos Santos Lima; Que está sendo criada uma associação com finalidade específica de ajudar no soerguimento e restauração do referido bem; Que o Presidente do IPHAN está ciente do problema e está ajudando a criar a associação; Que apresenta nesse ato fotografias tiradas no local e espera que seja tomadas providências por parte do Ministério Público.

¹⁴⁷ Presente no Arquivo da 20ª Superintendência do IPHAN na Paraíba.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

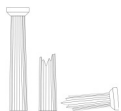
Assim, percebemos que este processo do arruinamento do Almagre é um fato, já que o monumento passou não apenas sessenta anos sem conservação, como sem comprometimento por parte dos proprietários do terreno, já que esta ruína encontra-se recortada entre quatro terrenos particulares.

Outro documento que merece comentário é o Memorando 138/98/4ªSR/II/5ªCR, de 07 de dezembro de 1998, em que Umbelino Albuquerque, funcionário da Superintendência da Paraíba, solicita a Jânio Paulo Gomes (Chefe de Divisão Administrativa da 5ª Superintendência do IPHAN) recursos para levantamento cadastral da área do Almagre, visando uma futura restauração ou consolidação.

Em 1999, após estas discussões iniciais foi realizada a limpeza da área pela Associação dos Amigos do Convento do Almagre em associação com a Prefeitura de Cabedelo. O IPHAN continuou com estudos, que resultaram no relatório de Ulysses Pernambucano de Mello e Virginia Pernambucano de Mello, intitulado *A igreja de Nossa Senhora de Nazaré (ruínas do Almagre)*. Neste mesmo período de pesquisa, e durante as ações de restauração, tais ruínas ganharam maior notoriedade quando passaram a aparecer em revistas, monografias, livros, produções acadêmicas em geral, entre outros. Como, por exemplo, o trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo do ano de 2000 intitulado *Almagre: uma história, um lugar*, de Manuelina Porto Nunes, o livro de Altimar Pimentel, *Igreja de Nazaré da Praia do Almagre*, e, entre outros, o projeto de pesquisa de Iniciação Científica *Aldeamento, Igreja, Ruína: uma arqueologia histórica de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre (1589-2004)*.

O IPHAN lançou o projeto inicial para ações no Almagre em agosto de 2001, começando, naquele momento, as primeiras negociações do que viria a ser o processo intitulado de “Estabilização e Consolidação das Ruínas do Almagre, Cabedelo – PB”, em 2004. Em 26 de outubro de 2004, foram enviadas cartas informando aos proprietários das terras sobre o início das obras no local (ofício circular nº 0020/2004/20ªSR/IPHAN/MINC, presente no arquivo da 20ª Superintendência do IPHAN na Paraíba).

Estas seriam interrompidas no ano seguinte, por falta de verbas subseqüentes, em 03 de novembro de 2005. E mesmo com as constantes



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

solicitações posteriores, a 20ª Superintendência do IPHAN não recebeu verbas para a continuidade das obras sob a alegação de que o monumento encontra-se em terreno particular. Assim, de fato, as obras de restauração não foram concluídas, pois faltou a realização da terceira fase do projeto, que abarcava a consolidação das ruínas. Foram enviados vários documentos, por parte da construtora responsável pela obra, para o IPHAN, a fim de mostrar o risco da interrupção de ações no local e a impossibilidade de novas ações futuras pela própria fragilidade do monumento.

Em 18 de outubro de 2005, outra forma de proteção ao Almagre emergiu, desta vez no âmbito federal, junto ao Ministério Público Federal. Os requerentes do processo administrativo foram o próprio Ministério Público Federal e o IPHAN, tendo como requerido a Prefeitura de Cabedelo. Este processo está aberto até os dias atuais e concentra-se principalmente em resolver a questão fundiária, pois o local em que o bem se encontra não foi desapropriado, nem ao menos zoneado. Assim, para se dirigir ao monumento e à praia é preciso passar por terreno privado sem a estruturação de ruas e acessos, ou mesmo iluminação pública.



Figura 41: Vista da fachada posterior do Almagre, cercado pelo mato e com edificação ao fundo. Foto: Anna Pontes, 2006, 2010.

Na imagem 41 o bem se apresenta, em 2006, após as ações de restauração, com algumas estruturas levantadas durante seu processo de anastilose, como é o caso do arco cruzeiro ao fundo. Ora limpo, ora cercado pelo mato, como na foto de 2010, o monumento não pode manter suas estruturas consolidadas pela falta de uma terceira fase das ações de restauração. Tal questão já apresenta efeitos logo depois de seu tombamento, como o risco de desmoronamento na parede lateral da torre sineira direita.

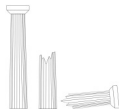


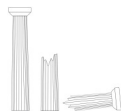
Figura 42: Vista da fachada principal das Ruínas do Almagre. Foto: Anna Pontes, 2009.

Outras problemáticas atuais são a tomada da vegetação de pequeno e grande porte no seu espaço circundante e na própria estrutura do bem, a exemplo do crescimento de uma castanheira em seu corredor lateral direito. Apresenta também uma série de riscos de desabamento, como o da parede lateral da torre sineira esquerda, bem como a presença de vegetação ameaçando as estruturas do monumento e no corredor lateral esquerdo, nave central e corredor lateral direito.

3.5. Do manter ao destruir: ruínas da Igreja de Tambaú

Por vezes há uma desconexão das ações de entidades civis com o interesse geral, envolvendo população e órgãos públicos. Ao longo das ações de preservação patrimonial no país, temos edificações tombadas que se tornaram ruínas após saques, como no caso da Igreja do Rosário, em Niquelândia, Goiás; ruínas reconstruídas, consolidadas e, entre outros, também a construção de edificações desconexas com a ambiência dos bens, tais como ocorreu nas ruínas do Almagre, PB e na Casa de Câmara e Cadeia de Vila-Flor, RN, que, além disso, também viria a ser reconstruída. No caso das ruínas da Igreja de Tambaú¹⁴⁸, temos o único caso de

¹⁴⁸ Processo nº 46-T-38, inscrito no livro do tomo Histórico em 12 de janeiro de 1948.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

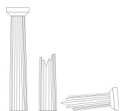
cancelamento de ruínas no país, motivado por sua destruição, em 1957, pela Arquidiocese local a fim de construção de uma nova igreja.

Apesar do início do processo de tombamento do monumento ter ocorrido em 1938, as ruínas da Igreja de Tambaú só seriam tombadas em 1948, dez anos mais tarde. As notificações de tombamento teriam sido expedidas em 1938 e, mais uma vez, em 1941, quando a proprietária acusa recebimento da notificação, mas não responde se colocando a favor ou contra o tombamento. Sem resposta, o bem acabou por não ser inscrito enquanto patrimônio histórico até que, em 1943, Rodrigo Melo de França Andrade, então presidente do IPHAN, enviou correspondência para o responsável pelo 1º Distrito solicitando informações sobre a conveniência do tombamento do monumento. Após estas correspondências entre superintendência e gabinete da presidência, não se encontram no processo documentos posteriores, a não ser o despacho, não datado, para tombamento e a própria certidão de tombamento, que data de 1948.

Enquanto ações implementadas pelo IPHAN no bem, em 1943, as ruínas passavam por serviço de limpeza local, mesmo que ainda não fossem oficialmente tombadas pelo órgão. Logo após, em 1956, ocorreu a sua destruição.

Já em 10 de janeiro de 1957, Carlos Drummond de Andrade escreve correspondência notificando sobre relatório do 1º Distrito que informava a destruição do monumento ocorrida em 1956 para edificação de uma nova igreja no local¹⁴⁹. Segundo o relatório, tal ação fora liderada por um padre e aceita pelo bispado local. O documento também considera possível ação judicial a fim de apurar o caso. A nova igreja edificada foi colocada neste mesmo relatório enquanto “abominável”.

¹⁴⁹ Informações presentes no processo nº 46-T-38, do Arquivo Central do IPHAN.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



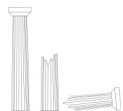
Figura 43: Igreja edificada no lugar das ruínas da Igreja de Tambaú. Foto: Arquivo IPHAN, 1956.

Pelo fato de não haver notificações posteriores a 1941, é interessante colocar como este tombamento pode ter ficado restrito aos limites do próprio órgão, com o seu desconhecimento por parte da maioria da população. Contudo, isso não deve atenuar a responsabilidade do bispado local, considerando que o monumento já havia sido ressaltado no documentário produzido por Mário de Andrade em viagem à Paraíba e, ainda mais, considerando que a proprietária do terreno recebera uma das notificações. Tal proteção deveria ter sido ao menos verificada pela entidade.

A partir de 1957, iniciou-se o debate para o cancelamento do tombamento, com a troca de informações, como as fotografias da figura 43. Já em 20 de novembro de 1957, o chefe da Seção de História aconselhava o encaminhamento do cancelamento para o Conselho Consultivo. Após esta correspondência, ainda houve a solicitação de maiores informações da parte do parecer do assessor técnico do órgão. Estas foram solicitadas ao chefe do 1º Distrito, em 12 de fevereiro de 1958, mas não foram respondidas. O processo ficou parado até que o cancelamento do monumento foi solicitado, mais uma vez, em 07 de agosto de 1987, quando se aconselhou que o processo fosse levado à Assessoria Jurídica, o que ocorreu em 28 de agosto de 1987¹⁵⁰.

Em parecer da Assessoria Jurídica (parecer nº 31 de 13 de setembro de 1989), temos a reclamação sobre a distância temporal de 33 anos entre a destruição do bem e o encaminhamento para o setor, o que levou o crime a prescrever e, por isso, o IPHAN ficava desprovido da possibilidade de qualquer ação civil. Sem

¹⁵⁰ Informações presentes no processo nº 46-T-38, do Arquivo Central do IPHAN.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

maiores ações a serem executadas, aconselhava-se o cancelamento do tombamento.

O pedido foi encaminhado para o Conselho Consultivo em 22 de setembro de 1989, em que o parecer do relator, de 13 de outubro de 1989, é semelhante ao da Assessoria Jurídica na opinião de que, de fato, restava apenas o cancelamento do tombamento, pois não havia como solicitar punições da ordem civil pela violação do decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937 e do artigo 165 do código penal. Enfim, na mesma data, o Conselho Consultivo votou por unanimidade pelo cancelamento do tombamento das ruínas da Igreja de Tambaú. Tal decisão foi oficializada pelo órgão em 06 de fevereiro de 1990. Num total, se passaram quarenta e quatro anos desde a destruição total do monumento¹⁵¹.

3.6 Do reverso ao inverso: ruínas tombadas enquanto edificação

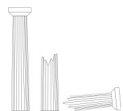
Considerando que cada monumento é um lugar de memória, conforme expressão de Pierre Nora, este traz em si uma série de representações que se correlacionam com os mais diversos ideais de grupo. E, entre os liames da memória, cada monumento é um universo em si.

Entre outras peculiaridades, temos mais um caso na Paraíba que desperta atenção, o da Fortaleza de Santa Catarina, Cabedelo, PB. Tombada enquanto edificação em 24 de maio de 1938¹⁵², no mesmo dia que a Casa da Pólvora e notificada juntamente com esta no processo 155-T, que envolve o tombamento de monumentos militares no Brasil.

Contudo, o que percebemos é que, inscritos os dois monumentos nos mesmos livros, Histórico e de Belas Artes, enquanto um foi tombado enquanto ruínas, o outro foi protegido como edificação, apesar de constantes referências ao termo ruínas em seu processo e do seu estado de degradação.

¹⁵¹ Informações presentes no processo nº 46-T-38, do Arquivo Central do IPHAN.

¹⁵² Processo 155-T-38, inscrito no livro Histórico e de Belas Artes em 24 de maio de 1938.

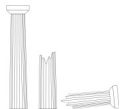


ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



Figura 44: Localização da Fortaleza de Santa Catarina. Imagem: Google Earth.

A Fortaleza de Santa Catarina teve sua construção iniciada ainda no século XVI, passando por reconstruções ainda naquela época, entre 1591 e 1596, e durante a ocupação holandesa (1634-1654), em que até os dias atuais podem-se perceber resquícios deste como na presença de tijolos holandeses. Atualmente, a Fortaleza que conhecemos remonta à reconstrução do século XVIII, e foram estes também os dados considerados em sua restauração.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais



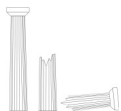
Figura 45: Interior da Fortaleza de Santa Catarina. Foto: Anna Pontes, 2010.

Sobre seu estado, dispomos dos relatos de visitas técnicas em 1956, em seção de documento referente às ruínas na Paraíba presente na Pasta “Casa da Pólvora” do Arquivo da 20^a Superintendência do IPHAN na Paraíba. Entre estes, temos ofício 20/56, de 22 de fevereiro de 1958, do Chefe do 1^o Distrito para o general José Machado Lopes solicitando a abertura de um inquérito para averiguar a derrubada de um capitel de pedra calcária do pórtico de trânsito que, segundo informação, teria ocorrido pela ação de soldados. O mesmo documento ainda ressalta o caráter degradado do monumento e titula-o como ruínas.

A Fortaleza passou por restaurações descritas em comunicado interno do Escritório Técnico de João Pessoa. 28 de julho de 1986. Folha nº02, intitulado “Informação sobre o andamento de obras e de monumentos”, de José Saia Neto para Briane Bricca¹⁵³. Neste, prevê-se a restauração da Fortaleza de Santa Catarina em duas etapas:

(...) a primeira, em conclusão, pretende a recuperação dos edifícios existentes no interior das muralhas e sua devolução ao uso; a segunda, o deslocamento do canteiro da obra e a recomposição das muralhas. A definição do uso e sua implementação está sob a responsabilidade do Governo do Estado. (...) o prédio se encontra em lamentável estado de conservação, parte de suas coberturas ruíram, o equipamento que não foi furtado está se deteriorando, a documentação contábil e os rótulos foram comprometidos pelas intensas infiltrações e pelos xilófagos” (1986, p. 2)

¹⁵³ Caixa 317. Pasta 919. Modulo 54. Obras. PB. João Pessoa. Casa: diversas. Arquivo Central IPHAN.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Parte do monumento já havia sido, entretanto, restaurado em 1972, com reconstituição dos quartéis, capela, casa do Comandante e da casa da pólvora. Outras ações no monumento incluíram as inspeções já citadas e a prospecção arqueológica.

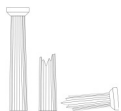


Figura 46: Acesso ao corredor de entrada, com material recolhido da prospecção arqueológica em primeiro plano e, ao lado, a capela já restaurada. Foto: Projeto de Restauração e adaptação do Forte de Cabedelo, s/data.

Para continuidade das obras na década de 1980, o Projeto de Restauração e adaptação do Forte de Cabedelo, com apoio do Programa das Cidades Históricas, visava obras na casa do governador, nas muralhas e nos terraplenos. O mesmo projeto conta com fotos indicando o processo de arruinamento proveniente, segundo o mesmo, do abandono do imóvel após as ações de restauração.



Figura 47: Baluarte Norte e muralhas da Fortaleza de Santa Catarina. Foto: Projeto de Restauração e adaptação do Forte de Cabedelo, s/data.

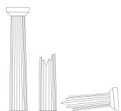


ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Entre as legendas das fotos, temos referências ao baluarte norte, por exemplo, como “quase totalmente destruído” e “ruínas”. É interessante como a referência à Fortaleza é constante desde os documentos de seu processo de tombamento e nas ações de restauração. Contudo, o bem foi tombado enquanto edificação quando poderia encontrar-se na mesma condição que a Casa da Pólvora em João Pessoa, ou pior.

Portanto, se há dúvidas quanto ao tombamento da Casa da Pólvora enquanto ruínas, elas aumentam ao se presenciar um tombamento semelhante e ocorrido concomitantemente inscrito nos mesmos livros do tomo, que, contudo, tomou uma direção inversa.

Atualmente, funciona no local a Fundação Fortaleza de Santa Catarina, que contribuiu para que o monumento voltasse a ter visitas públicas, bem como disponibiliza espaço para eventos como a Paixão de Cristo de Cabedelo e outros espetáculos teatrais e culturais. Outro fator que contribuiu para o mesmo foi a infraestruturação da área de entorno da Fortaleza de Santa Catarina, com obras de pavimentação e construção de marco de referência em local próximo. Apesar destas novas obras, contudo, ainda temos o problema da pressão ocorrida entre edificações no local discutidas desde seu projeto de restauração, como a presença de galpões do Porto de Cabedelo, da Esso e da Pibigás. Desde 2004, temos mais uma edificação que viria a prejudicar a ambiência do monumento, bem como sua paisagem, o moinho Dias Branco.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

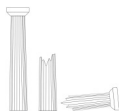


Figura 48: Fortaleza de Santa Catarina a partir do mar em ângulo que permite a vista do Moinho Dias Branco. Setas destacam o Moinho e o monumento. Foto: Anna Pontes, 2009.

Como é possível perceber na imagem 48, a construção do Moinho prejudicou a paisagem de um espaço que, antes, tinha uma relação bem mais forte com o mar, considerando também que todos os barcos que entram no rio Paraíba a partir do mar não vêem mais a Fortaleza. Aliás, esta construção é irregular não apenas perante o decreto nº 25 de novembro de 1937, que trata do entorno do monumento, mas também por outras questões ambientais e jurídicas.

Afinal, o alvará de construção do Moinho, nº 202/2002 foi liberado antes do licenciamento ambiental e a mesma entra em choque com a constituição do Estado da Paraíba, porque sua altura excedia o permitido em lei. Para solucionar esta questão, foi adicionada uma alínea à emenda constitucional nº 15, que tornou a área do Porto de Cabedelo uma exceção à lei para as construções e instalações industriais (FARIAS, 2004).

Apesar das críticas sobre sua construção, o que nos interessa aqui é analisar sua implicação para a gestão cultural dos bens de Cabedelo. O Moinho Dias Branco prejudica a ambiência do monumento, que já se encontrava comprometida por outras edificações, mas que, pela vivência no local, já se tinha mesclado ao novo ambiente. Esta construção fere também um dos maiores patrimônios da cidade, que é a sua relação com o mar. Cabedelo é uma cidade portuária e mantém uma forte relação com ele e, justamente no local em que o moinho foi construído, o Oceano



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

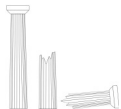
Atlântico se encontra com o Rio Paraíba. Uma perda histórica e cultural em nome da pretensa viabilidade econômica local.

3.7 Interligando experiências: ruínas patrimoniais na Paraíba

O tombamento de monumentos histórico-culturais nos primeiros anos do IPHAN, além de fazer parte de uma preocupação mais ampla com formação de uma memória única/nacional/colonial, priorizou, em sua ação, a institucionalização da defesa de bens frente a cuidados mais embasados e aprofundados sobre eles. Isso se refletiu em processos de tombamento com um volume de informações, por vezes, insatisfatório, e equívocos que permitem questionamentos sérios e cabíveis com relação a estas ações.

As ruínas estudadas aqui comprovam tais questões e evidenciam uma série de problemáticas recorrentes no tratamento de ruínas no Brasil de modo geral. Afinal, temos questões de vários tipos, como problemas fundiários; o isolamento dos bens em meio ao avanço da vegetação; problemas com o uso inadequado de termos, tais quais “remanescentes” e, entre outros, “semi-ruínas”; grande intervalo de tempo sem ações de qualquer natureza ou mesmo ausência de ações; reconstruções e “restaurações”; entre outros envolvidos no tratamento das ruínas. Ainda mais, evidenciam como cada caso conta com particularidades que os fazem únicos e, por isso, os tornam dignos de um debate particular, mas também suscetíveis a uma legislação comum que poderia vir a evitar a maioria de tais questões.

Todas as ruínas tombadas pelo IPHAN na Paraíba o foram num único ano, 1938. Assim como todas também são coloniais e provenientes de uma antiga edificação de arquitetura religiosa ou militar. Ou seja, estão relacionadas com um passado de dominação portuguesa e uma distância temporal semelhante. A própria localização destas é centralizada se considerarmos a proximidade dos municípios e comunidades que as abrigam.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

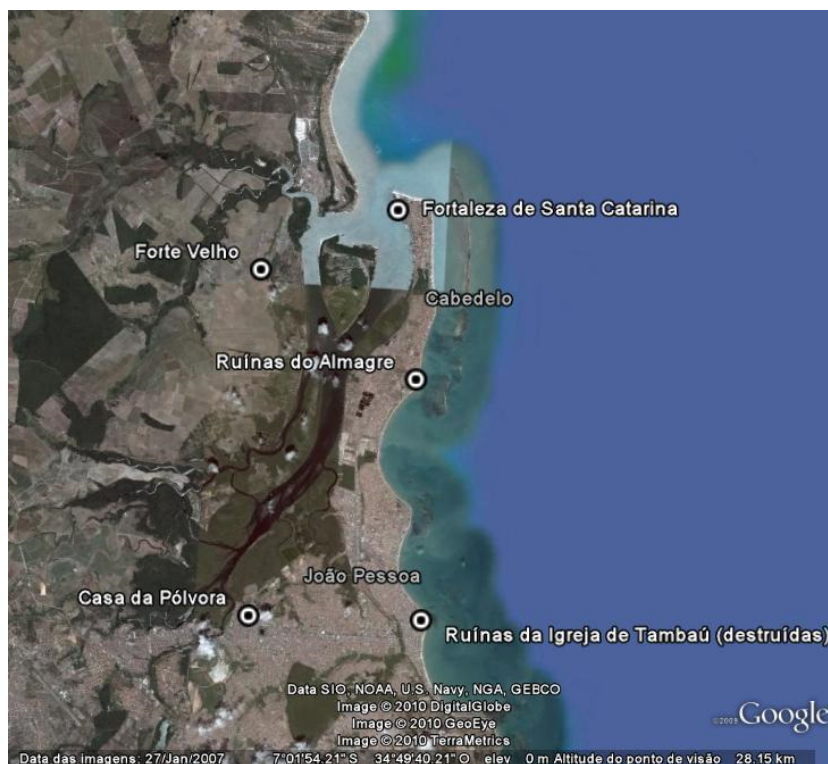
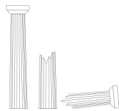


Figura 49: Localização das ruínas existentes na Paraíba. Imagem: Google Earth.

Outra questão em comum foi o abandono pelo qual algumas ruínas passaram, dentre as quais se destacam as do Almagre e de Forte Velho, que contemporaneamente, no entanto, receberam tratamento diferenciado. Sobre os tombamentos, podemos questionar também o estado de ruínas ou não da Casa da Pólvora durante o seu tombamento. O que se torna ainda mais interessante debater quando, no caso da Fortaleza de Santa Catarina, referida no processo como uma ruína, foi tombada como edificação.

Afinal, de fato, as ações iniciais de limpeza de ruínas começaram desde a década de 1940 tanto na Casa da Pólvora como nas ruínas da Igreja de Tambaú e na Fortaleza de Santa Catarina. É o que há de semelhanças, além das vitorias nos demais monumentos e do abandono pelo qual alguns deles passam.

Na década de 1950 ocorreu a destruição das ruínas da Igreja de Tambaú, apesar do cancelamento do tombamento vir a acontecer apenas em 1990. Na década de 1970 a Casa da Pólvora é reconstituída e passou a ser também um espaço cultural com galeria de arte e restaurante. Neste momento, a ruína que questionamos, neste trabalho, se existiu ou não, torna-se, sem dúvidas, uma



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

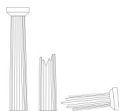
edificação. Apesar da Casa da Pólvora estar, até os dias atuais, tombada enquanto ruína.

Maiores ações em ruínas na Paraíba viriam a ocorrer apenas em 1998, com a iniciativa popular e a criação da Associação dos Amigos do Almagre. No ano seguinte, já encontraríamos debate para determinação de recursos para pesquisa arqueológica e histórica, bem como para sua restauração, implementada em 2005 pelo IPHAN. E, em 2010, 72 anos após seu tombamento, eram as ruínas de Forte Velho que passariam por sua primeira ação de intervenção, com a delimitação da área do entorno para evitar o efeito das constantes queimas da cana-de-açúcar que eram plantadas bem próximas ao monumento.

Em Brandi (2004), podemos perceber que, apesar das ruínas conotarem, por si próprias, ações de conservação, tais medidas são restritas. Afinal, são monumentos situados no limite da memória, e por isso, ao se falar de restauração, é preciso detalhar suas ações a fim de não produzir erros documentais – pois as ruínas são fontes de informação arqueológica – bem como não atentar contra as memórias correlacionadas a este patrimônio. E como a memória é, não apenas seletiva, como negociada, e negociada entre diversos grupos sociais, diversas foram as ações e intervenções.

As semelhanças, entre seleção e disparidades, no tratamento das ruínas na Paraíba e no país referem-se justamente à impossibilidade de uma linha comum de intervenção que possa ser aplicada a tais casos. Observamos ações esparsas e geridas diferentemente, sem diretrizes em comum. O embasamento do tratamento de ruínas perpassa não apenas o conhecimento do conceito em comum que elas detêm, mas também deve ser permeado pelo entendimento que sua proteção é diferenciada e, principalmente, restrita ao seu caráter peculiar.

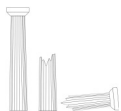
Além disto, não há também uma cultura ou um tratamento em comum com relação às ruínas, afinal, temos, por exemplo, na Paraíba, monumentos semelhantes, mas que passam, cada um, por ações como recomposição, restauração e requalificação (Casa da Pólvora), anastilose (Ruínas do Almagre) e delimitação do entorno (Forte Velho) ou mesmo ruínas destruídas. De fato, são soluções diferentes para um tipo de monumento que exige restrições, especialmente



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

no exemplo da Casa da Pólvora, que viria a, se de fato foi ruína, contrariar as recomendações internacionais.

É certo que a alegoria emanada de cada fragmento é particular e singular, contudo, as ações de intervenção estrutural e de gestão patrimonial não o deveriam ser. E, de fato, não há normas, regras ou ao menos o costume comum quanto ao tratamento das ruínas, o que poderia contribuir para que ações diferentes entre si e danosas aos monumentos fossem evitadas. Aliado a isto, o próprio conhecimento sobre o conceito e a peculiaridade da ruína também favoreceria em muito a sua preservação enquanto tal. Com isto, na verdade, poderíamos, ao menos em parte, evitar que se arruinem as ruínas patrimoniais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

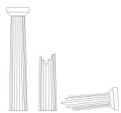
Em meio à mata, ao canavial, ao urbano... Uma ruína, vários sentimentos. No devir da morte e ressoar da preservação, as ruínas se apresentam sensíveis quando sensibilidades despertam. Ainda mais quando postas frente a estratégias de preservação de memórias, a exemplo do tombamento como patrimônio histórico-cultural, e submetidas a diversos tipos de tratamento.

Nos limites possíveis da preservação de bens histórico-culturais, entre salvaguarda e destruição, as ruínas são muito peculiares. Como particulares também são as formas de mantê-la. Mesmo a ruína enquanto um conjunto de fragmentos, estes não se encerram entre em si. Afinal, ainda temos a alegoria. E, nesta alegoria, entre passado e presente, as ruínas despertam inúmeras e variadas interpretações.

Isso pode ser exemplificado pela própria visão que se construiu sobre elas ao longo dos séculos no mundo, uma trajetória marcada por diversas interpretações e reformulações. Assistiu-se, no decorrer desse tempo, a uma valorização cada vez maior do *corpus* de fragmentos. De início, no século XV reconheceu-se a importância das ruínas da Antiguidade Clássica e, até os dias atuais, o movimento continua, atravessado, por exemplo, pelo amplo debate ocorrido no pós-Segunda Guerra Mundial quanto às intervenções de que elas deveriam ser objeto. Nos dias de hoje, observamos a progressiva valorização de ruínas mais recentes, resultantes de parques fabris desativados e dos bombardeios que, nas guerras, produziram e continuam a produzi-las.

Da valorização das ruínas da Antiguidade Clássica observada no período do Renascimento Cultural, houve, posteriormente, a atribuição do seu conceito a resquícios de grandes civilizações, quando passaram a ser vistas como espaços depositários de tesouros arqueológicos que uma série de arqueólogos, viajantes e aventureiros se esforçaram por desbravar.

Numa maior contextualização e emergência da arqueologia enquanto ciência, as ruínas passaram a ser vistas como sítios portadores de informações relevantes – não apenas de tesouros pontuais. No século XIX, ocorreu não apenas esta



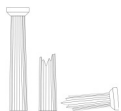
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

sistematização da arqueologia como também da própria preservação patrimonial, em que sobressaem visões diversas sobre como agir frente à ruína; visões essas marcadas por posições conflitantes: mantê-la em seu estado de arruinamento ou reconstruí-la? Naquele momento, o restauro arqueológico tornou-se essencial para um tratamento eficaz das ruínas, tal como se entende atualmente. E, enfim, as ruínas, já disponibilizariam de um tratamento condizente com o seu atual conceito. Algo que poderia ter sido contrariado no pós-Segunda Guerra Mundial a partir da série de reconstruções e restituições implementadas por nações num esforço de reconstrução própria, indicando bem mais um momento de negociação de memórias do que de manutenção de ruínas. Apesar de tudo, este processo viria a contribuir para a preservação delas uma vez que promoveu e instigou o debate acerca de sua proteção. Afinal, se deveria pensar o que se fazer com a cultura material em pedaços que a Europa e Ásia haviam herdado.

O pensamento sobre ruínas e o seu tratamento, portanto, modificou-se conforme se alterava o olhar sobre a mesma; olhar esse que enxergara graça em sua vetustez, que se encantara com o que ela tinha de pitoresco e que, aos poucos, também começara a valorizá-la como monumento justamente por seu aspecto depredado e antigo. O conceito de ruínas, deste modo, não é algo recente, embora permaneça em construção. Ele vem se delineando, desde o olhar maravilhado de viajantes diante das ruínas da cultura Greco-romana, até o momento atual, com novas interpretações despertadas pela própria cultura material arruinada que é constantemente acionada à serviço das sociedades e suas memórias, sempre conflituosas, sempre negociadas.

A contribuição teórica de Benjamin (1985) e Brandi (2004) para isto, acreditamos, vem a consolidar um pensamento que estava sendo construído no olhar, interpretar e proteger as ruínas. E este conceito não pode ser, nas ações de preservação patrimonial, desconsiderado. A não ser que o bem não seja, de fato, ruína.

É no século XX que podemos identificar uma atenção peculiar pela regulamentação da preservação de ruínas através das cartas patrimoniais. Em documentos como a Carta de Atenas de 1931, a Carta de Veneza de 1964 e a Carta Italiana do Restauro de 1972, são recomendadas ações restritas sobre elas,



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

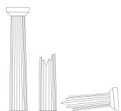
buscando sua preservação. Percebe-se claramente a influência de uma linha de pensamento semelhante ao de Brandi (2004), que afirma, entre outros aspectos, que as ações em ruínas devem ser apenas de consolidação.

As ruínas, deste modo, se transformam tanto em sua essência, o fragmento, como pelo contexto em que se situam. Por isso, elas também variam e se apresentam como complexas e heterogêneas, pois, no mesmo conjunto, se inserem bens muito diferentes, desde aqueles que são símbolos da Antiguidade Clássica, como o Pátemon e o Coliseu, até o Memorial da Paz, a Cúpula de Genbaku, em Hiroshima, exemplos da memória dolorosa, inclusive, dos tempos contemporâneos.

No Brasil, temos uma distância temporal bem menor com relação à defesa das ruínas no mundo se considerarmos a própria cultura material edificada como mais recente do que a do contexto europeu ou asiático. Além disso, a própria sistematização do patrimônio ocorreu também há pouco tempo, com a criação do IPHAN ocorrida apenas em 1937. Contudo, desde seus anos iniciais, o órgão manteve uma política constante de tombamento de ruínas. E entender como estas ruínas foram protegidas e tratadas também merece um esforço.

Em primeiro lugar, trata-se, fundamentalmente, de fragmentos de arquitetura colonial, em sua maioria religiosa ou militar. Principalmente nos primeiros anos de atuação do órgão, em que não é apenas a valorização do ato de tombamento que chama atenção, mas também o corpo de ruínas que se tomba, dentre as quais, inclusive, alguns bens que deixam dúvidas quanto à sua configuração enquanto tal. Afinal, desde Quatremère de Quincy, temos um destaque para a diferença entre as ruínas consolidadas neste estado, e aquelas edificações que apenas se encontram em degradação. É preciso entender tais diferenciações como também aplicar limitações ao uso arbitrário de conceitos como o de remanescentes ao lado do de ruínas, pois se trata de situações bem diferentes. Tais cuidados levariam a uma postura mais firme frente às ruínas e ao que elas são e podem oferecer.

Apesar de várias críticas e equívocos que possam vir a ter acontecido nesse momento, não podemos deixar de ressaltar a evolução do IPHAN frente ao tratamento condizente das ruínas patrimoniais, principalmente nas ações de intervenção. Estas ações entram em maior conformidade, ao longo do tempo, com a proteção de ruínas. Isso se explica, talvez, pela ampliação e maior qualificação do



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

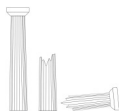
quadro técnico do IPHAN, ou pela maior disseminação das cartas patrimoniais e dos estudos sobre patrimônio, ou mesmo, pelo próprio avanço da proteção patrimonial como um todo no mundo e no Brasil. E estes avanços merecem ser notados.

Contudo, é necessário e urgente padronizar a adoção destes termos e das normas frente a este patrimônio peculiar. Afinal, só com isto se poderá restringir, de fato, ações danosas às ruínas, bem como outras com elas conflitantes. Num contexto em que restaurações e reconstruções ocorreram concomitantemente às ações de respeito à configuração da ruína, como estabilização e consolidação, cabe-nos o entendimento de uma proteção peculiar a um monumento peculiar. Quando isso não ocorre, emergem situações de intervenção bastante complexas, principalmente pela inexistência de uma legislação específica sobre elas, que esteja atenta às suas peculiaridades. Pois, é pelo que não foi dito, pela lacuna, que ações diferentes e prejudiciais, podem acontecer, e já aconteceram, nas ruínas patrimoniais. Afinal, não há onde se aportar. E daí, pode-se acarretar danos irreversíveis às mesmas. Ora, a complexidade deve, conforme o conceito de ruínas, aflorar-se no fragmento e não nas ações de preservação deste.

Em respeito a este tipo particular de patrimônio, então, é necessária uma regulamentação também nacional. E não apenas tomar por base o internacional, que nem sempre é atendido. Isto, a fim de evitar ações diversas em ruínas que podem vir a comprometer seu contexto e valor histórico. Além disto, temos o próprio conhecimento das ruínas e seu conceito como mais uma forma de preservação destas.

Fazem-se necessárias, assim, diretrizes nacionais sobre o tratamento da ruína a partir do seu conceito. E, que venham a contemplar também ações de manutenção, registro e, principalmente, que delimitem restrições quanto às intervenções permitidas ou não no espaço do monumento. Ora, tais questões são conseqüentes do próprio conceito que deve ser entendido, pois dele são derivados todos os cuidados com o bem, considerando a compreensão do que é essencial nele: a relação entre o fragmento e a alegoria da obra.

Ao se pensar a preservação patrimonial, é preciso encontrar um termo em comum que não apenas satisfaça as ações de intervenção, mas também contemple o que a ruína representa em seu conceito e poeticidade, historicidade e alegoria.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

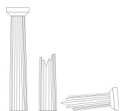
Afinal, é por tais questões que elas se tornam o que são. Tendo na última, a alegoria, o seu maior trunfo e apelo frente às sociedades. No reino da semiótica, não há nada mais poético do que o drama da perda e da interpretação provocado pelas ruínas.

As ausências também podem ser encontradas nas próprias cartas patrimoniais, já que estas não contemplam cada lugar em suas complexidades. Isso torna ainda mais interessante e necessário um debate local sobre as necessidades da própria sociedade que se beneficiará de tais cuidados com seu patrimônio.

Ainda mais, as ruínas são documentos históricos e arqueológicos, são poeticidade pelo olhar e alegoria pelo fragmento, e por isso merecem ser respeitadas. Provavelmente vários outros aspectos, que não tratamos neste trabalho devem ser considerados, pois diante da complexidade do patrimônio e da memória, não é possível abarcar a realidade como um todo se não por conceitos.

Tomando a proteção de ruínas patrimoniais pelo IPHAN na Paraíba, demonstramos que todas elas apresentam características comuns: foram tombadas em 1938, têm origem no período colonial, padecem ou padeceram de problemas recorrentes e semelhantes a exemplo de sofrerem com a especulação imobiliária, com a falta de ações sistemáticas de preservação e, principalmente, com o abandono. Entretanto, apesar destas semelhanças, todas passaram por gestões de preservação diferenciadas, tais como recomposições, anastilose, delimitação de entorno, destruição e cancelamento de tombamento. Na verdade, as únicas ações em comum a estes bens seriam as vistorias e as limpezas.

Propusemos tal estudo a fim de entender as peculiaridades existentes no tratamento das ruínas no Brasil e na Paraíba pelo IPHAN. Contudo, ao final, percebemos que, no país, elas são vistas ora como patrimônio de modo geral, sem consideração de suas características inerentes e singulares e que interfeririam em seu tratamento, ora como ruínas patrimoniais. E é a falta destas regras ou mesmo deste tratamento particular que prejudica a proteção de ruínas no país, que perpassa legislação patrimonial e também a falta da consolidação do conceito de ruínas em meio ao conceito de patrimônio. Tanto é que temos recorrente confusão de termos, não apenas técnicos, como restauração, mas, principalmente, o uso inadequado ou generalizante de termos como “remanescentes” e “semi-ruínas” ao



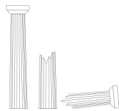
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

próprio uso corriqueiro e, por vezes, infundado, do termo “ruínas”, ora como estado de degradação, ora como o seu termo deve convir entre fragmento e alegoria, enquanto “ruína patrimonial”.

Os não-ditos, então, são aqueles que permeiam o tratamento atual das ruínas no Brasil, quando deveriam ser os não-ditos dos fragmentos, responsáveis diretos de sua alegoria. A única lacuna que deveria ser permitida, de fato, é a lacuna da ruína em seu fragmento.

E estes não-ditos tornam possíveis, no país, uma série de casos de reconstruções e demais ações não condizentes com uma situação de ruína. Ou mesmo, debates insuficientes quanto ao seu conceito e que, por vezes, levam a neologismos teoricamente sem fundamento, como é o caso das ditas semi-ruínas. E, ainda mais, estes não-ditos não permitem que o conceito de ruína, como proposto aqui por Benjamin (1985) e Brandi (2004), seja contemplado em sua complexa significação ou mesmo, e pior, não consegue atribuir valor e uma exposição contextualizada e completa das mesmas – em sua alegoria, conservação e correlação com o espaço em que se inserem.

Essa instabilidade no seu tratamento pode vir a ser revertida através do cuidado com seu conceito e as implicações advindas deste, bem como por uma legislação que venha a considerá-lo em sua proteção inicial – tombamento – e ações futuras, ou mesmo determinações técnicas que viessem a direcionar a sua proteção. Dos não ditos, das lacunas, da complexidade e, por fim, da alegoria, estes devem existir no tratamento de ruínas, mas apenas como forma de qualificar o fragmento. As ações de preservação patrimonial, sobre as quais nos debruçamos neste trabalho, deveriam contemplar a ruína em sua amplitude. Amplitude esta que, nelas, aparenta não haver limites para a preservação de memórias, em toda sua poética, em toda a angústia de sua existência.



REFERÊNCIAS

1. Fontes primárias

1.1 Cartas patrimoniais

CARTA DE ATENAS. Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus, de outubro de 1931. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em 01 de setembro de 2009.

CARTA DE ATENAS. Generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas, novembro de 1933, de novembro de 1933. CIAM. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em 01 de setembro de 2009.

CARTA de Brasília. Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade, em 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

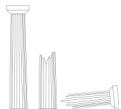
CARTA DE BURRA. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, realizado na Austrália, em 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=251>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

CARTA de Cabo Frio. Encontro de Civilizações nas Américas, em outubro de 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=259>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

CARTA de Florença. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em maio de 1981. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=252>>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

CARTA de Fortaleza. Seminário: Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção, ocorrido de 10 a 14 de novembro de 1997. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

CARTA de Lausanne. Carta para Gestão e Proteção de Patrimônio Arqueológico, de 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

CARTA de Machu Picchu. Encontro Internacional de Arquitetos ocorrido em dezembro de 1977. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=250>>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

CARTA de Mar del Plata. Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível, de junho de 1997. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=269>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

CARTA de Nara. Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial, de 06 de novembro de 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

CARTA de Petrópolis. 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

CARTA DE VENEZA. II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos de Monumentos Históricos, em maio de 1964. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em 01 de setembro de 2009.

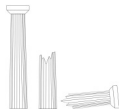
CARTA de Washington. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=256>>. Acesso 04 de setembro de 2009.

CARTA de Washington. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1997. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

CARTA DO RESTAURO. Carta do Restauro, do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, de 06 de abril de 1972. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em 01 de setembro de 2009.

CARTAGENA de Índias – Colômbia. Decisão 460 sobre proteção, recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina, de 25 de maio de 1999. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=270>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

COMPROMISSO de Brasília. I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, de abril de 1970. Disponível em:



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

COMPROMISSO de Salvador. II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil de outubro de 1971. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=241>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

CONFERÊNCIA de Nara. Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial, de 06 de novembro de 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=264>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

DECLARAÇÃO de Amsterdã. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu de outubro de 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

DECLARAÇÃO de Estocolmo. Assembléia Geral das Nações Unidas de 05 a 16 de junho de 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=243>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

DECLARAÇÃO DE NAIRÓBI. Assembléia Mundial dos Estados de 10 a 18 de maio de 1982, no Quênia. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=253>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

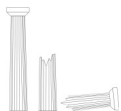
DECLARAÇÃO de Nairóbi. Assembléia Mundial dos Estados de 10 a 18 de maio de 1982, no Quênia. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=253>>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

DECLARAÇÃO de São Paulo II. Recomendações brasileiras à XI Assembléia Geral do ICOMOS, de 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=272>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO. Por ocasião da Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza em 1989. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em 01 de setembro de 2009.

DECLARAÇÃO de Sofia. Declaração de Sofia de 09 de outubro de 1996, elaborada durante a XI Assembléia Geral do ICOMOS. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=267>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

DECLARAÇÃO de Tlaxcala. 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental de outubro de 1982. Disponível em:



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=254>>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

DECLARAÇÃO do México. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, de 1982. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

MANIFESTO de Amsterdã. Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico - Ano do Patrimônio Europeu, outubro de 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=247>>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

NORMAS DE QUITO. Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico em nov/dez de 1967. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

RECOMENDAÇÃO de Nairóbi. 19ª Sessão da UNESCO ocorrida em novembro de 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

RECOMENDAÇÃO DE NOVA DELHI. 9ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, ocorrida em 05 de novembro de 1956. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em 01 de setembro de 2009.

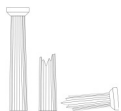
RECOMENDAÇÃO DE PARIS. 12ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 09 de novembro a 12 de dezembro de 1962. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=235>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

RECOMENDAÇÃO de Paris. 13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, em 19 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=273>>. Acesso em 01 de setembro de 2009.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS. 15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de novembro de 1968. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=239>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

RECOMENDAÇÃO de Paris. 25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO - Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 15 de novembro de 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=261>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

RECOMENDAÇÃO de Paris. 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 17 de outubro de 2003 - Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em:



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

RECOMENDAÇÃO de Paris. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 16 de novembro de 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

RECOMENDAÇÃO Europa. Sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes de políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros em 11 de setembro de 1995, por ocasião do 543º encontro de vice-ministros. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

RESOLUÇÃO de São Domingos. I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Momumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela OEA, de dezembro de 1974. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=245>>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

1.2 Sobre leis brasileiras

COLETÂNEA de leis sobre preservação. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

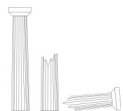
1.3 Sobre ruínas protegidas pelo IPHAN no Brasil

A UNIÃO. Ainda a Casa da Pólvora. In: *Jornal A União*. 23 de agosto de 1953. João Pessoa, PB.

A UNIÃO. Querem derrubar a Casa da Pólvora. In: *Jornal A União*. 19 de agosto de 1953. João Pessoa, PB.

A UNIÃO. Querem derrubar a Casa da Pólvora. In: *Jornal A União*. 20 de agosto de 1953. João Pessoa, PB.

ANDRADE, Cyntia. Lugares de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. *Pasos: Revista de turismo e patrimônio cultural*. Vol



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

6. Nº 3. 2008. p. 569-590. Disponível em <http://www.pasosonline.org/Publicados/6308/PS0308_13.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2010.

ANDRADE, Rodrigo M. F. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ANDRADE, Rodrigo M. F. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ARQUIVO NORONHA SANTOS. *Base de dados*. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em 02 de janeiro de 2009.

ASSOCIAÇÃO dos Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico celebra primeiro aniversário. *Jornal Pequeno On Line*. 03 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/2007/7/3/Pagina59362.htm>>. Acesso em 02 de julho de 2010.

BAPTISTA, Jean; BAUER, Letícia; PRESA, Alejandra. As ruínas e seus personagens no século XIX. *Biblos*, Rio Grande, nº 20. 2006. p. 179-193.

BATISTA NETO, João. *Recepção estética e turismo nas ruínas jesuíticas de São Miguel Arcanjo-RS*. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lapa/versaoportugues/2c86a.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2010.

BITTENCOURT, Luis Cláudio. Pedras que rugem: notícias sobre sete povos das missões. *Revista CPC*, São Paulo, n. 9, p. 99-116, nov. 2009/abr. 2010.

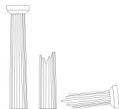
BORGES, Haroldo Escorel. *Retalhos de uma Vida*. João Pessoa, Paraíba, 2004.

BRASIL, Presidência da República. Cultura. In: BRASIL. Presidência da República. *Mensagem ao Congresso Nacional 2002: na Abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura*. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/cultura.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2010.

CARVALHO, Hermilino; NOLASKO, Marjorie. Um passo e você já não está no mesmo lugar: turismo e modificação ambiental. *Global Turism: História Ambiental e Turismo*. Vol. 4 nº 1. Maio de 2008. p. 1-15 Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/turismo%20e%20modificacao%20ambiental.pdf>>. Acesso em 05 de julho de 2010.

CARVALHO, Juliano. Forte Velho – Possível Cronologia. Trabalho não-publicado. 2010.

CARVALHO, Nayra (assessor de gabinete). Deputado quer reforma do Palácio dos Capitães Generais. In: *JusBrasil Notícias*. 18 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/950366/deputado-quer-reforma-do-palacio-dos-capitães-generais>>. Acesso em 29 de junho de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

CHAVES, Frutuoso. Um Santuário em Ruínas. *Revista A Semana: Ética, Política e Comportamento*. 28 de maio a 4 de junho de 1999.

EMBRAPA busca apoio para preservar engenho. *Museu em Pauta*. Informativo eletrônico Museu Paraense Emílio Goeldi. nº 15. Belém, 14 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/museuempauta/noticias/museu_na_midia/14122007/terceira.html>. Acesso em 02 de julho de 2010.

EMBRAPA. Passos e espaços da memória na Embrapa Amazônia Oriental. *Embrapa*. 21 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.cpatu.embrapa.br/noticias/2008/passos-e-espacos-da-memoria-na-embrapa-amazonia-oriental>>. Acesso em 02 de julho de 2010.

FOLHA de São Paulo. Alcântara quer abrigar turista por 3 dias. In: *Folha On Line*. 15 de março de 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u3930.shtml>>. Acesso em 20 de julho de 2010.

FUNDARPE. *Igreja Nossa Senhora de Nazaré e ruínas do convento Carmelita*. Disponível em <http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio13_nazare.html>. Acesso em 01 de julho de 2010.

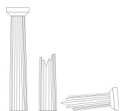
G1. Ruínas do engenho em Belém podem virar espaço de lazer e pesquisas: engenho Murutucu foi construído no século XVIII. Área está abandonada, mas Embrapa diz que planeja revitalizar área. *G1 Notícias*. 18 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1006114-5598,00-RUINAS+DE+ENGENHO+EM+BELEM+VIRAM+ESPACO+DE+LAZER+E+PESQUISAS.html>>. Acesso em 02 de julho de 2010.

HONOR, André Cabral; OLIVEIRA, Carla Mary S. *O aldeamento do Almagre nas fontes documentais coloniais* (século XVII e XVIII) - Relatório Final - 1º ano de pesquisa. João Pessoa: PIBIC/UFPB/CNPq; DH/CCHLA/UFPB, 2006. Trabalho não-publicado.

HONOR, André Cabral; OLIVEIRA, Carla Mary S. *O aldeamento do Almagre nas fontes documentais coloniais* (século XVII e XVIII) - Relatório Parcial - 2º ano de pesquisa. João Pessoa: PIBIC/UFPB/CNPq; DH/CCHLA/UFPB, 2007. Trabalho não-publicado.

INEPAC. *Guia de Bens tombados* – consulta de bem. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=93>. Acesso em 28 de junho de 2010.

IPHAN entrega monumentos em Alcântara e São Luís. *Tribuna do Maranhão*. 14 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.tribunadomaranhao.com.br/noticia/iphan-entrega-monumentos-em-alcantara-e-sao-luis-4469.html>>. Acesso em 29 de junho de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

IPHAN. Alcântara reinaugura monumentos e recebe verbas para novas restaurações. *Patrimônio: lazer e turismo*. Seção Painel. Janeiro de 2005. Disponível em < <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/painel.php?cod=136>>. Acesso em 30 de junho de 2010.

JANSEN, Roberta. Ruínas da conquista dos sertões do Rio: convento testemunha disputas entre frades e índios no século XVII. *Itaboraí Web List*. 06 de outubro de 2007. Disponível em <<http://www.itaboraiweblit.com.br/Ci%C3%AAncia-e-Tecnologia/Ru%C3%ADnas-da-conquista-dos-sert%C3%B5es-do-Rio.html>>. Acesso em 27 de junho de 2010.

JORNAL do Comércio. A Casa da Pólvora. In: *Jornal do Comércio*. 20 de agosto de 1953. Recife, PE.

JORNAL do Comércio. Na Assembléia Paraibana. In: *Jornal do Comércio*. 22 de agosto de 1953. Rio de Janeiro, RJ.

JORNAL do Comércio. Também Protestou. In: *Jornal do Comércio*. 21 de agosto de 1953. Recife, PE.

JORNAL ESTADÃO. Traíras, cidade histórica de Goiás, corre o risco de ruir. In: *Jornal Estadão.com.br*, 01 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,trairas-cidade-historica-de-goias-corre-o-risco-de-ruir,412064,0.htm>>. Acesso em 09 de abril de 2010.

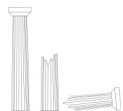
LOSEKANN, Silvana. Prédios tombados são subutilizados. *Defender: Defesa Civil do Patrimônio Histórico*. 20 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.defender.org.br/predios-tombados-sao-subutilizados/>>. Acesso em 28 de junho de 2010.

MAIA, Isaura Amélia; MAIA, Trícia Rosado. *Patrimônio Arquitetônico*. Tradução Elisa Cunha e Valerie Angus. Natal: Fundação José Augusto, 2006. Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/upload/cartilha_arquitetonico_1168340829.pdf> Acesso em 25 de junho de 2010.

MARIUZZO, Patrícia. Trens e cana-de-açúcar. *Patrimônio: revista eletrônica do IPHAN*. Disponível em <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=167>>. Acesso em 02 de julho de 2010.

MELLO NETO, Ulysses P. & MELLO, Virgínia P. *A igreja de Nossa Senhora de Nazaré (ruínas do Almagre)*. João Pessoa: s.r., 2000. Trabalho não publicado. Relatório interno do IPHAN, 20ª Superintendência Regional.

MELO, Clebson P. Relato de Ciclovigem João Pessoa-Natal. *Trilhas e Aventuras* (Sítio de Internet). 15 de agosto de 2003. Disponível em: <http://www.trilhaseaventuras.com.br/diarioviagem/aventura.asp?id=89>. Acesso em 06 de janeiro de 2009.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. *História da Fortaleza de Santa Catarina*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.

NUNES, Manuelina Porto. *Almagre: uma história, um lugar*. João Pessoa: CT-UFPB, 2000 (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo).

OLIVEIRA, Carla Mary S. Em torno do uso turístico do patrimônio histórico: o caso da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre (Cabedelo - PB). *Veredas - Revista Científica de Turismo*, Cabedelo - PB, LABTUR-IESP, ano I, n. 1, jul./ 2002, p. 47-58.

PIMENTEL, Altamar de Alencar. *Igreja de Nazaré da Praia do Almagre*. João Pessoa, PB: 2005.

PONTES, Anna Maria de Lira; OLIVEIRA, Carla Mary S. *Patrimônio histórico e políticas de preservação patrimonial na Paraíba: o caso das Ruínas do Almagre (1938 - 2004) - Relatório Final - 1º ano de pesquisa*. João Pessoa: PIBIC/UFPB/CNPq; DH/CCHLA/UFPB, 2006. Trabalho não-publicado.

PONTES, Anna Maria de Lira; OLIVEIRA, Carla Mary S. *Patrimônio histórico e políticas de preservação patrimonial na Paraíba: o caso das Ruínas do Almagre (1938 - 2004) - Relatório Final - 2º ano de pesquisa*. João Pessoa: PIBIC/UFPB/CNPq; DH/CCHLA/UFPB, 2007. Trabalho não-publicado.

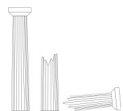
ROCHA, Eduardo. Murutucu pede socorro: memória de Antonio Landi e da Cabanagem se perde no meio da mata da Embrapa, sem nenhuma providência pública. *Museu em Pauta*. Informativo eletrônico Museu Paraense Emílio Goeldi. nº 11. Belém, 09 de novembro de 2007. Disponível em <http://www.museu-goeldi.br/museuempauta/noticias/museu_na_midia/09112007/nona.html>. Acesso em 02 de julho de 2010.

RODRIGUES, Reginaldo. Sítio do Físico: construção arqueológica que guarda os segredos da época. *Jornal Cazumbá*. 31 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.jornalcazumba.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=149&Itemid=63>. Acesso em 28 de junho de 2010.

RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro Sentimental de uma cidade*. 2ª Ed. João Pessoa: A União Editora, 1994. [1ª Ed. de 1964]

SANTOS, João Domingues dos. *Breve notícia histórica sobre o Convento da Praia - Ponta de Campinas - Estado da Paraíba do Norte*. João Pessoa: s.r., 12 ago. 1938, 14 p. Trabalho não publicado. Rio de Janeiro, Palácio Gustavo Capanema, Processo 41-T-38.

SOARES, Claudia. Parque Nacional do Caraça, MG: paraíso escondido nas montanhas de Minas Gerais. *Revista Museu*. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/naestrada/naestrada.asp?id=2511>>. Acesso em 01 de julho de 2010.



TOCANTINS. Lei Nº 2.191. Publicado no Diário Oficial nº 3.013, 10 de novembro de 2009. Disponível em < http://www.al.to.gov.br/arq/AL_arquivo/23333_Lei2191-09.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2010.

2. Fontes Secundárias

ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALBUQUERQUE, Marcos Antônio Gomes de. Remanescentes materiais do período pombalino no Amapá. *Revista Brasileira de Arqueometria*. Restauração e Conservação. Vol 01, nº 06. p. 313-319.

ARAÚJO, Denise Puertas. A importância da definição de termos e conceitos na sustentabilidade da “teoria” da restauração de Cesari Brandi. *Anais II Encontro de História da Arte*. IFCH-Unicamp, 27-29 de março de 2006. Campinas, SP. P. 1-7.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Tradução Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. A Restauração arquitetônica entre o passado e o presente. *Rua 8*, Salvador. p. 18-23.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. O Castelo Revisitado: contexto e percepção. *Rua 8*, Salvador. p. 128-130.

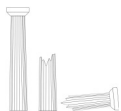
BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vechio/Zygmunt Bauman*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENEVOLO, Leonardo. *Introdução à Arquitetura*. Tradução Maria Manuel Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

BOITO, Camilo. *Os Restauradores*: Conferência na Exposição de Turim (07/06/1884). 2ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: lembranças dos velhos. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. 2ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

Cadernos do PROARQ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2007.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. *Formação territorial da Mata Paraibana, 1750-1808*. Salvador, 2008. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.

CASTELNOU NETO, Antonio Manoel N. *A intervenção arquitetônica em obras existentes*. Semina, Ci. Exatas/Tecnol., v.13,n.4, dezembro, 1992. p. 265-268.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora da UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Dicionário de Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Artshow Books, 1989.

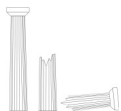
CORREIO da Paraíba. Mirante do atalaia será reformado. In: Correio da Paraíba, 02 de outubro de 2006, João Pessoa, PB.

CURY, Cláudia Engler. *Políticas Culturais*: subsídios para construções de brasilidade. [tese de doutorado]. São Paulo: Unicamp, 2002.

DEFENDER: Defesa Civil do Patrimônio Histórico. Justiça mantém decisão que obriga mineradora Vale a preservar primeira fábrica de ferro do país. In: *Defender*. Disponível em: <<http://www.defender.org.br/justica-mantem-decisao-que-obriga-mineradora-vale-a-preservar-primeira-fabrica-de-ferro-do-pais/>>. Acesso em: 08 de abril de 2010.

DESROCHERS, Brigitte. Ruins Revisited: modernist conceptions of heritage. In: *The Journal of Architecture*. v.5, Issue 01, Março, 2000. p. 35-46.

DIAS, Maria Ângela; NÓBREGA, Cláudia; BOUSQUET, Francyla. História da arquitetura como ferramenta de preservação: o caso da restauração do antigo Hotel



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Sete de Setembro. *Revista Brasileira de Arqueometria*. Restauração e Conservação. Vol 01, nº 02. p. 36-40.

FARIAS, Talden. O Caso do Moinho de Tambaú. *Revista Datavenia*. Ano VIII, Nº 74, Maio, 2004. Disponível em: <<http://www.datavenia.net/opiniao/casomoinhotambau.htm>>. Acesso em 09 de julho de 2010.

FERREIRA, Beatriz Rodrigues. Os passos pedem passagem: um estudo etnográfico sobre ruínas de estações ferroviárias no sul do RS. *Anais II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. 12-14 de maio de 2009. Londrina, PR. p. 299-307.

FERREIRA, Beatriz Rodrigues. Os silêncios da cidade: as ruínas e suas capacidades memoriais. *Anais do V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul*. 20-23 de novembro de 2006. Rio Grande, RS. p. 1-5.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc/ IPHAN, 2005.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades – narrativas, patrimônios e memórias. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 33, Ano 12, fevereiro, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

GOMBRICH, E. H. Uma história sem fim. In: _____. *A História da arte*. Tradução Alvaro Cabral. 16ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

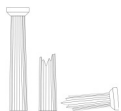
HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 10ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. *Estudos Avançados*. Vol. 10, nº 26. São Paulo, janeiro/abril, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141996000100025&script=sci_arttext>. Acesso em 27 de junho de 2010.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1990.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

JORGE, Vitor Oliveira. *Arqueologia, património e cultura*. Portugal: Instituto Piaget, 2000 (Coleção O Homem e a Cidade).

KÜHL, Beatriz Mugayar. A Restauração de Monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. *Revista CPC*. São Paulo, n.3, Nov 2006/ Abril 2007 p. 110-144.

KÜHL, Beatriz Mugayar. O tratamento de superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N.Sér, v.12. janeiro/dezembro, 2004. p. 309-330.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Quatremère de Quincy e os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruínas da sua Encyclopedie méthidique. In: *Rotunda*. n.2, 2003, p.100-106. Disponível em <www.iar.unicamp.br/rotunda02.pdf>. Acesso em 08 de janeiro de 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 3ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela. Breve história da conservação e do restauro. In: *Engenharia civil*: um. n.20, 2004.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Vol II. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 1977.

MATOS, Olga. Notas Soltas sobre a “Descoberta” da arqueologia no século XIX. In: *Práxis Archaeologica*. n.2, 2007, p.75-96.

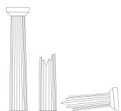
MATOS, Olga. Valorização de sítios arqueológicos. In: *Práxis Archaeologica* nº 3, 2008, p.31-46. Disponível em: <http://www.praxisarchaeologica.org/issues/PDF/2008_3146.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2009.

MEMÓRIA JOÃO PESSOA. Disponível em: <<http://www.memoriajoaopessoa.com/>>. Acesso em 01 de junho de 2010.

MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra Vitoriana*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

MINISTÉRIO Público do Estado de Minas Gerais. *Justiça mantém decisão que obriga mineradora Vale a preservar primeira fábrica de ferro do país*. 29 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/noticia/index/id/12215>>. Acesso em 09 de abril de 2010.

MOREIRA, Paulo Alexandre da Fonseca. O Centro químico de integração do complexo petroquímico do Rio de Janeiro. In: _____. *Marketing social corporativo comunitário: um estudo sobre o centro de integração do complexo petroquímico do*



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado em Administração). Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Administração, 2008.

MORI, Victor. Arqueologia e restauração: anotações para debate. In: MORI, Victor; SOUZA, Marise Campos; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (orgs.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/ IPHAN, 2006.

Musée Virtuel de Dictionnaires, *Antoine Furetiere* (Paris, 1619, 1688, Paris). Disponível em: <<http://www.u-cergy.fr/dictionnaires/auteurs/furetiere.html>>. Acesso em 22 de abril de 2010.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico*. Recife: IFCH-UFPE, 2002 (Dissertação de Mestrado em História).

OLIVEIRA, Carla Mary S. *O Barroco na Paraíba: arte, religião e conquista*. João Pessoa: Editora Universitária/IESP- Instituto Superior de Educação, 2003.

PARAIZO, Mariângela de Andrade. *As Cidades Folheadas de Borges e Benjamin*. Interletras, Dourados-MS, v.1, n. 5, p. 1-10, 2006.

PESAVENTO, Sandra. Memória e História: marcas da violência. In: *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. v.3. Ano III. n.3. Jul/Ago/Set 2006.

PODGORNY, Irina. *Antigüedades portátiles: transportes, ruinas y comunicaciones en la arqueología del siglo XIX*. História, Ciências, Saúde: Manguinhos, Rio de Janeiro. Vol. 05, nº 3, julho/setembro de 2008. p. 577-595.

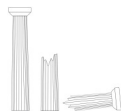
POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://api.ning.com/files/LI8EhWKOjnpBzyw257Y0NHNZ7xcrf09jmLgegffTskrMH*4bgGuha7RjunwpB7V0vtLjHGOM-t7nk*godglpjyxrGZxl1DJ8/MemriaeldentidadeSocial.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. v.2, n.3. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 3-15. Disponível em: <http://www2.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2010.

PRESERVAÇÃO: A ética das intervenções (1996: Belo Horizonte). *Anais do Seminário Preservação: A ética das intervenções*. Belo Horizonte: IEPHA, 1997.

PROGRAMA Petrobras Cultural 2006 divulga projetos aprovados. *Revista Museu*. Disponível em <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=9582>>. Acesso em 25 de junho de 2010.

QUINCY, Quatremère de. Verbetes: Restauração, Restaurar, Restituição, Ruína. In: *Rotunda*. n.2. p. 107-117. Disponível em <www.iar.unicamp.br/rotunda02.pdf>. Acesso em 08 de janeiro de 2010.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

RAMOS, Iolanda. *O Poder do pó: o pensamento social e político de John Ruskin (1819-1900)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002

REDAÇÃO. Investimentos do Governo no patrimônio resgatam história dos municípios da região Oeste. *Notícias NX*. 11 de junho de 2010. Disponível em <http://www.noticiasnx.com.br/2010/index.php?option=com_content&view=article&id=12263:investimentos-do-governo-no-patrimonio-resgatam-historia-dos-municipios-da-regiao-oeste&catid=47:ultimas-noticias>. Acesso em 03 de julho de 2010.

REKAWEK, Jolanta. Um patrimônio sem capital histórico: o caso de Varsóvia. V *Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. 27-29 de maio de 2009. Salvador, BA.

RIEGL, Alöis. *O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese*. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

RUSKIN, John. *As Pedras de Veneza*. Tradução de Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

RYKWERT, Joseph. *A Sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As tensões da modernidade. In: *Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. UFRJ*, 2005. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/pacc/z/ensaio/boaventura.htm>>. Acesso em 15 de agosto de 2009.

SANTOS, Jeims Duarte. A nova pátina: ensaio de uma acepção contemporânea de ruína. *15º Encontro Nacional da ANPAP*. 2007, Salvador. Arte: limites e contaminações. Salvador: Edições ANPAP, 2006. v. 1. p. 166-174.

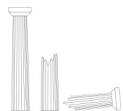
SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Alfredo Mendonça. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro, RJ, ADESA – Associação de Docentes da Estácio de Sá, 1997.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. *Metodologias de intervenção em edificações antigas realizadas no Brasil e na Europa com possibilidade de utilização da estrutura metálica*. *Revista Brasileira de Arqueometria*. Restauração e Conservação. Vol. 01, nº 05. p. 226-231.

UNESCO. *World Heritage List*. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/en/list>>. Acesso em 02 de julho de 2010.

VIGAGORDILHO (org.). *Ruínas Fratelli Vita: intervenções*. Teoria e técnicas de processos artísticos. Salvador: MAMETO, 2009.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

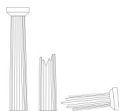
VIGAGORDILHO. Ruínas Fratelli Vita: uma experiência como artista-curadora. *Anais 16º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas: Dinâmicas Epistemológicas em Artes Visuais*. Florianópolis, 2007.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

VOLNEY, Constantin François de. *The Ruins*. Tradução Project Gutenberg. The Project Gutenberg Etext, julho de 1998.

ZEIN, Ruth; MARCO, Anita Di. A Rosa por outro nome tão doce... seria?. *Anais do 7º Seminário DOCOMOMO*. Porto Alegre. 22 a 24 de Outubro, 2007.

ANEXOS



ANEXO A

Seguem abaixo descrições dos Arquivos pesquisados durante a elaboração da dissertação.

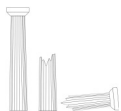
1. Arquivo central do IPHAN

Segue abaixo a lista dos dados catalogados na Pesquisa no Arquivo Noronha Santos, localizado no oitavo andar do Palácio Gustavo Capanema, ou – como é mais conhecido – o prédio do MEC (Ministério da Educação), localizado na Rua da Imprensa, nº 16. Centro. Rio de Janeiro-RJ, com horário de atendimento de 13 às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

O arquivo em questão conta com documentos referentes às ações de inventário, intervenções e tombamentos dos monumentos protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Nesta pesquisa realizada, num primeiro momento, entre os dias 05 e 09 de outubro de 2009 e, depois, de 05 a 14 de novembro de 2009, foi possível catalogar as ações do IPHAN nos monumentos em ruínas de interesse para a pesquisa em questão através dos processos de tombamento e das séries Inventário e Obras. Além destas fontes, o arquivo conta também com uma série intitulada Arqueologia, não pesquisada por indisponibilidade da mesma no momento da coleta dos dados.

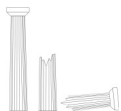
Foram consultados os processos referentes às ruínas tombadas nacionalmente e listadas a seguir por ordem cronológica dos tombamentos:

- 1) Ruínas da Igreja de São Miguel e remanescentes do Povo de São Miguel, em São Miguel das Missões-RS
 - a. Processo de tombamento nº 141-T-38.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01/M030/P04/ Cx.0576/ P.0002 / Envelopes 01;02;03;04;05.



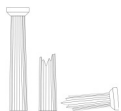
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

- ii. AA01/M030/P04/ Cx.0576/ P.0003 / Envelopes 01;02;03;04;05;06).
 - iii. AA01/M030/P04/ Cx.0577/ P.0001 / Envelope: 01;02;03;04.
 - iv. AA01/M030/P04/ Cx.0577/ P.0002 / Envelopes 01;02;03;04;05;06.
 - v. AA01/M030/P04/ Cx.0577/ P.0003 / Envelopes 01;02;03;04;05;06;07.
 - vi. AA01/M033/P03/ Cx.0746/ P.2813.
 - vii. AA01/M033/P03/ Cx.0747/ P.2816.
- 2) Ruínas da Casa da Pólvora
- a. Processo de tombamento nº 272-T-SPHAN.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01/M025/P05/ Cx.0289/ P.0001 / Envelopes 09;10.
 - c. Série Obras:
 - i. AA01/M043/P01/ Cx.0332/ P.1411, AA01/M043/P01/ Cx.0332/ P.1412.
 - ii. AA01/M054/P03/ Cx.0317/ P.0917.
 - iii. AA01/M054/P03/ Cx.0317/ P.0919.
 - iv. AA01/M054/P03/ Cx.0319/ P.0923, AA01/M054/P03/ Cx.0319/ P.0924).
- 3) Ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica, em Ouro Preto-MG
- a. Processo de tombamento nº 31-T-38.
- 4) Ruínas de Forte Velho, em Cabedelo-PB
- a. Processo de tombamento nº 0048-T-38.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01/M025/P06/ Cx.0292/ P.0002 / Envelope 01 (envelope vazio).
- 5) Ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, em João Pessoa-PB (
- a. Processo de tombamento nº 41-T-38.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01/M025/P06/ Cx.0292/ P.0002 / Envelope 01 (envelope vazio).
 - ii. AA01/M025/P06/ Cx.0287/ P.0002 / Envelope 02, 03, 04.



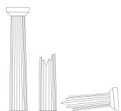
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

- 6) Convento de Santo Antônio de Paraguassú-BA: igreja e ruínas, em Cachoeira-BA
- a. Processo de tombamento nº 0231-T-41.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01 Mod.21/ Cx.0019/ P.0002 / Envelopes 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 08; 09; 10; 11.
 - c. Série Obras:
 - i. AA01 Mód. 37/ Cx.0007/ P.0035 / Envelopes 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 08; 09; 10.
 - ii. AA01 Mód. 49/ Cx.0038/ P.0097 / Envelopes 01; 02; 03; 04.
- 7) Ruínas do sobrado próximo a Capela de Nossa Senhora da Pena
- a. Processo de tombamento nº 231-T-41.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01 Mod.21/ Cx.0021/ P.0001 / Envelopes 06; 07.
 - c. Série Obras:
 - i. AA01 Mód. 37/ Cx.0011/ P.0046 / Envelopes 01; 02.
 - ii. AA01 Mód. 37/ Cx.0011/ P.0045 / Envelopes 01; 02; 03; 04.
- 8) Ruínas do Convento de São Bernardino de Sena, em Angra dos Reis-RJ
- a. Processo de tombamento nº 371-T47.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01/M027/P02/ Cx.0377/ P.0001 / Envelopes 01; 02; 03; 03.1; 04; 04.1; 05; 06.
 - ii. AA01M027/P02/ Cx.0377/ P.0002 / Envelopes 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07.
 - c. Série Obras:
 - i. AA01/M043/P06/ Cx.0370/ P.1581.
 - ii. AA01/M056/P02/ Cx.0426/ P.1215.
 - iii. AA01/M056/P02/ Cx.0427/ P.1216.
 - iv. AA01/M056/P02/ Cx.0427/ P.1217.
 - v. AA01/M056/P02/ Cx.0427/ P.1218.
 - vi. AA01/M056/P02/ Cx.0428/ P.1221.
- 9) Conjunto arquitetônico e paisagístico de Alcântara-MA
- a. Série Inventário:
 - i. AA01/M022/P06/ Cx.0118/ P.0001 / Envelopes 01; 02; 03.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

- ii. AA01/M022/P06/ Cx.0118/ P.0002 / Envelopes 01; 02; 03.
 - iii. AA01/M022/P06/ Cx.0118/ P.0003 / Envelopes 01; 02; 03.
 - iv. AA01/M022/P06/ Cx.0119/ P.0001 / Envelopes 01.
 - v. AA01/M022/P06/ Cx.0119/ P.0002 / Envelopes 01; 02; 03.
 - vi. AA01/M022/P06/ Cx.0119/ P.0003 / Envelopes 01;02;03.
 - vii. AA01/M022/P06/ Cx.0120/ P.0001 / Envelope 01.
 - viii. AA01/M023/P01/ Cx.0121/ P.0002 / Envelopes 01; 02; 03; 04; 05; 06.
 - ix. AA01/M023/P01/ Cx.0121/ P.0003 / Envelopes 01;02;03;04;05.
 - x. AA01/M023/P01/ Cx.0122/ P.0001 / Envelopes 01;02;03;04;05.
 - xi. AA01/M023/P01/ Cx.0122/ P.0002 / Envelopes 01; 02; 03; 04; 05; 06.
 - xii. AA01/M023/P01/ Cx.0123/ P.0001 / Envelopes 01;02;03;04;05.
 - xiii. AA01/M023/P01/ Cx.0123/ P.0002 / Envelopes 01;02;03;04;05.
 - xiv. AA01/M023/P01/ Cx.0124/ P.0001 / Envelopes 01;02;03;04;05.
 - xv. AA01/M023/P01/ Cx.0124/ P.0002 / Envelopes 01;02;03;04;05.
 - xvi. AA01/M023/P01/ Cx.0125/ P.0001 / Envelopes 01;02;03;04;05.
 - xvii. AA01/M023/P01/ Cx.0125/ P.0002 / Envelopes 01;02;03;04;05.
 - xviii. AA01/M023/P01/ Cx.0126/ P.0001 / Envelopes 01;02;03;04;05.
 - xix. AA01/M023/P01/ Cx.0126/ P.0002 / Envelopes 01;02;03;04;05.
- 10) Igreja de Nossa Senhora do Rosário e ruínas da Igreja de São José do Tocantins, em Niquelândia-GO
- a. Processo de tombamento nº 510-T-54.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01/M022/P06/ Cx.0113/ P.0001 / Envelopes 06;07;08;09.
- 11) Ruínas da Igreja de Santana, em Rio de Contas-BA
- a. Processo de tombamento nº 0446-T.
 - b. Série Inventário:
 - i. Cx.0039. P.0002. Envelopes 08, 09, 10, 11.
- 12) Ruínas presentes no Convento Carmelita de Nossa Senhora de Nazaré, em Cabo de Santo Agostinho-PE
- a. Processo de tombamento nº 0619-T-61.
- 13) Ruínas do Engenho dos Erasmos, em Santos-SP



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

- a. Processo de tombamento nº 678-T-62.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01/M031/P02/ Cx.0617/ P.0001 / Envelopes 07; 08.
 - c. Série Obras:
 - i. : AA01/M065/P02/ Cx.0971/ P.2638/Módulo 65.
- 14) Ruínas e remanescentes do Povoado de São João, em Entre-Ijuís
- a. Processo de tombamento nº 813-T-69.
- 15) Ruínas e remanescentes do Povo de São Nicolau, em São Nicolau-RS
- a. Processo de tombamento nº 813-T-69;
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01/M030/P04/ Cx.0573/ P.0003 / Envelopes 02;03.
 - ii. AA01/M030/P04/ Cx.0580/ P.0003 / Envelopes 01;02;03;04;05.
 - c. Série Obras:
 - i. AA01/M064/P06/ Cx.0948/ P.2563/02.
 - ii. AA01/M064/P06/ Cx.0951/ P.2571.
 - iii. AA02/M007/P03/ Cx.0015/128/ P.0106.
- 16) Ruínas e remanescentes do Povoado de São Lourenço das Missões, em São Luiz Gonzaga-RS
- a. Processo de tombamento nº 813-T-69.
- 17) Conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro-BA
- a. Processo de tombamento nº 800-T-68.
- 18) Ruínas da casa de Câmara e Cadeia, em Vila Flor-RN
- a. Processo de tombamento nº 0665-T-62.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01/M030/P02/ Cx.0559/ P.0003 / Envelopes 06; 07.
 - c. Série Obras:
 - i. AA01/M064/P05/ Cx.0941/ P.2534.
- 19) Ruínas da capela do Engenho Cunhaú, em Canguaretama-RN
- a. Processo de tombamento nº 666-T-62.
 - b. Série Inventário:
 - i. AA01/M030/P02/ Cx.0555/ P.0002 / Envelopes 03;04;05;06.
 - c. Série Obras:
 - i. AA01/M064/P04/ Cx.0931/ P.2504.
 - ii. AA01/M064/P04/ Cx.0931/ P.2505.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

20) Ruínas do Convento de São Boaventura, em Itaboraí-RJ

- a. Processo de tombamento nº 0692-T-63.
- b. Série Inventário:
 - i. AA01/M027/P03/ Cx.0388/ P.0001 / Envelopes 06;07;7.1;08;8.1;09.
- c. Série Obras:
 - i. AA01/M056/P03/ Cx.0437/ P.1254.

21) Ruínas do Sítio do Físico-MA

- a. Processo de tombamento nº 1017-T-80.
- b. Série Inventário:
 - i. AA01/M023/P02/ Cx.0135/ P.0001 / Envelopes 01; 02; 03; 04.
 - ii. AA01/M032/P02/ Cx.0677/ P.2576/08.
- c. Série Obras:
 - i. AA01/M051/P06/ Cx.0174/ P.0493.

22) Ruínas do Engenho do Murutucu, em Belém-PA

- a. Processo de tombamento nº 0439-T-50.
- b. Série Inventário:
 - i. AA01/M025/P04/ Cx.0277/ P.0003 / Envelopes 06; 07.

23) Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natividade-TO

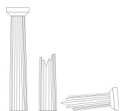
- a. Processo de tombamento nº 1117-T-84.
- b. Série Inventário:
 - i. AA01/M031/P06/ Cx.0651/ P.0001 / Envelopes 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07.

24) Ruínas de Vila Bela, em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT

- a. Processo de tombamento nº 877-T-73.
- b. Série Inventário:
 - i. AA01/M023/P02/ Cx.0139/ P.0003 / Envelope 01.

25) Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico Igatu, em Andaraí-BA

- a. Processo de tombamento nº 1411-T-98.
- b. Série Inventário:
 - i. AA01/M021/P02/ Cx.0015/ P.0003 / Envelope 07.
 - ii. AA01/M021/P02/ Cx.0015/ P.0003 / Envelope 08; Mod. 09 Prat 1.



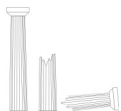
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

Também foram pesquisadas a Série Inventário e a Série Obras relativas a cada monumento listado anteriormente, adicionando-se aí o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Alcântara-MA (cujo processo não estava disponível no arquivo no momento da pesquisa e por isso usamos apenas a série Inventário). Quanto às ruínas preservadas pelo IPHAN na Paraíba, estas também foram buscadas em outros arquivos, como no da Superintendência do IPHAN na Paraíba, mais especificados a seguir.

Além das ruínas propriamente ditas, foram pesquisados tombamentos que apresentam dúvidas quanto a, apesar de serem titulados enquanto remanescentes ou fundações, serem, na verdade, ruínas. A lista dos remanescentes pesquisados segue abaixo:

- 1) Remanescentes da Capela Jaguará, Nova Lima- MG (Processo nº 429-T. Processo não conta com ruínas);
- 2) Recolhimento de Santa Teresa, Niterói-RJ (Processo nº 365-T46);
- 3) Remanescentes da Vila de São Vicente, São Vicente-SP (Processo nº 514-T-51);
- 4) Remanescentes da Vila de Porto Calvo, Porto Calvo-AL (Processo nº 515-T);
- 5) Forte São Mateus, Cabo Frio-RJ (Processo nº 447-T-51);
- 6) Casa Marechal Deodoro da Fonseca, Marechal Deodoro-AL (Processo nº 741-T-64);
- 7) Remanescentes da Fábrica de Ferro Iperó, Iperó-SP (Processo nº 727-T-64);
- 8) Forte Santa Tecla, Bagé-RS (Processo nº 0392-T-48);
- 9) Fazenda Pombal, Ritópolis-MG (Processo nº 832-T70. Perdido);
- 10) Fortaleza Santo Antônio, São Luís-MA (Processo nº 930-T-75);
- 11) Remanescentes do Quilombo do Ambrósio, Ibiá-MG (Não foram pesquisados).

Os remanescentes do Quilombo do Ambrósio não foram investigados por não ocuparem o universo da pesquisa. E, quanto a Fazenda Pombal, estudou-se apenas a sua série Obras e Inventário, considerando que o processo de tombamento deste



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

encontra-se perdido, conforme informações do Arquivo onde foi realizada a pesquisa.

Vale colocar que a pesquisa sobre os remanescentes foi restrita aos seus processos de tombamento, considerando que estes não são o tema principal da pesquisa a não ser por sua indefinição de termos e a identificação de ruínas entre estes.

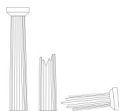
2. Arquivo da Superintendência do IPHAN na Paraíba, IPHAN-PB

Também foi pesquisado o Arquivo da Superintendência do IPHAN na Paraíba, localizada na Biblioteca Parahyba, Avenida General Osório, nº 68, Centro, João Pessoa, PB. Neste, foram investigadas as seguintes pastas: Casa da Pólvora (volumes 1-3), Casa da Pólvora (fotos e plantas), Ruínas da Igreja de Tambaú (volume 1), Ruínas do Almagre (volumes 1-9), Ruínas do Almagre (diversas), Atalaia - Forte Velho (volume 1) e as caixas intituladas: Fazenda Acauã/ Fortaleza de Santa Catarina¹⁵⁴; Ruínas do Almagre¹⁵⁵; Diários de Ocorrência¹⁵⁶

¹⁵⁴ Nesta caixa, foram vistos os documentos: Restauração e Adaptação do Forte de Cabedelo/PB. Autor: IPHAN-3ªDR-Recife-PE e Catálogo *Arms and Armor: over 150 replica weapons e armor for the person that wants the real thing Catalog* 11 1996.

¹⁵⁵ Nesta caixa, foi visto o documento Relatório Projeto de Contenção e Estabilização das ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré Data: 18/05/2006 Autor: 20ªSR/Iphan/PB.

¹⁵⁶ Vistos os diários da Obra: Fortaleza de Santa Catarina Período: 12/11/1984 a 28/09/1986; 29/09/1986 a 30/09/1987; 01/10/1987 a 01/07/1988.

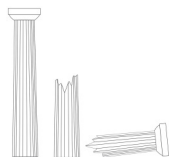


ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

ANEXO B

Ficha utilizada para a pesquisa documental das ruínas e remanescentes tombadas pelo IPHAN no Brasil.

RUÍNA:	
LOCALIZAÇÃO:	
CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO EM PEDAÇOS:	
TOMBAMENTO	
DATA:	LIVRO(S) DO TOMBO:
TÍTULO DO PROCESSO:	
Nº PROCESSO:	OUTRA INFORMAÇÃO:
AÇÕES DE INTERVENÇÃO	
RESTAURAÇÕES:	
DEMAIS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO	
PROBLEMÁTICAS	
PROBLEMAS FÍSICOS:	
PROBLEMAS SOCIAIS, ENTRE OUTROS:	
DEMAIS QUESTÕES:	
DEMAIS INFORMAÇÕES E DEBATES QUE POSSAM INTERESSAR:	
FICHAMENTO DO DOCUMENTO	



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

ANEXO C

Quadro das ruínas tombadas no Brasil

PERÍODO	DATA	RUÍNA/LOCALIDADE	FRAGMENTOS DE ¹⁵⁷ :	LIVRO DO TOMBO	AÇÕES POSTERIORES
DÉCADA DE 1930	16/05/1938	Ruínas e remanescentes do Povo de São Miguel das Missões. São Miguel das Missões, RS.	Arquitetura religiosa.	Belas Artes	Nomeado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (1983). Ações de restauração de estruturação do Museu das Missões, com projeto de Lúcio Costa e sistematização de remanescentes de outras ruínas da região dos Sete povos das Missões. Importante pólo turístico e sítio arqueológico.
	24/05/1938	Casa da Pólvora: ruínas. João Pessoa, PB.	Arquitetura militar.	Histórico; Belas Artes	Passou por ações de restauração durante a década de 1940 e 1970.
	30/06/1938	Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas. Ouro Preto, MG.	Arquitetura civil.	Histórico	Houve iniciativa particular de restauração, contudo não efetivada. Ação no Ministério Público contra empresa detentora do terreno em prol de sua preservação.

¹⁵⁷ Coluna da natureza da obra descrita nos tombamentos. Aqui, tratamos como fragmentos da arquitetura da obra, já que falamos de ruínas patrimoniais. No caso de conjuntos urbanos, consideramos apenas as referências às ruínas.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

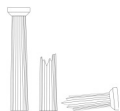
DÉCADA DE 1940	09/08/1938	Forte Velho: ruínas. Santa Rita, PB ¹⁵⁸	Arquitetura militar.	Histórico	Em 2006, houve projeto de delimitação e estruturação de seu entorno. Contudo, sua delimitação viria a ocorrer apenas em 2010.
	12/08/1938	Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes ¹⁵⁹ . Cabedelo, PB ¹⁶⁰ .	Arquitetura religiosa.	Histórico	Pesquisa histórica realizada em 2000 e Restauração por Anastilose entre 2004 e 2005. Conta com a Associação dos Amigos do Almagre.
	25/09/1941	Convento de Santo Antônio de Paraguassú: igreja e ruínas. Cachoeira, BA.	Arquitetura religiosa.	Histórico; Belas Artes.	Ações de restauração durante as décadas de 1960 e 1970.
	08/07/1943	Capela de Nossa Senhora da Pena e ruínas do sobrado anexo. Cachoeira, BA.	Arquitetura civil.	Histórico; Belas Artes.	Não consta.
	23/07/1947	Convento de São Bernardino de Sena: ruínas e Capela dos Terceiros. Angra dos Reis, RJ.	Arquitetura religiosa.	Histórico.	Passou por reparos em seu telhado.
29/12/1948 ¹⁶¹	Alcântara, MA: conjunto arquitetônico e urbanístico. Alcântara, MA.	Arquitetura religiosa e militar.	Histórico.	Houve restaurações em ruínas como a do Forte São Sebastião, entre outras.	

¹⁵⁸ Na certidão de tombamento, consta como Cabedelo, PB.

¹⁵⁹ Ressalta-se que o nome correto deveria constar como Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

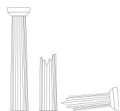
¹⁶⁰ Na certidão de tombamento, a cidade consta como João Pessoa, PB.

¹⁶¹ Em 10/10/1974, o conjunto arquitetônico e urbanístico de Alcântara também seria inscrito no livro de Belas Artes e no livro Arqueológico, etnográfico e paisagístico.



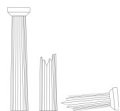
ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

DÉCADA DE 1950	19/01/1955	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e ruínas da Igreja de São José do Tocantins. Niquelândia, GO.	Arquitetura religiosa.	Belas Artes.	Depois de tombada, sofre com a queda de parede e com saques; arruinou-se.
	29/08/1958	Igreja Santana: ruínas. Rio de Contas, BA.	Arquitetura religiosa.	Histórico.	Passou por obras detalhadas logo no momento de seu tombamento, entre elas, retelhamento completo.
DÉCADA DE 1960	06/07/1961	Convento Carmelita: ruínas e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Cabo de Santo Agostinho, PE.	Arquitetura religiosa.	Belas Artes.	Passou por restauração tanto na Igreja como no Convento (ruínas), respeitando a mínima intervenção possível nas últimas.
	02/07/1963	Engenho do Erasmos: ruínas. Santos, SP.	Arquitetura civil.	Histórico.	Obras de escavação e reforma em telhado na década de 1960. Ministério Público atuou em construtora que realizava obra próxima ao monumento, chegando a ultrapassar limite permitido.
DÉCADA DE 1970	22/01/1970	Povo de São João: ruínas e remanescentes do Povoado. Entre-Ijuís, RS.	Arquitetura religiosa.	Histórico.	Não consta.
	22/01/1970	Povo de São Nicolau: ruínas e remanescentes. São Nicolau, RS.	Arquitetura religiosa.	Histórico.	Nas proximidades das ruínas, foi construída uma réplica da Igreja de São Miguel das Missões.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

	18/03/1970	Povo de São Lourenço das Missões: ruínas e remanescentes do Povoado. São Luís Gonzaga, RS.	Arquitetura religiosa.	Histórico.	Não consta.
	01/03/1974	Porto Seguro, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico. Porto Seguro, BA.	Arquitetura civil.	Histórico; Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico.	Inscrição no tombamento retificada em 2000.
	16/06/1974	Casa de Câmara e Cadeia: ruínas. Vila-Flor, RN.	Arquitetura civil.	Histórico.	Reconstrução em 1975.
	16/06/1974	Engenho do Cunhau: ruínas da capela. Canguaretama, RN.	Arquitetura religiosa.	Histórico.	Entre 1964 e 1965 houve manutenção e prospecção arqueológica. Foram reconstruídos na década de 1980.
DÉCADA DE 1980	28/04/1980	Convento de São Boaventura: ruínas. Itaboraí, RJ.	Arquitetura religiosa.	Histórico; Belas Artes.	Houve pesquisa histórica, arquitetônica e arqueológica. Trabalho de reconstituição digital liderado pela UFRJ.
	29/01/1981	Sítio do Físico: ruínas. São Luís, MA.	Arquitetura civil.	Histórico; livro arqueológico, etnográfico e paisagístico.	Houve pesquisa arqueológica e histórica. Atualmente, encontra-se dentro de um ecomuseu. Conta também com a Associação do Sítio do Físico.
	08/10/1981	Engenho do Murucutu: ruínas e Capela de Nossa Senhora da Conceição. Belém, PA.	Arquitetura civil.	Histórico.	Ação no Ministério Público quanto a sua preservação. Ruínas da Casa Grande foram destruídas.



ENTRE FRAGMENTOS: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais

	16/10/1987	Natividade, TO: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Natividade, TO.	Arquitetura religiosa.	Histórico; Belas Artes; Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico.	Obras de consolidação na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. O terreno em que a mesma se encontra também foi capinado e teve árvores retiradas, permitindo uma maior visualização da ruína.
	13/06/1988	Vila Bela: ruínas (Ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade; Ruínas do Palácio dos Capitães Gerais). Vila Bela da Santíssima Trindade, MT.	Arquitetura religiosa.	Histórico.	Restauração do Palácio dos Capitães, em que a certidão de tombamento não o põe como ruína. Ações de jardinagem. Instalação de cobertura metálica para proteção das ruínas da Igreja Matriz entre os anos de 2005 e 2006.
DE 1990 À 2010	20/06/2000	Igatu: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Andaraí, BA.	Arquitetura civil.	Histórico; Belas Artes; Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico.	Restauração de algumas ruínas em 2006, como as existentes no bairro Luís dos Santos.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)